

Abril de 2008 • Ano 5 • nº 42

www.desafios.ipea.gov.br

desafios

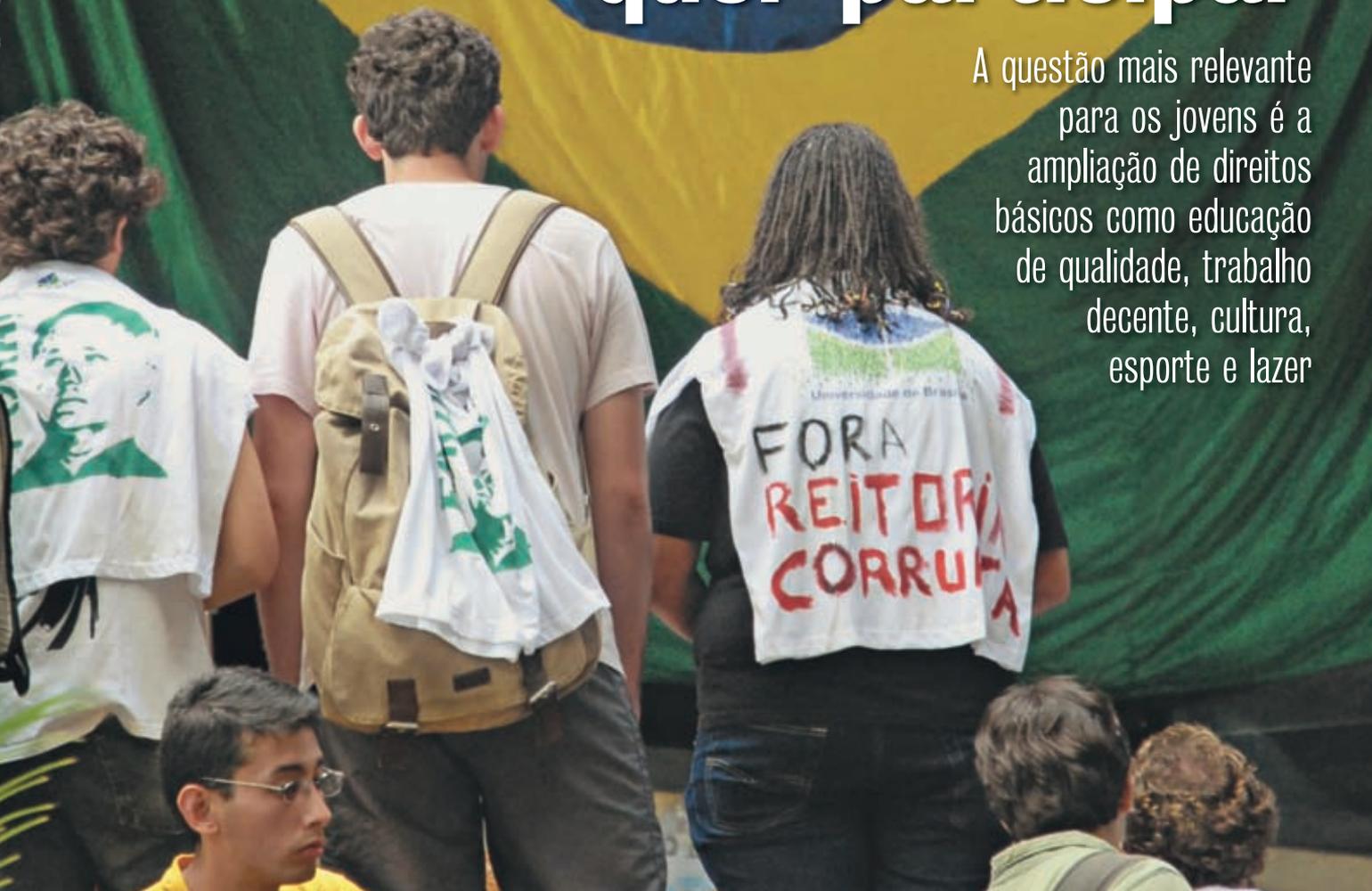
ipea

Exemplar de Assinante

do desenvolvimento

A juventude quer participar

A questão mais relevante para os jovens é a ampliação de direitos básicos como educação de qualidade, trabalho decente, cultura, esporte e lazer



BRESSER PEREIRA

“Em matéria de taxa de câmbio, o mercado é um desastre”

BRASIL—ÁFRICA DO SUL

Países se unem e trocam experiências para crescer e combater desigualdades

MELHORES PRÁTICAS

Projeto pioneiro promove a regularização fundiária para milhares de famílias

Democratizando o conhecimento

A Livraria Itinerante leva às instituições de ensino superior o acervo de livros do Ipea para venda com até **80% de desconto**.

Consulte locais, datas e horários no endereço www.ipea.gov.br

Livraria Ipea

Brasília

SBS, Q.01, Ed. BNDES, Térreo, CEP: 70076-900

Telefone: (61) 3315 5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Rio de Janeiro

Av. Pres. Antônio Carlos, 51, 10º andar, Centro, CEP: 20020-010

Telefone: (21) 3515 8522

Correio eletrônico: editrj@ipea.gov.br

Carta ao leitor

Um breve diagnóstico da juventude brasileira, elaborado pela Diretoria de Estudos Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é o ponto de partida da reportagem de capa desta edição. Estamos todos acostumados a ver a juventude ser abordada pelos seus problemas – como a delinquência, o comportamento de risco e a drogadição – ou como uma fase transitória para a vida adulta que demanda esforço coletivo, principalmente da família e da escola, em prol da formação de jovens. Mas, no geral, outras dimensões da questão juvenil ainda precisam ser plenamente incorporadas ao debate público, de forma que se possa avançar no desenho das políticas que buscam atuar sobre este tema.

A entrevista mensal traz o professor e ex-ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, atual membro do novo Conselho de Orientação do Ipea, que reafirma sua crítica à ortodoxia em matéria econômica e nos revela suas mais recentes contribuições para o entendimento da problemática do desenvolvimento econômico e das mudanças que ocorrem na economia do país e do mundo.

Uma reportagem sobre a atual conjuntura apresenta a discussão que permeia os especialistas sobre a possibilidade de o país crescer sem risco de inflação de demanda e mostra os questionamentos que são feitos ao Banco Central, dentro e fora do governo, por elevar juros e frear a economia.

A aproximação entre o Brasil e a África do Sul, em termos de troca de experiências para incentivar o crescimento e combater as desigualdades, é o tema de outra reportagem desta edição. Embora tenham histórias diferentes, os dois países vêm descobrindo que podem compartilhar as soluções para seus problemas, que são semelhantes.

O crescimento vertiginoso do volume de crédito no Brasil é tratado pela ótica do endividamento das famílias brasileiras e da necessidade de se colocar uma luz sobre o perfil dos tomadores de empréstimos pessoais, para evitar solavancos no futuro.

O tema inovação, tão importante para o crescimento da economia brasileira e sempre presente nas páginas da revista **Desafios**, desta vez é abordado sob o ângulo da contribuição das empresas estrangeiras instaladas no país. Um novo estudo feito por pesquisadores do Ipea revela que, em segmentos significativos da indústria, essa contribuição é altamente frustrante.

Na reportagem mensal dedicada às melhores práticas desta vez é retratado um projeto pioneiro, desenvolvido pelos funcionários que cuidam do patrimônio nacional, que conseguiu regularizar a posse de milhares de famílias que vivem em terras da União há várias gerações, mas em permanente insegurança.

Esta edição traz ainda, como de costume, as seções Giro, Circuito, Estante, Indicadores e Cartas, e quatro excelentes artigos escritos por pessoas que são reconhecidamente autoridades nos assuntos que abordam.

Boa leitura.

Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Governo Federal
Ministro Extraordinário de Assuntos
Estratégicos Roberto Mangabeira Unger
Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência
da República

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

PRESIDENTE Marcio Pochmann

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

desafios
do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro
ASSESSOR-CHEFE DE COMUNICAÇÃO Estanislau Maria
COORDENADORA ADMINISTRATIVA Dóris Magda Tavares Guerra
CONSELHO EDITORIAL André Gambier Campos, Dóris Magda
Tavares Guerra, Estanislau Maria, Jorge Abrahão de
Castro, Jorge Luiz de Souza, José Aparecido
Carlos Ribeiro, Marina Nery e Roberto Müller Filho

Redação

EDITOR-CHEFE Roberto Müller Filho
EDITOR-EXECUTIVO Jorge Luiz de Souza
BRASÍLIA Edla Lula e Ricardo Wegrzynowski
RIO DE JANEIRO Luiz Fernando Dutra
SÃO PAULO Cláudia Izique e Manoel Schindwein
EDITORA DE ARTE Débora de Bem
ASSISTENTE DE ARTE Cleber Estevam
JORNALISTA RESPONSÁVEL Roberto Müller Filho

Colaboradores

TEXTO Lúcia Pinheiro
FOTOGRAFIA Paulo Brasil
ILUSTRAÇÃO Erika Onodera
REVISÃO Mauro de Barros
FOTO DA CAPA Antonio Cruz/ABr

Cartas para a redação

SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas

assinaturadesafios@ipea.gov.br
(061) 3315-5251

Impressão

Cromos – Editora e Indústria Gráfica Ltda.

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRESSANDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA SEGMENTO RM EDITORES LTDA.

 **segmento**

SEGMENTO RM EDITORES LTDA.
RUA CUNHA GAGO, 412 - 4º ANDAR - CI. 43 - PINHEIROS - SÃO PAULO - SP
CEP 05421-0011 - TEL. (11) 3094-8400

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: desafios@ipea.gov.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.ipea.gov.br

desafios

do desenvolvimento

Sumário

8 **Entrevista** Luiz Carlos Bresser Pereira

Ex-ministro da Fazenda diz que, “em matéria de taxa de câmbio, o mercado é um desastre”

16 **Conjuntura** Crescimento sem risco de inflação de demanda

Banco Central é questionado dentro e fora do governo por elevar juros e frear a economia

22 **Juventude** “Olha, eu estou aqui e quero participar!”

A questão mais relevante para a juventude brasileira é a ampliação de direitos básicos

30 **Brasil-África do Sul** Histórias diferentes, problemas iguais

Países trocam experiências para incentivar o crescimento e combater as desigualdades

38 **Endividamento** A sedução do crediário

Volume de crédito cresce rapidamente, mas perfil dos tomadores ainda é pouco conhecido

46 **Inovação** O caminho do crescimento

O país busca disseminar novas tecnologias, mas o investimento estrangeiro pouco ajuda

52 **Melhores práticas** De papel passado

Projeto pioneiro regulariza posse de milhares de famílias que vivem em terras da União

Seções

6 **Giro**

60 **Circuito**

62 **Estante**

64 **Indicadores**

66 **Cartas**

Artigos

15 **Cláudio Hamilton dos Santos e Manoel Carlos de Castro Pires**

Carga tributária bruta e investimento

29 **Luseni Aquino**

A juventude brasileira em questão

37 **Valdemar F. de Araujo Filho**

O PAC e o saneamento básico

45 **Leonardo Rangel**

Fator previdenciário e idade mínima

Ilustração: Érika Onodera



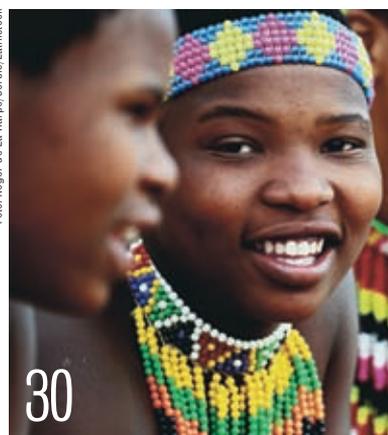
16

Foto: Ricardo Marques/Folha Imagem



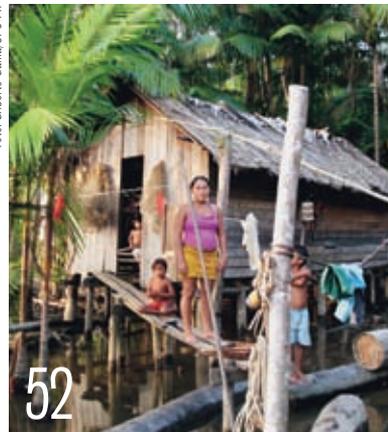
22

Foto: Roger de La Harpe/Corbis/Latinstock



30

Foto: Gilberto Gama/SPL/PA



52

Mulheres

Gravidez e violência conjugal

Corina Mendes, do Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no Rio de Janeiro, entrevistou 85 mulheres no Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam), com o objetivo de avaliar as implicações da violência conjugal em suas vidas reprodutivas. Constatou que muitas dessas vítimas da violência doméstica optaram pela gravidez com a expectativa de que o filho consolidasse a família, garantindo maior segurança conjugal. Em alguns casos houve mudança temporária no comportamento do marido, mas, de modo geral, a gravidez não só

não alterou as práticas violentas como também fez com que algumas mulheres experimentassem sentimentos de vulnerabilidade ainda mais intensos – o agressor passou a se dirigir a dois focos: à mulher e à própria gravidez. As conclusões estão na tese de doutorado *Vozes do silêncio: estudo etnográfico sobre violência conjugal e fertilidade feminina*, defendida no Instituto Fernandes Figueira, unidade da Fiocruz.



Foto: sxc.hu

Cidades

São Paulo controla ação dos governantes

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou, em fevereiro, o projeto de emenda à Lei Orgânica do Município que obriga o prefeito a divulgar um plano de governo detalhado em até 90 dias após assumir o cargo e a prestar contas à população a cada seis meses. O projeto de lei 008, de 2007, foi aprovado, em segunda votação, por 54 votos (a Câmara paulistana tem um total de 55 vereadores). Por se tratar de emenda à Lei Orgânica, o projeto não precisou passar por aprovação do prefeito Gilberto Kassab. O texto original, elaborado pelo advogado Pedro Lomar, recebeu duas emendas. A primeira excluiu o artigo que obrigava o atual prefeito a apresentar o Programa de Metas relativo ao período restante de sua gestão, e a segunda acrescentou ao texto a obrigatoriedade de o Plano de Metas estar adaptado ao orçamento previsto no Plano Plurianual, aprovado pela Câmara para um período de quatro anos, conforme prevê a Constituição federal.

Foto: Stockopet



Astronomia

Plutão: a polêmica continua

Desde que foi descoberto, em 1930, pelo norte-americano Clyde Tombaugh, Plutão foi considerado o nono e mais remoto planeta do sistema solar. Em 2006, por decisão da 26ª assembleia geral da União Astronômica Internacional (UAI), em Praga, República Tcheca, foi reclassificado

como “planeta anão” e o sistema solar ficou com oito planetas. A decisão, no entanto, foi polêmica e continua a levantar debates calorosos. Mark Sykes, diretor do Instituto de Ciência Planetária dos Estados Unidos, discorda veementemente do rebaixamento. Em artigo na edição de 28 de março da revista *Science*, diz que a re-

classificação dá a “impressão infeliz de que a ciência é feita por meio de votos em uma sala de conferência”. O assunto promete esquentar ainda mais. Em agosto, será tema de uma reunião com a presença de astrônomos, professores e estudantes na Universidade John Hopkins, em Baltimore, Estados Unidos.

Ambiente

Novo sistema de monitoramento

Espacial Alemão (DLR), em Munique, Alemanha, firmaram acordo para dar continuidade aos trabalhos de desenvolvimento do sistema Mapsar. Trata-se de um projeto conjunto entre as duas instituições para o desenvolvimento de

Foto: Stockopet



um sistema de monitoramento ambiental por meio de um satélite com imageador radar. O acrônimo Mapsar corresponde a Multi Application Purpose SAR, em que SAR significa Radar de Abertura Sintética. A nova etapa, denominada fase B, compreende o projeto detalhado do sistema, incluindo a configuração do satélite a ser produzido, do segmento solo e do segmento de aplicações (usuários). A fase B terá duração total de um ano e meio. O satélite de cerca de 500 quilos utilizará como módulo de serviço a Plataforma Multimissão, desenvolvida pelo Inpe. Cabem à Alemanha a concepção do instrumento radar e a análise de órbita.

Doenças crônicas superam as infecciosas

Na primeira metade do século passado, os brasileiros adoeciam e morriam mais por doenças infecciosas e parasitárias, como malária, sarampo e poliomielite. A partir da década de 1960, a tendência epidemiológica se inverteu e a maior parte da população começou a padecer de doenças crônicas não-transmissíveis. As conclusões são de uma pesquisa feita no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães

(CPqAM), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Pernambuco. O trabalho fez um resgate histórico das mortes em todas as capitais brasileiras de 1950 a 2000, com exploração documental e bibliográfica junto ao Ministério da Saúde e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diz o trabalho que na década de 1930 mais de 45% dos óbitos no Brasil foram causados por doenças infecciosas e parasitárias, enquanto as doenças do aparelho circulatório representaram 10% dos óbitos. Na década de 1980, essa participação caiu para 11% no primeiro grupo de doenças e subiu para 32% no segundo grupo.



Foto: sxc.hu

Ebola

Teste de vacina em seres humanos

Pesquisadores dos Estados Unidos e do Canadá afirmaram ter feito testes bem-sucedidos de vacinas contra ebola em primatas e planejam agora iniciar experimentação em humanos. Os resultados do estudo foram apresentados durante a 162ª reunião anual da Society for General Microbiology do Reino Unido, em Edimburgo,

Escócia, em março. Os cientistas empregaram diversas técnicas de recombinação de DNA, o que possibilitou o estímulo de resposta celular e a produção de modelos de vacina que afirmam ser eficientes em macacos. O grupo pretende iniciar testes em humanos de uma das vacinas, que já passou por testes clínicos em 2006.



Foto: Stockopet

Radiografia do mercado de trabalho

Uma pesquisa com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) vai mostrar como funciona o mercado de trabalho para jovens em cinco comunidades carentes do Rio de Janeiro: Rocinha, Queimados, Vila Aliança, Alemão e Caju. Foram consultados 590 estabelecimentos, de *pet shops* a padarias, que empregam 272 jovens entre 15 e 24 anos, cerca de 46% do total de empregados, tanto

formais como informais. Dados preliminares da pesquisa indicam que as funções que mais absorvem jovens são as chamadas ocupações não manuais de rotina, como vendedores, demonstradores, caixas e auxiliares de escritório. As ocupações técnicas e artísticas, além do serviço militar, também absorvem uma parcela significativa. Os resultados finais serão divulgados em agosto.



Foto: Juca Varela/Folha Imagem

Direitos civis

Exclusão burocrática no sertão

Pesquisa feita na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) revela como a exclusão burocrática impede o acesso a direitos básicos entre agricultores do sertão de Pernambuco. O estudo, publicado na *Revista Estudos Feministas*, encontrou mulheres que não conseguem matricular-se em escola, registrar ou até mesmo enterrar o próprio filho. A ausência de documentos civis e trabalhistas tem um recorte de gênero, idade, raça, etnia e localização geopolítica e afeta principalmente a população pobre, os

miseráveis, os indigentes e as mulheres. A situação das mulheres na zona rural é ainda pior do que nas grandes cidades, onde a ausência de documentos alcança crianças, adolescentes e adultos que moram nas ruas, migrantes e sem-teto, moradores de palafitas, casebres, barracos ou desabrigados que vivem em precárias condições de vida. Essa condição é mais adversa se comparada aos homens, que adquirem os documentos civis mais cedo porque o alistamento militar é obrigatório aos 18 anos.

Luiz Carlos Bresser Pereira

Em câmbio,



Foto: Paulo Brasil

Por **Jorge Luiz de Souza**, de São Paulo

“Ninguém cresce com poupança externa, e a tentativa de crescer assim é prejudicial ao país. Poupança externa quer dizer déficit em conta corrente. Mesmo que não leve à crise do balanço de pagamentos, ela provoca uma apreciação da taxa de câmbio”

o mercado é um desastre

Desafios – Qual é a sua visão atual do desenvolvimento econômico?

Bresser – Os economistas do desenvolvimento estão em um processo de revisão de idéias. O fracasso da ortodoxia convencional abre espaço para uma nova teoria, diferente daquela que surgiu em meados do século XX e baseava o desenvolvimento em uma forte intervenção do Estado, poupança forçada e investimento em empresas estatais, vigoroso planejamento, orientando o investimento privado, e proteção da indústria nacional por meio de tarifas. Um modelo de substituição de importações que foi muito bem-sucedido. No final dos anos 1960, Delfim Netto assume e diz que era preciso exportar manufaturados. Adota uma estratégia curiosa, porque é protecionista, de substituição de importações de bens de capital e insumos básicos, e é voltada para a exportação da indústria de transformação. A estratégia e toda a teoria entraram em crise nos anos 1980. O motivo foi a dívida externa, e não o próprio modelo. O Brasil buscou capital estrangeiro em quantidade, e isso levou a uma imensa crise.

Desafios – O que mudou dos anos 1960 aos anos 1980?

Bresser – O Brasil não tinha mais indústria infante, precisava de muito menos proteção e tinha que ser mais competitivo internacionalmente. Entre 1945 e 1975, o keynesianismo dominava e os Estados Unidos eram relativamente generosos – a guerra fria os estimulava e eles não nos viam como competidores. Mas, com a crise, fizeram uma virada e partiram para uma ideologia neoliberal e imperialista. Nós e outros países viramos competidores deles porque passamos a exportar manufaturados. Somos pressionados a diminuir o tamanho do Estado e flexibilizar as relações trabalhistas, enfim, de certo modo, voltar ao século XIX. O fracasso do Plano Cruzado nos enfraqueceu ainda mais, abrindo espaço para que, no início dos anos 1990 – governo Collor –, o Brasil se submetesse ao Consenso de Washington, que prefiro chamar de ortodoxia convencional, porque esse consenso já fracassou e desapareceu. Havia um enorme fortalecimento dos Estados Unidos com o colapso da União Soviética.

Desafios – Ceder tanto era inevitável?

Bresser – Não havia nada capaz de fazer frente àquilo. Alguns tigres asiáticos – Coréia, Indonésia, Tailândia e Malásia – aderiram à onda neoliberal, exatamente os que foram à crise em 1997. O México foi o primeiro a aderir, em 1986, e o primeiro a entrar em crise, em 1994. Brasil, Turquia e Rússia entraram em crise em 1998. A Argentina, que foi mais fundo nessa onda e que mais demorou a entrar em crise, enfrentou a pior delas, entre todos, em 2001. A estratégia neoliberal nunca teve êxito nenhum, não promove desenvolvimento econômico. O Chile foi o único país que nos anos 1990 enfrentou os Estados Unidos e defendeu sua taxa de câmbio com controle de entrada de capitais. A taxa de câmbio muda todo o quadro.

Desafios – Muda como?

Bresser – A ortodoxia convencional nos recomenda crescer com poupança externa. Eu, jovem economista nos anos 1960, torcia para recebermos empréstimos internacionais. Achava fundamental para o nosso desenvol-

Um especialista em desenvolvimento

Luiz Carlos Bresser Pereira, 73 anos, é economista, cientista social e professor emérito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, onde ensina desde 1959, e professor regular da École de Hautes Études en Sciences Sociales, na França, desde 2003. Edita a *Revista de Economia Política* desde 1981 e assina coluna quinzenal no diário *Folha de S.Paulo*. Foi professor de pós-graduação em desenvolvimento econômico na Universidade de Paris I e de teoria política na Universidade de São Paulo (USP), e foi visitante associado da Universidade de Oxford. É graduado em direito pela USP, com mestrado em administração de empresas pela Michigan State University e doutorado em economia pela USP.

Em 1987, no governo José Sarney, foi ministro da Fazenda. Antes, fez carreira no setor privado e foi diretor-administrativo do Grupo Pão de Açúcar, do qual hoje é membro do Conselho Consultivo. Opositor do regime militar e ligado inicialmente ao PMDB, assumiu em 1983 a presidência do Banespa e depois foi secretário de governo e secretário de Ciência e Tecnologia. Em 1988, desligou-se do PMDB e participou da fundação do PSDB. Em 1995, voltou a ser ministro, nas pastas da Administração Federal e Reforma do Estado, e da Ciência e Tecnologia, passando em 1999 a dedicar-se exclusivamente à vida acadêmica.

Define-se como atuante na confluência da economia e da teoria social, com influências de Marx, Weber, Keynes e do estruturalismo latino-americano. Tem contribuições em economia no campo da revisão do modelo clássico de desenvolvimento econômico e da crítica da estratégia de crescimento com poupança externa; em sociologia, na teoria da nova classe média profissional ou tecnoburocracia e no conceito de capitalismo dos técnicos; e em teoria política, na teoria da transição para a democracia e na definição de esquerda e direita no mundo contemporâneo.

Bresser conta que decidiu se dedicar ao estudo do desenvolvimento econômico quando tinha 20 anos de idade. "Queria ser juiz de direito, mas li publicações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e fiquei fascinado com essas idéias", diz. Tem mais de 30 livros publicados. Seus três *papers* mais recentes sobre desenvolvimento econômico comparam o novo desenvolvimentismo com o velho desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, e tratam da relação entre a taxa de câmbio e o desenvolvimento. Também publicou neste ano um *paper* sobre a *doença holandesa*, intitulado *The dutch disease and its neutralization — a ricardian approach*.

vimento. Nos últimos cinco ou seis anos, desenvolvi uma crítica cerrada a essa idéia. Ninguém cresce com poupança externa, que quer dizer déficit em conta corrente. Se não leva à crise do balanço de pagamentos, provoca apreciação da taxa de câmbio e a substituição da poupança interna pela externa. No governo Fernando Henrique Cardoso, essa política foi adotada integralmente. A poupança externa (déficit em conta corrente) era zero em 1994 e foi a 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1999. A taxa de investimento era de 17% em 1994, logo, com toda essa poupança externa, deveria ter subido para 21,5%, ou quase isso. Mas ficou em 17%. Foi tudo para o consumo, porque, apreciando a taxa de câmbio para a entrada maciça de dólares, os salários aumentaram e cresceu o consumo interno.

Desafios - Quanto à proteção à indústria...?

Bresser - Estamos em outro estágio de desenvolvimento econômico. Brasil, México e Indonésia, por exemplo, não têm mais indústria infante, não há mais justificativa para fazermos proteção. Nossa indústria já é madura e, com mão-de-obra mais barata, temos vantagens na competição internacional, e não desvantagens. Por outro lado, a acumulação primitiva já foi feita e mecanismos de poupança forçada não são mais importantes. Terceiro, temos um mercado extremamente bem desenvolvido, muito mais que em 1950, de forma que podemos contar com a coordenação do mercado. Nunca integralmente, por certo, mas muito mais do que naquela época. Comparado ao velho desenvolvimentismo, o novo desenvolvimentismo significa menos planejamento, menos intervenção direta, via empresas estatais, e menos proteção à indústria nacional por meio de tarifas.

Desafios - Isto não fica parecido com a ortodoxia?

Bresser - Não. É muito diferente porque continua dando um papel

decisivo ao Estado. O mercado é apenas mais uma das instituições, muito importante, mas é uma instituição regulada pelo Estado. A oposição entre mercado e Estado não faz o menor sentido. E todo mundo sabe que o mercado, embora seja uma maravilhosa instituição para a alocação de recursos, é muito imperfeito e precisa da intervenção do Estado. E todos os países do mundo fazem essa intervenção, em maior ou menor grau.

Desafios - Voltando à poupança externa...

Bresser - A diferença fundamental, no longo prazo, é que o desenvolvimento deve ser feito com equilíbrio ou superávit em conta corrente, e não com déficit. Essa idéia de que "é natural que os países ricos em capital transfiram seus capitais para os países pobres em capitais" é tão absurda quanto afirmar que a Terra é plana. Parece óbvio, mas é falso. O resultado são crises e pouco crescimento. A China é o país que mais recebe investimento estrangeiro direto, mas tem superávit em conta corrente. O capital estrangeiro que ela recebe é apenas por causa de tecnologia e da abertura de novos mercados, e compensa isso com seus investimentos no exterior, para a África e Oriente Médio, e começando a vir para a América Latina. Não existe poupança externa lá, há despoupança externa e superávit em conta corrente.

Desafios - Como é a política econômica no novo desenvolvimentismo?

Bresser - É radicalmente oposta à que a ortodoxia convencional propõe, a do tripé taxa de juros elevada, taxa de câmbio apreciada e ajuste fiscal frouxo. Durante anos se equivocaram os nossos economistas. Um dos fatores do fracasso, nos anos 1980, da tentativa de retomar o desenvolvimento com base no velho desenvolvimentismo foi atribuir a John Maynard Keynes a idéia de que o desenvolvimento deveria ser feito com déficits públicos crônicos para sustentar a demanda

agregada. Keynes nunca disse isso. Ele só afirmou que, em certos momentos muito especiais, quando houvesse uma recessão, um país que estava com as suas contas equilibradas financeiramente, naquele momento, deveria aceitar um déficit provisório, para depois voltar ao equilíbrio fiscal. E aí tinha toda razão.

Desafios – Nada de déficit público prolongado?

Bresser – Ao contrário da ortodoxia convencional, o novo desenvolvimentismo é a favor de um ajuste fiscal duro, taxa de câmbio competitiva e taxa de juros moderada. Essa diferença é absolutamente fundamental. Para entendê-la é preciso ter claro que os Estados Unidos fazem taxa de juros moderada e não têm política de câmbio porque têm a moeda reserva. A única coisa que eles fazem igual ao que a ortodoxia convencional nos recomenda é ajuste fiscal frouxo, e estão em crise por causa disso.

Desafios – É frouxa a política fiscal dos ortodoxos?

Bresser – Eu leio todo dia algum economista ortodoxo falando na importância de fazer mais ajuste fiscal, mas isso é retórica, para inglês ver. O que importa são os fatos. O Brasil, a partir de 1999, aceitou a meta fiscal definida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) de 3% de superávit primário, essa escandalosa medida de superávit primário, e depois passou para 4,25%. O Brasil alcançou essas metas e as superou com folga, todos os anos, sem exceção. Logo, se eles fossem a favor de um ajuste fiscal duro e firme, depois de nove anos de êxito, nós devíamos estar em uma situação fiscal muito melhor. Não estamos. Logo, as metas que eles fizeram foram frouxas.

Desafios – Não pode ser porque aumentou a receita?

Bresser – Aumentou a receita? Ótimo. Mas eles tinham que cortar mais a despesa se são realmente a favor de um ajuste fiscal duro. O novo desen-

volvimentismo é a favor, e não estou tirando isso da minha cabeça. Os países asiáticos vêm desenvolvendo, nos últimos anos, ajuste fiscal duro, sempre, sem nada de déficit público, com Estado forte e não endividado, taxa de juros moderada, flutuante, de no máximo 2% reais, e taxa de câmbio competitiva. Uma coisa que os economistas do desenvolvimento nunca examinaram decentemente é que a

taxa de câmbio é, dos preços macroeconômicos, o mais importante para o desenvolvimento, o mais perigoso, o mais estratégico. Ela determina não só exportação e importação, mas determina salário, poupança, investimento e consumo.

Desafios – O que justifica a importância do câmbio?

Bresser – Todos os países que se desenvolveram – para começar, após

Todo dia, um economista ortodoxo fala da importância de fazer mais ajuste fiscal, mas isso é retórica, para inglês ver – o que importa são os fatos



Foto: Paulo Brasilião

a Segunda Guerra, a Alemanha, a Itália e o Japão, e depois outros países asiáticos – tinham sempre taxa de câmbio depreciada, que, na verdade, era uma taxa competitiva. Isto só ficou claro para mim nos últimos anos, depois que comecei a fazer essa crítica sistemática ao crescimento com poupança externa e uma análise que me parece razoavelmente inovadora da *doença holandesa*. Causam essa tendência de sobreapreciação do câmbio o crescimento com poupança externa e seu irmão gêmeo, o populismo cambial. Eu inventei esse nome, mas quem percebeu o processo do populismo cambial primeiro foi o economista argentino Adolfo Canitrot. Em 1975, ele demonstrou o ciclo populista e como a taxa de câmbio apreciada era fundamental para baixar inflação, aumentar salários reais e ajudar a reeleição do político que estava no poder, desde que a crise não chegasse antes.

Desafios – Voltando ao Brasil de hoje...

Bresser – A taxa de câmbio no Brasil desvalorizou brutalmente na última crise do balanço de pagamentos, em 2002, e começou a se apreciar novamente. No entanto, apreciava, apreciava, e as exportações continuavam magníficas, com o superávit comercial. Isso só podia ser *doença holandesa*. Entretanto, se é verdade que temos *doença holandesa*, então nós sempre tivemos. Como, então, o Brasil cresceu tanto entre 1930 e 1980? Gabriel Palma, economista chileno, diz que a América Latina sempre neutralizou a *doença holandesa*, ainda que não soubéssemos que estávamos fazendo isso.

Desafios – O que é a *doença holandesa*?

Bresser – É quando um país passa a ter uma “taxa de câmbio de equilíbrio corrente” em nível muito mais apreciado do que a “taxa de câmbio de equilíbrio industrial”. A de “equilíbrio corrente” é a taxa

que equilibra intertemporalmente a conta corrente de um país. É a taxa de câmbio de mercado, de longo prazo. E a de “equilíbrio industrial” é a taxa que viabiliza no mercado internacional, sem nenhuma proteção, indústrias que utilizem tecnologia no estado da arte. Na Europa e nos Estados Unidos, as duas taxas são iguais ou suficientemente semelhantes para não haver preocupação com o problema.

Desafios – E nos exportadores de matérias-primas?

Bresser – Em um país produtor de petróleo como a Arábia Saudita, a diferença entre as duas taxas é brutal, porque, dado que o custo de explorar petróleo é muito mais baixo do que o preço internacional, há uma renda ricardiana enorme que faz com que a taxa de câmbio se defina por esse custo mais baixo. Então, se os exportadores estão dispostos a oferecer seu petróleo pelo preço internacional, mas a uma taxa de câmbio interna, ela vai ser muito mais apreciada do que a taxa de câmbio que seria necessária para o equilíbrio industrial. Se uma empresa automobilística ou qualquer outra empresa industrial for lá com sua tecnologia mais moderna e não tiver proteções outras, vai falir. Isso é a *doença holandesa*.

Desafios – Como se neutraliza?

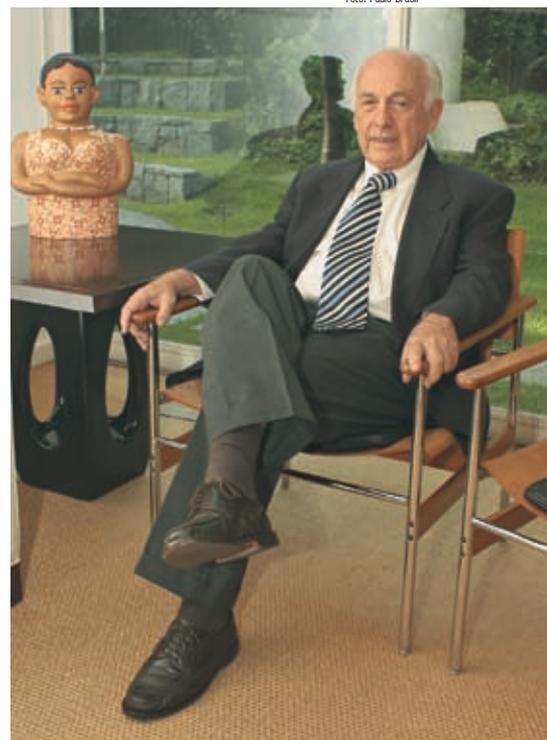
Bresser – Essencialmente, colocando-se um imposto sobre a exportação, que desloca para cima a curva de oferta, seja de petróleo, diamante, ferro, soja, café, açúcar ou álcool. A *doença holandesa* tem diferentes níveis de gravidade. Na Venezuela certamente é menor do que na Arábia Saudita, mas é alta também. E se neutraliza isso colocando um imposto que desloca a curva de oferta de forma que o produtor já não oferece mais a sua mercadoria a uma taxa de câmbio mais baixa. É por isso que a Argentina, por exemplo, estabeleceu imposto de exportação sobre soja, carne e trigo e mais alguns produtos.

São diferentes para cada produto porque cada um causa *doença holandesa* diferentemente.

Desafios – O que acontece quando o preço oscila?

Bresser – Se cai o preço, a *doença holandesa* diminui. Se cai muito, a *doença* acaba. Se cair mais ainda, será preciso subsidiar para evitar uma crise de superoferta, uma *anti-doença holandesa*. Então, é preciso ter um fundo de estabilização. Só faz sentido pensar em teoria do desenvolvimento econômico com uma política que neutralize a tendência de sobreapreciação da taxa de câmbio, garanta o equilíbrio da conta corrente e taxas de juros modestas. É só dar ao empresário oportunidade de lucro que vai haver desenvolvimento. Geralmente, só se estuda o desenvolvimento econômico do lado da oferta, mas é fundamental olhar a demanda, e não apenas a demanda interna. O problema da taxa de câmbio e esses relativos à poupança externa, *doença holandesa* e populismo cambial têm a ver com a demanda para o

Foto: Paulo Brasil



mercado interno, sem dúvida, mas também para outro mercado muito maior, que é o mercado externo.

Desafios – Precisa ter uma taxa de câmbio que garanta a demanda?

Bresser – Tem que ter uma taxa de câmbio competitiva. As taxas de lucro e de juros tendem a ser um pouco mais altas nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos. Se não se neutralizar a *doença holandesa*, deixar que aconteça o desenvolvimento com poupança externa e deixar o populismo cambial, essas três coisas põem a taxa de câmbio lá embaixo, e não se consegue ter demanda para investimentos voltados para a exportação.

Desafios – Como o Brasil neutralizou a *doença holandesa*?

Bresser – Meu amigo e ilustre colega Antonio Delfim Netto montou, no final dos anos 1960, um sistema, que prevaleceu até 1985, de neutralização de uma doença que ele não conhecia – a palavra nem existia. De um lado, o imposto de exportação, chamado de confisco cambial (nome que deixava os agricultores alucinados). E um imposto sobre importação, por causa da indústria infante, de 45%. E um subsídio – isto já foi invenção do Delfim – de 50% para a exportação de todos os manufaturados. Supondo que a taxa de câmbio nominal fosse 2, com o subsídio à exportação ela passava a ser 3 para os exportadores de manufaturados. E os exportadores de café recebiam só 2 e pagavam 50%. Era isso, na prática.

Desafios – Só os produtores perdiam?

Bresser – Esse imposto na verdade não é pago pelos agricultores e mineradores, porque só incide sobre a diferença entre a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial. Por exemplo, se a taxa de equilíbrio industrial é hoje no Brasil de R\$ 2,70 por dólar, com um imposto de

R\$ 1,00 sobre R\$ 2,70 o agricultor não paga nada, pois fica exatamente igual ao câmbio a R\$ 1,70. Se um produto fica gravoso, precisa de uma taxa menor – não é um cálculo simples. Mas não é confisco. Esse nome é um equívoco. Na verdade, quem paga é toda a sociedade. Quando se consegue a desvalorização do câmbio, os salários caem e perdem poder aquisitivo. Todo mundo paga um

Geralmente, só se estuda o desenvolvimento econômico do lado da oferta, mas é fundamental olhar a demanda, e não apenas a demanda interna, mas também o mercado externo

pouco. Se o Estado tiver uma política bem orientada de distribuição do dinheiro que recebe, vai compensar parte dessa perda e permitir à indústria e demais setores da economia se desenvolverem, e os salários então vão subir mais do que aumentariam se o país continuasse vítima da *doença holandesa*.

Desafios – Qual é sua opinião sobre a nova proposta de política industrial?

Bresser – É boa, como, aliás, era a de 2003, mas querem mudá-la porque não deu certo. Desconfio que essa de 2008 também não vai dar certo. Mas, se é boa, não dá certo por quê? Os japoneses inventaram ter ministro da indústria desenvolvimentista e comando das finanças ortodoxo, mas essa política no Brasil não funciona. Ter um presidente do Banco Central ortodoxo e o resto do governo não-ortodoxo não resolve o problema. A diferença entre Brasil e Japão é a taxa de câmbio. Para um país rico, política ortodoxa não

implica neutralizar a tendência de sobreapreciação da taxa de câmbio, porque essa tendência não existe lá. Então, a política normal dá um câmbio competitivo. O Japão nunca brinca com isso e faz juro baixo e ajuste fiscal duro, exatamente o que nós precisamos. Só que, para fazer isso, não podemos ser ortodoxos e deixar o mercado determinar a taxa de câmbio. Temos que intervir. Se a política industrial pretende compensar câmbio apreciado, juro alto e ajuste frouxo, não vai funcionar.

Desafios – Não há saída?

Bresser – É uma tristeza todo esse enorme esforço ser neutralizado por uma taxa de câmbio escandalosamente sobreapreciada. Quando estava em torno de R\$ 2,20, era só *doença holandesa*, e portanto não levava a uma crise de balanço de pagamentos. Mas dificultava muito a indústria. E, como continua a entrar um monte de dólares no país, atraídos por essa taxa de juros alta, o resultado é que agora estamos em R\$ 1,70 e indo para uma crise de balanço de pagamentos dentro de dois anos.

Desafios – Como evitar?

Bresser – Já estamos com déficit em conta corrente. É lastimável, mas é por causa da política macroeconômica ortodoxa convencional: juro alto, câmbio baixo e ajuste fiscal frouxo. Sou a favor de um ajuste fiscal mais duro, mas começaria pelo binômio câmbio-juros, porque precisamos baixar os juros e depreciar o câmbio. Isto vai custar um pouco de inflação, não por causa dos juros, mas do câmbio. Na hora em que se depreciar, vai causar uma inflação provisória. Teremos que agüentar e não deixar nada indexado. O que eu também faria na economia brasileira é um esforço decisivo para desindexar todos os contratos, corrigir como se corrige no resto do mundo, não com cláusula formal de indexação no

contrato. Isto é um escândalo, mas continua nos contratos públicos, de energia elétrica, de telefonia...

Desafios - Como se controlam os efeitos colaterais da elevação do câmbio?

Bresser - Isto só tem um jeito: é provisoriamente montar um sistema duro de controle de entrada de capitais. Não tem outra forma. E, ao mesmo tempo, cobrar um imposto variável sobre as exportações dos produtos que dão origem à *doença holandesa*. E ao mesmo tempo baixar a taxa de juros. É preciso ter muita coragem para fazer isso, e a coragem geralmente acontece quando o país se sente em crise. E o Brasil não se sente em crise hoje, pelo contrário. O final do ano passado foi um momento de grande euforia, com uma taxa de crescimento de 5,4%. Essa baixa do câmbio por enquanto só aumentou salário e criou demanda interna. Isso, mais a política correta do governo de elevar o salário mínimo e de aumentar as transferências de renda, criou uma demanda interna muito forte, todo mundo prosperou, ficou feliz, no melhor dos mundos. Infelizmente, não creio que se agüente manter a economia tão aquecida assim. E a taxa de câmbio vai produzir déficit em conta corrente neste ano e um déficit enorme no próximo ano.

Desafios - O mercado não vai corrigir isso?

Bresser - O que nós sabemos é que, em matéria de taxa de câmbio, o mercado é um desastre. Eu imagino que essa taxa de câmbio vai continuar muito baixa por bastante tempo, o nosso déficit em conta corrente vai aumentar muito, a situação das empresas industriais vai piorar e, afinal, chegaremos à crise daqui a dois ou três anos. Os argentinos só fizeram a política que estão fazendo agora, que é basicamente correta, porque tiveram uma crise muito maior do que a nossa. A pressão do Fundo Monetário Inter-

Foto: Paulo Brasili



nacional (FMI) em cima deles para valorizar o câmbio é enorme, e eles resistem firmemente.

Desafios - Qual é a dificuldade para fazer a política certa no Brasil?

Bresser - Quando a taxa de câmbio caiu para R\$ 3,00, se tivéssemos feito um esforço para mantê-la, não teríamos inflação nem aumento de salário, bastava manter a taxa. Agora, temos que recuperar a diferença, e isto envolve dificuldades na imposição de controles. Vão sempre dizer que esses controles não funcionam. Conversa. Funcionou durante muito tempo. É claro que vamos ter que fechar um pouco a economia, financeiramente. Dentro dessa nova teoria do desenvolvimento, é fundamental fazer a separação entre a globalização comercial e a globalização financeira. A comercial é ótima. Não era o que nós dizíamos há 50 anos, porque tínhamos indústria infante. Mas agora temos indústria desenvolvida e mão-de-obra barata, e a globalização comercial é ótima. Péssima é a globalização financeira, porque ela nos faz perder a capacidade de controlar a taxa de câmbio.

Desafios - O Chile controlou capitais...

Bresser - O Chile fez controles nos anos 1990 e depois parou de fazer,

porque não precisou mais. Agora, eu não aposto mais na economia chilena. Cometeram o gravíssimo erro de assinar um acordo comercial bilateral com os Estados Unidos que proíbe o controle de capitais. Isto é matéria financeira, e não comercial. Mas é o que interessa aos Estados Unidos, para que o câmbio se aprecie. Conversei com alguns economistas chilenos e eles dizem que o Chile ainda tem mecanismos para contornar esse acordo, mas eu acho que esse erro vai lhe custar caro, como está custando ao México, que não cresce. Agora, com a crise americana, vai ser pior. O câmbio se apreciou totalmente no México, a *doença holandesa* tomou conta, não só por causa do petróleo, mas também pelas remessas dos emigrantes.

Desafios - Não seria o caso de tomar uma atitude já?

Bresser - O Brasil vai ter que fazer, mais cedo ou mais tarde, uma opção. Nesta década, as condições para a mudança melhoraram muito porque a hegemonia americana foi-se embora, o fracasso da ideologia neoliberal é evidente. Os países que mais aceitaram o neoliberalismo e a ortodoxia convencional, a Rússia de Yeltsin e a Argentina de Menem, foram as crises maiores, mas ambos viraram mais fortemente e estão crescendo bem. No Brasil, isso acabará acontecendo. Hoje, os empresários industriais são muito diferentes. Nos anos 1990, eles estavam sem argumentos. Eu mesmo não tinha toda esta argumentação que tenho agora. A política cambial estava errada. Os anos 2000 facilitam a mudança, mas estou desconfiado de que precisaremos de mais uma crise para mudar de política. Com uma crise, o câmbio se deprecia imediatamente, vai a R\$ 3,50 outra vez. Não significa que eu esteja defendendo a administração por meio de crises. De jeito nenhum. Queria que houvesse a mudança sem crise. Mas acho difícil no momento. **ii**

Carga tributária bruta e investimento



É possível que haja um trade-off de curto prazo entre tributação e crescimento. Isto nos motivou a instituir linha de pesquisa em caráter permanente sobre o assunto, visando obter respostas mais claras. Por enquanto, cumpre reafirmar: não há evidência contundente de que o efeito da CTBB sobre o investimento privado seja tão relevante quanto se apregoa

Nos últimos 12 anos, a Carga Tributária Bruta Brasileira (CTBB) subiu cerca de 9% do Produto Interno Bruto (PIB), fenômeno identificado por muitos economistas como uma das causas dos baixos níveis de investimento e de crescimento verificados nesse período. O raciocínio dessas pessoas é simples: o excesso de tributos diminui a lucratividade das firmas, o que desincentiva o investimento, e, por essa via, atrapalha o crescimento. Daí a visão – aparentemente dominante entre os formadores de opinião – de que a redução concomitante do gasto público corrente e da CTBB seria desejável. A popularidade desse argumento contrasta, entretanto, com a virtual inexistência de estudos empíricos sérios sobre o assunto no Brasil.

Recentemente, investigamos o impacto da CTBB sobre o investimento privado no Brasil no período 1995-2007. Os resultados que obtivemos (publicados no texto para discussão nº 1.314, do Ipea) indicam que é difícil sustentar a sabedoria convencional (SC) mencionada acima. A análise de vários modelos econométricos mostra que o investimento privado responde forte e positivamente ao PIB e negativamente ao preço relativo dos bens de capital, mas não responde diretamente a variações na CTBB. O efeito da CTBB sobre o investimento parece ser apenas indireto, ao afetar positivamente o preço dos bens de capital e, por essa via, negativamente o investimento privado.

Quais são, então, os problemas com a SC? Citaremos quatro. Em primeiro lugar, a CTBB é um agregado complexo de muitas dezenas de tributos diferentes, com impactos diferentes sobre a economia. Em segundo lugar, a teoria econômica tem muito mais a dizer sobre a **composição** do que sobre o **tamanho** da carga tributária, além de deixar claro que a incidência efetiva de um imposto tem pouco a ver com a sua incidência legal – em muitos casos as firmas podem repassar

o ônus dos impostos aos consumidores.

Em terceiro lugar, a SC desconsidera o lado da demanda por serviços públicos. Tanto a extensão como a qualidade dos serviços (e.g. de educação, saúde, segurança, controle de desmatamentos, etc.) ofertados à população estão diretamente ligadas ao tamanho do gasto público corrente. Esse gasto terá que ser reduzido caso se queira baixar a CTBB sem prejudicar a trajetória de queda da dívida pública brasileira. É óbvio que o governo deve buscar maior produtividade da máquina pública, mas dificilmente os ganhos de produtividade possíveis bastariam para contra-restar o impacto negativo do corte no gasto corrente sobre a já insuficiente oferta de bens públicos para os mais pobres.

Por fim, a SC parece desconhecer a forte correlação negativa entre os níveis de desigualdade de renda e crescimento econômico observada na experiência internacional, e a forte correlação positiva esperada – à luz da teoria econômica (notadamente dos modelos de eleitor mediano) – entre desigualdade de renda e carga tributária em democracias. Parece-nos, pois, que a CTBB não somente é estruturalmente mais alta do que a carga tributária de países menos desiguais que o Brasil, como é bom que assim o seja, dado que o nível presente de desigualdade nos parece incompatível com uma trajetória sustentável de crescimento.

Naturalmente, é possível que haja um *trade-off* de curto prazo entre tributação e crescimento. Isto nos motivou a instituir uma linha de pesquisa em caráter permanente sobre o assunto, visando obter respostas mais claras. Por enquanto, cumpre reafirmar: não há evidência contundente de que o efeito da CTBB sobre o investimento privado seja tão relevante quanto se apregoa.

Cláudio Hamilton dos Santos (foto) e Manoel Carlos de Castro Pires são pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Crescimento sem risco de inflação de demanda

Banco Central é questionado dentro e fora do governo por tentar frear a economia com aumento dos juros

Por **Luiz Fernando Dutra**, do Rio de Janeiro

A economia brasileira vive o seu melhor momento nos últimos 30 anos, desde que acabou a era do mi lagre econômico. Caso se confirmem as previsões para este ano, pela primeira vez após o triênio 1993, 1994 e 1995 o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro terá expansão média acima de 4% durante três anos seguidos. O bom momento da economia tem como base o aquecimento da demanda interna. Para este ano, a previsão é de que o PIB cresça novamente acima de 4%, podendo mesmo superar 5%.

A manutenção do crescimento sustentado, no entanto, está ameaçada pela política do Banco Central (BC) de elevar a taxa básica de juros (Selic) este ano para conter um suposto avanço da inflação. Para Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador de estudos de conjuntura e política econômica, se o Brasil quiser manter o crescimento em 2009 e 2010, será preciso mudar a política econômica para enfrentar os desdobramentos da crise interna nos Estados Unidos.

“Acredito que os americanos terão uma crise mais prolongada do que uma simples recessão. Os Estados Unidos têm uma economia movida a crédito. Muitos bancos foram atingidos por essa crise. Isso influi em outras economias, como a da China, e acaba afetando o Brasil, que será prejudicado se os preços das *commodities* caírem muito. O BC precisa acabar com essa reação *pavloviana* a qualquer deslocamento da inflação. A política monetária tem que ser menos ortodoxa”, afirma Carneiro.

O professor acrescenta que dá para acomodar uma tolerância maior com a inflação na atual banda (o centro da meta da inflação é de 4,5% ao ano, com uma banda de dois pontos percentuais para cima e outros dois para baixo) e não trabalhar apenas com o centro da meta, quando se está no meio de uma crise internacional.

Segundo Carneiro, o Brasil já está com déficit em corrente e precisa tomar medidas como impor tarifas de importação e controle da entrada de capital estrangeiro para evitar que o problema se agrave nos próximos anos. “Temos que tentar substituir a demanda externa pela deman-



País está com déficit em conta-corrente e precisa impor tarifas

da interna. Há uma sinalização neste sentido com a nova política industrial que está se desenhando. Mas também é preciso uma mudança de perfil na economia. Se isso não acontecer, ela vai desacelerar rápido, voltando para o padrão de crescimento próximo de 2,5% ao ano, que foi a nossa média nas últimas duas décadas”, alerta.

Ao contrário das avaliações que vêm sendo feitas pelo BC de que há o risco de aumento da inflação devido ao crescimento um pouco mais acelerado da economia, e que por esse motivo é necessária uma política monetária mais contracionista, Carneiro diz que o desequilíbrio da velocidade de crescimento da demanda ante a oferta em alguns segmentos – como o de automóveis, por exemplo – pode ser corrigido com medidas bem menos traumáticas para a economia. “Não precisa subir a taxa de juros, basta adotar medidas seletivas, como limitar o financiamento de alguns bens duráveis”, propõe.

CONSERVADORISMO Apesar da argumentação em sentido contrário por parte de diversos segmentos que acompanham a economia brasileira, o Conselho de Política Monetária (Copom), colegiado composto pela diretoria do BC, elevou em meados de abril a taxa básica de juros (Selic) de 11,25% ao ano para 11,75%, a mais elevada taxa real do mundo.

Nota técnica elaborada por três pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) – Salvador Werneck Vianna, André Melo Modenesi e Miguel Bruno –, intitulada *Reversão Preventiva na Política Monetária*, divulgada no dia 14 de abril, também refuta a tese do BC sobre a necessidade de um ajuste prévio na taxa básica de juros para evitar pressões inflacionárias. O trabalho critica o excesso de conservadorismo do BC e alerta que a elevação da Selic poderia prejudicar o investimento e comprometer o crescimento da economia.

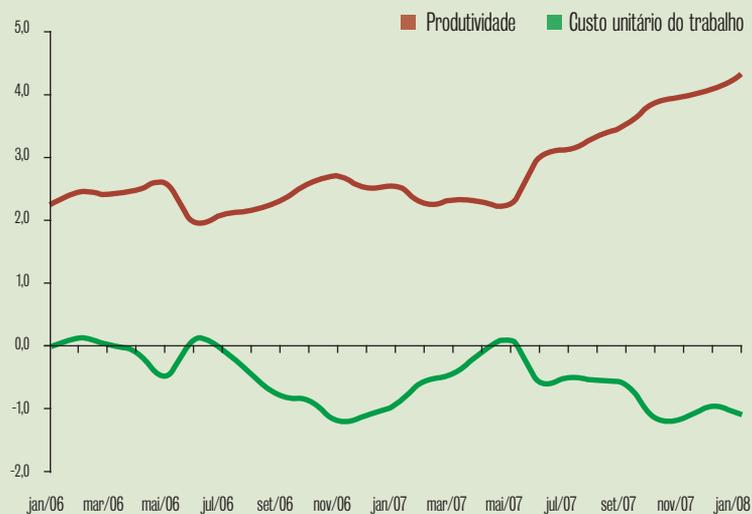
“Em um momento de possível retomada do crescimento sustentável, como o atual, o efeito dinâmico de uma contração monetária sobre a capacidade produtiva não pode ser desprezado. A demanda está crescendo e, portanto, os investimentos devem ser estimulados, e não o contrário. Temerário seria afunilar o fluxo futuro de investimento de produção, por meio de uma contração monetária. Há forte correlação positiva entre as variações da taxa de utilização da capacidade produtiva e da formação bruta de capital fixo. Ou seja, ao se conter os aumentos do nível de utilização da capacidade produtiva, desestimulam-se os investimentos – que permitiriam corrigir eventuais restrições de oferta, que preocupa o BC”, diz a nota técnica.

Ainda de acordo com a nota, o forte aumento da produção e das importações de bens de capital, somado aos ganhos de produtividade da indústria, indica um incremento do PIB potencial. Esse quadro, por si só, já seria suficiente para questionar a necessidade de uma alta dos juros, afirma o texto dos três pesquisadores.

INVESTIMENTO O superintendente da Área de Pesquisas e Acompanhamento Econômico (APE) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ernani Torres, também diz que a inflação brasileira está “muito bem comportada”, com apenas alguns produtos – ele cita feijão-carióquina, leite e carne – puxando a taxa um pouco para cima. Torres diz que a política atual tem sido muito bem-sucedida, com o país crescendo sem a inflação subir junto, como acontece em outros países. Torres também diz não ver descompasso entre as trajetórias de oferta e demanda. Segundo as previsões da APE, a taxa de investimento brasileira deverá chegar a 18,5% do PIB este ano, com um crescimento de 15% ante o ano passado.

Produtividade em alta, custo do trabalho em baixa

Custo unitário do trabalho na indústria e produtividade
(Variação acumulada em 12 meses)



Fonte: IBGE/Pimes. Elaboração: GAP/Dimas/Ipea

de importação e controlar entrada de capital, diz professor

“As pessoas têm o direito de estar preocupadas, isso faz parte”, comenta, “mas o movimento brusco na taxa de juros pode comprometer o melhor ambiente de crescimento no Brasil em 30 anos. A nossa economia está saudável, tendendo a crescer 7% ao ano.” Segundo ele, o crescimento do PIB nos últimos dois anos tem perfil diferente do verificado em 2004, quando foi puxado pelas exportações. De 2006 para cá, diz, foi o aumento do crédito para os consumidores que acelerou a expansão da economia, fazendo com que a indústria, o comércio e os serviços também passassem a crescer. Ele afirma que, depois do crédito familiar, que já cresce consecutivamente há três anos, agora são outras modalidades, como o crédito imobiliário, que também estão crescendo rapidamente.

“Este é um momento único na história econômica do mundo. A China não crescia nesse ritmo há cerca de 500 anos. A taxa de investimento lá já esteve em 42% do PIB, coisa que ninguém acreditava, mas depois se verificou que era verdade. Atualmente, a taxa de investimento deles é cerca de 30%, algo incrível, que vai demorar a acontecer novamente. O Brasil não pode perder esta oportunidade”, afirma Ernani Torres.

DEMANDA INTERNA Para Miguel Bruno, o BC tem que ser cauteloso ao mexer nos juros, para não desaquecer a demanda interna, que tem sido a responsável pelo crescimento do PIB. Diferentemente dos países desenvolvidos, cuja demanda é muito mais por renovação, o Brasil, na sua opinião, acumula há anos uma demanda reprimida, que

vai do iogurte incorporado à dieta das crianças, passa pela compra do primeiro carro zero quilômetro e já chega à compra da casa própria, que agora é um sonho factível pelo maior acesso ao crédito imobiliário.

“A demanda interna, quando cresce, puxa o investimento produtivo. Grande parte dele vai começar a amadurecer agora, aumentando a capacidade da indústria e freando a pressão inflacionária. Acho que o temor de uma demanda muito aquecida também tem que ser revisto. O consumo das famílias vem 85% dos salários. O investimento deve ser preservado. A última variável a ser sacrificada deve ser o investimento”, diz o pesquisador.

MERCADO As projeções do mercado apuradas pelo BC com analistas das instituições financeiras passaram a apontar uma taxa básica de juros de 12% ao ano para este ano, acima até mesmo dos 11,75% estabelecidos pelo Copom em meados de abril. Segundo Nelson Carneiro, economista-sênior da consultoria Austin Asis, “infelizmente, o BC adota uma posição extremamente conservadora num momento

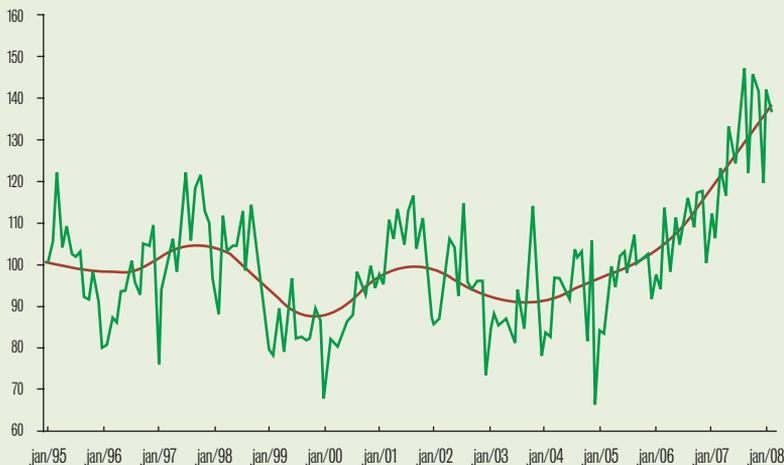
raro, por ser tão favorável, da economia brasileira”.

Ele acrescenta que elevar os juros “só beneficia o investidor estrangeiro”. O economista explica que “o fluxo de dólares está nas mãos do mercado financeiro, o que é ruim para o país. Até uns dois anos atrás, tínhamos saldo positivo. Aí, criamos barreiras de entrada, só que os dólares dos investidores estrangeiros já estavam aqui. Além disso, as taxas de juros estão caindo em todo o mundo, para dar maior liquidez ao mercado por causa da crise nos Estados Unidos”.



Bens de capital em trajetória de alta

Consumo aparente de bens de capital (1995-2008)
(Série real e tendencial %)



Fonte: Ipeadata

Ele afirma que “elevar a taxa de juros no Brasil está na contramão do que acontece no mundo”.

Segundo João Sicsú, diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terá uma influência muito grande no desempenho da eco-

nomia este ano. “Em 2008, vamos ter muito mais obras e investimentos do PAC. A iniciativa do governo de fazer obras públicas gera mais investimentos privados. Estamos vendo o setor produtivo privado tirar planos que estavam na gaveta há algum tempo e colocando-os em prática. Em fevereiro, a

indústria cresceu 9,7%. É um número impressionante em qualquer país do mundo”, afirma o diretor.

DEMANDA EXTERNA A Carta de Conjuntura, publicada pelo Ipea em março, prevê que a demanda externa este ano deve continuar negativa, com as importações crescendo num ritmo ainda mais acelerado que o do ano passado, enquanto o aumento das exportações será mais lento. Segundo a Carta, o crescimento real do PIB em 2007, que foi de 5,4%, representa a combinação entre uma variação positiva de 6,8% da demanda interna e negativa de 1,4% da demanda externa.

Em 2007, a expansão das vendas para o exterior foi de 6,6%, ante 20,7% das importações. Segundo o pesquisador Marcelo Nonnenberg, um dos coordenadores do Grupo de Análise e Previsões do Ipea, que elabora a Carta de Conjuntura, a previsão para este ano é de um crescimento de 24,1% nas importações, em boa parte devido à compra de máquinas e equipamentos, ante 5% de crescimento nas exportações. “Esse crescimento das importações é bom. Estamos importando mais máquinas e equipamentos. É sinal de que o setor produtivo está investindo.”

Para o economista Ernani Torres, do BNDES, a aceleração das importações não representa perigo para o país. Ele explica que não há uma tendência explosiva nesse crescimento. “As importações têm sido de boa qualidade. Estão permitindo desafogar a oferta doméstica. Acho que nesse momento as importações estão favorecendo a indústria doméstica. É natural que quando um país começa a crescer mais rapidamente, as importações também aumentem mais que as exportações”, avalia Torres.

Segundo o economista do BNDES, o déficit em transações correntes, que

Utilização da capacidade industrial inicia queda

Taxa de utilização da capacidade produtiva instalada (1992-2008)
Indústria — Dessazonalizada (em %)



Fonte: CNI

ainda não chega a preocupar, também é fruto do aumento das remessas de lucro para o exterior por parte das empresas multinacionais. Ele também diz que não há nada de errado com isso, mas está analisando o comportamento de algumas empresas que estão remetendo mais do que investem, num momento de economia aquecida no Brasil.

Para Torres, “não há um processo de desindustrialização em curso. Isso só está acontecendo com algumas empresas em setores localizados. Acho que algumas estão apostando na valorização do real e aplicam na nossa moeda. De qualquer maneira, é um dado curioso”, comenta, acrescentando que também é um defensor de saldo positivo para transações correntes.

CRISE AMERICANA Quanto à recessão americana, Marcelo Nonnenberg diz que “o que interessa é o emprego. Se está diminuindo, para mim já é recessão”. A questão, diz Nonnenberg, é saber qual será o tamanho da recessão americana e qual será a sua duração. “Há três meses, eu achava que seria curta. Hoje, o quadro está mais negro. Poderemos ter os Estados Unidos crescendo perto de zero por um ou dois anos. Normalmente, as crises provocadas pelo setor imobiliário duram três anos. Como já temos mais ou menos um ano e meio de crise lá, poderemos ter mais 18 meses com o PIB americano crescendo muito próximo de zero”, detalha o pesquisador.

Segundo Nonnenberg, o cálculo da faixa de crescimento do PIB brasileiro da última Carta de Conjuntura, de 4,2% a 5,2%, levou em consideração um crescimento de 0,5% nos Estados Unidos este ano. Mas, se a taxa for ainda menor, diz, o efeito sobre o crescimento da economia brasileira

não será grande. “Se a recessão for muito prolongada, poderá afetar o preço das *commodities*, o que teria impacto na nossa balança comercial. Ela também pode afetar o investimento e reduzir um pouco o ritmo de crescimento em outros países como a China. Este ano, de acordo com a previsão feita pelo Banco Mundial, a China vai crescer 9,5%, ante 11% em 2007. Essa redução, segundo o Banco Mundial, tem relação com o desaquecimento da economia americana”, diz.

O pesquisador do Ipea Miguel Bruno, que também é um dos coordenadores da Carta de Conjuntura, diz que ainda é cedo para analisar com mais profundidade quais serão os efeitos da crise americana sobre a economia brasileira, embora ele acredite que não serão necessariamente catastróficos. Ele relembra que em 1936, quando o mundo se recuperava do *crash* de 1929 e a economia americana ainda passava por momentos muito difíceis, o Brasil já voltava a crescer.

“Essas crises não têm efeitos iguais para todo mundo. Cada país responderá de uma maneira, dependendo muito da sua especificidade. Em 1929, o governo americano demorou muito para atuar, e quando o fez foi muito conservador. O Brasil tem a vantagem de ser uma das maiores economias do mundo. Pode se voltar para dentro e continuar crescendo. Acredito que isto vai acontecer, tanto que a nossa previsão para o crescimento da taxa de investimento é uma faixa que vai de 12,4% a 14,1%. São números muito bons”, afirma.

Segundo a Carta de Conjuntura, o número de empregos com carteira assinada cresceu 5,2% no ano passado, e 7,9% em janeiro deste ano, na comparação com janeiro de 2007. Além disso, a taxa de desemprego de 7,4% em 2007 foi a menor da nova série da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A renda dos trabalhadores, que teve alta de 4% e 3,2% em 2006 e 2007, respectivamente, manteve o ritmo no início deste ano e cresceu 3,4% em

janeiro, ainda segundo a Carta de Conjuntura.

Com mais gente trabalhando e ganhando mais, o crédito ultrapassou o equivalente a 34% do

PIB, podendo chegar a 40% no final do ano, fortemente impulsionado

pelo consumo das famílias. O aquecimento da

demanda interna motivou o setor produtivo. A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) elevou-se em 13,4%, levando a taxa de investimento para 17,6% do PIB. 

Ilustração: Erika Onodera





“Olha, eu estou aqui e quero participar!”

As questões relevantes para a juventude brasileira passam pela ampliação de direitos básicos como educação de qualidade, trabalho decente, cultura, esporte e lazer

Por **Lúcia Pinheiro**, de Brasília

“A juventude carece basicamente de quase tudo: de acesso ao esporte, ao lazer, é complicado o acesso à cultura, a educação é de má qualidade, no mercado de trabalho falta emprego para os jovens, e outros direitos. Embora já existam programas de governo como o Projovem e Prouni, são iniciativas muito aquém do que a juventude precisa. Na educação básica não tem democracia, falta investimento e é visível a ausência dos governos estaduais, que geralmente estão em conluio com as empresas de educação particular. Acredito que o principal é a mobilização da juventude, porque é só com participação ativa que a gente consegue melhorias.” [Yuri Soares Franco, 23 anos, estudante de História, da Universidade de Brasília (UnB), ativista do movimento estudantil]

É muito mais diversificada a face social dos jovens que se

As pesquisas apontam as principais carências da juventude brasileira neste início de século: uma educação pública de qualidade voltada para a qualificação e inserção no mercado de trabalho; a democratização do acesso ao esporte, lazer e cultura, às tecnologias de informação e comunicação; e mais segurança. As respostas são quase unânimes nesta significativa parcela da população, que corresponde hoje a cerca de 51,1 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. Desses, 34 milhões entre 15 e 24 anos formam a faixa etária mais atingida pelos índices de desemprego, de evasão escolar, de falta de formação profissional, de mortes por homicídio e de envolvimento com drogas e com a criminalidade, de acordo com indicadores nacionais analisados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“Essas questões são especialmente urgentes hoje no país. Nossa escola não tem cumprido muito com os objetivos que se espera dela, que é a formação geral, cidadã, a preparação para a vida cotidiana em termos de capacidade

analítica e também na formação para o mercado de trabalho, um papel ativo na vida produtiva da sociedade que o jovem precisa conquistar”, diz Luseni Maria Cordeiro de Aquino, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea. Ela participa do estudo *Juventude e Políticas Sociais no Brasil* realizado pela instituição, sobre a inserção da temática juventude, suas dimensões e demandas, na agenda das políticas sociais brasileiras.

Os jovens também vocalizam outras questões, descritas pelos pesquisadores como um “olhar” sobre o que eles são. Uma etapa de vida que deve ser compreendida não somente como uma passagem da infância para a vida adulta, mas como “um tempo de construção de identidades e definição de projetos de futuro” e “uma fase em que as pessoas têm questões próprias”. A reivindicação dos movimentos de jovens é exatamente para que se reconheçam as especificidades dessa fase.

Ter liberdade, saúde e disposição física, poder aproveitar a vida, fazer amizades e não ter responsabilidades são “coisas boas de ser jovem” para 74% dos jovens que responderam a uma pesquisa do Instituto Cidadania, em 2003. Já 11% declararam que a falta de trabalho e renda, drogas, violência e más companhias são “coisas ruins de ser jovem”. Entre esses jovens, 14% optaram pelas duas possibilidades. Outros pontos citados como “assuntos que mais lhe interessam” estão educação, trabalho e oportunidades de cultura e lazer. Esses dados são abordados no estudo do Ipea, que analisa também que, a despeito de os jovens partilharem várias experiências em comum, há uma gama de situações que confere a multiplicidade das demandas e necessidades desse grupo.

RENOVAÇÃO Para a antropóloga Regina Novaes, pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é muito

mais diversificada a face social dos jovens que se mobilizam hoje. Ela diz que, se até os anos 1970 os ativistas juvenis estavam restritos aos jovens estudantes de classe média, hoje são jovens de setores populares urbano e rural que fazem parte de grupos ecológicos, musicais, esportivos e religiosos cujas ações imediatas visam transformar as “comunidades locais”.

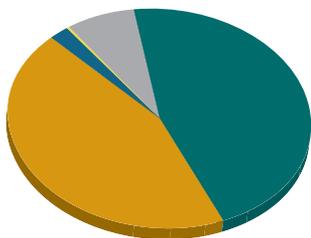
“Esses grupos cada vez mais se conectam em espaços geograficamente mais amplos, seja para realizar intercâmbios artísticos, culturais e de experiências de ação social; para participar de mobilizações ligadas às suas áreas de atuação; ou para participar de campanhas e ações ligadas a interesses e direitos mais amplos da sociedade em que vivem. Surgem assim novos pertencimentos sociais que permitem expressar descontentamentos, fazer denúncias e inventar novos caminhos de participação”, diz a pesquisadora, que também foi secretária-executiva da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, de 2005 a 2007, e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

“Deste prisma, as articulações em torno da juventude oferecem uma oportunidade de renovação dos espaços tradicionais da política. O que se observa é que as organizações juvenis mais clássicas, que, muitas vezes, sofrem de problemas de distanciamento das bases, de representatividade e inovação na linguagem e formas de atuação, têm se esforçado para incorporar em sua agenda novos temas, formas de mobilização e bandeiras de luta”, acrescenta Regina Novaes.

MOBILIZAÇÃO A socióloga Miriam Abramovay, diretora de pesquisa do Instituto de Estudos Avançados das Américas (Ineam), iniciativa da Organização dos Estados Americanos

Mais brancos do que negros

Bolsistas do Programa Universidade para Todos (Prouni) por raça — 2005-2007 (em %)



45,88%	Branca
44,38%	Negra
2,04%	Amarela
0,29%	Indígena
7,40%	Não informada

Fonte: Sisprouni/MEC — Elaboração: Disoc/Ipea

(OEA) e da Organização Universitária Interamericana (OUI), se diz surpreendida com a atual capacidade de mobilização dos jovens. “Algo de novo está acontecendo no Brasil. Nunca os jovens participaram tanto, seja por meio de partidos, do movimento estudantil, de movimentos sociais, ou de organizações não-governamentais. Tenho ido a conferências de jovens por todo o país e a participação é de 800 e até mais de mil jovens”, diz.

É importante, avalia, “porque eles têm a possibilidade de se reunir, de falar, de ter algum nível de participação nas políticas voltadas para seu segmento. Então, se a educação formal vai tão mal, por outro lado, eles podem, por meio dessa mobilização, conquistar um capital cultural e um capital social, além da oportunidade de conhecer e ser parte dos programas de governo que existem pela sua causa. Acho isso um avanço para a juventude brasileira”, acrescenta a socióloga, que também é membro do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e secretária-executiva do Observatório Ibero-americano de Violências nas Escolas e foi professora da Universidade Católica de Brasília.

A despeito das desigualdades de acesso, os jovens incorporaram as novas tecnologias, como a internet, ao seu dia-a-dia, diz a antropóloga Regina Novaes. Para ela, a propagação veloz de símbolos e valores permite aos jovens de diferentes condições sociais e de locais distantes compartilhar um mesmo universo de referência.

“Por exemplo, no início deste século ocorreu um grande *boom* de sites sobre *hip hop* pelo mundo. Além de divulgar trabalhos artísticos, este expediente fez escoar e circular a cultura *hip hop*, com suas convicções e crenças, suas manifestações de *rap*, *break* e *grafitti*, sua origem urbana e periférica e seu poder de transformação social. Existem sites voltados para grupos

Seis demandas para a inserção social

A fim de levantar subsídios para a criação e aperfeiçoamento de políticas públicas direcionadas para os jovens, especialmente no âmbito do Mercosul, foi feita em 2007 a pesquisa *Juventude e Integração Sul-Americana*, com jovens do Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Bolívia. Segundo a professora Regina Novaes, que prestou consultoria à pesquisa, ela foi direcionada para levantar “o que querem e o que pensam os jovens que participam de organizações e movimentos juvenis na América do Sul”. Foi um trabalho do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase) e do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais (Pólis), com apoio do International Development Research Centre (IDRC), do Canadá.

Nas respostas, os jovens entrevistados destacaram seis demandas para assegurar sua inserção social neste cenário de incertezas, segundo um resumo feito pela professora Regina Novaes:

1) Acesso à educação de qualidade. Não se trata apenas de assegurar vagas. É preciso enfrentar o desafio de professores preparados e currículos mais condizentes com a realidade atual. O mundo atual pede também mais flexibilidade para garantir aprendizado, ou seja, há necessidade de calendários adaptados que permitam combinar trabalho e estudo nas cidades e na área rural. É preciso ainda garantir a continuidade para quem quer continuar estudando, se no nível secundário, técnico-profissional ou universitário.

2) Oportunidades de “trabalho decente” e criativo, assegurando remuneração condizente e direitos trabalhistas, e que abram espaços para novas ocupações na área da cultura, da agroecologia, das ocupações sociais que permitem aliar inserção produtiva (individual ou em grupo) e valores.

3) Acesso à produção cultural como um direito dos jovens que não têm recursos, seja para produzir artisticamente, seja para escolher como usar o tempo livre e para ter acesso ao patrimônio cultural material e imaterial de seu país.

4) Acesso ao transporte subsidiado como direito à circulação na cidade, e entre cidade e campo, visto como condição para o exercício de outros direitos fundamentais como educação, trabalho, cultura e lazer.

5) Condições para uma vida segura por meio de valorização da diversidade e respeito aos direitos humanos para reverter ações violentas dos traficantes e das polícias, assim como preconceitos e discriminações (étnicas, de gênero, por local de moradia) que sempre tornam os jovens os principais suspeitos.

6) Viabilização de pactos societários em busca de sustentabilidade socioambiental. Em torno da ecologia desenham-se diversas ações coletivas e inéditas possibilidades de articulação intergeracional e entre jovens de classes sociais diferentes, urbanos e rurais.



Foto: Luiz Carlos Muraukas/Folha Imagem

Simplemente 'jogar' o jovem no mundo do trabalho,

específicos que destacam suas idéias 'combativas' e com 'atitude', em geral, críticas à sociedade branca e excludente, e há outros de projetos sociais que utilizam o *hip hop* como metodologia de trabalho para intervir na sociedade. Em todos os casos, o meio digital é fundamental para a relação entre a experiência local e a identidade que a ultrapassa”, destaca a antropóloga.

Ao mesmo tempo que passam por vivências próprias da idade, os jovens, independentemente do lugar em que vivam e do grupo social a que pertençam, estão por toda parte, participando, inventando, discutindo, criando, divulgando. E é assim que se dá na questão ambiental: são muitas as experiências em curso no Brasil em que a atuação dos jovens vai de pequenas iniciativas de bairro ou escola às redes internacionais. O contato com experiências de outros países torna mais fácil para o jovem brasileiro compreender o quanto os problemas ambientais estão interligados. Neste contexto, ele começa a perceber a dimensão global dos

problemas e soluções ambientais e a acompanhar essa tendência.

Na cultura não é diferente. Os jovens também querem ter acesso aos bens culturais, querem cultura no espaço escolar e garantia de acesso a manifestações culturais. Mas a produção cultural no Brasil ainda é privilégio de poucos e o acesso é desigualmente distribuído do ponto de vista regional e social também para este segmento. As políticas para o setor investem na melhoria de qualidade do que é produzido, no acesso e na formação de demandas em torno do fazer cultural. Análise do Ipea mostra que o consumo de bens culturais entre os jovens brasileiros está relacionado à escolaridade, ainda que seja bem diversificado. Enquanto 28% dos jovens universitários gastam parte do seu dinheiro com periódicos, apenas 7,1% de todos os jovens gastam com esses produtos.

PROJOVEM O pesquisador do Ipea Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez avalia como um fato grave o jovem tentar o ingresso no mercado de tra-

balho e não conseguir. “Existem argumentos de que o desemprego é consequência de alta rotatividade, e que esta seria uma característica do jovem que está tendo sua primeira experiência no mundo do trabalho, como forma de acumular conhecimento e experiência. No entanto, para a grande maioria dos jovens brasileiros, essa busca, cedo, não é simplesmente uma questão de autonomia pessoal, mas de sobrevivência pessoal e familiar. Muitos jovens vindos de famílias pobres deixam a escola e ficam circulando entre ocupações de curta duração e baixos salários, e muitas vezes no mercado de trabalho informal, isso quando não ficam desempregados por um longo tempo.”

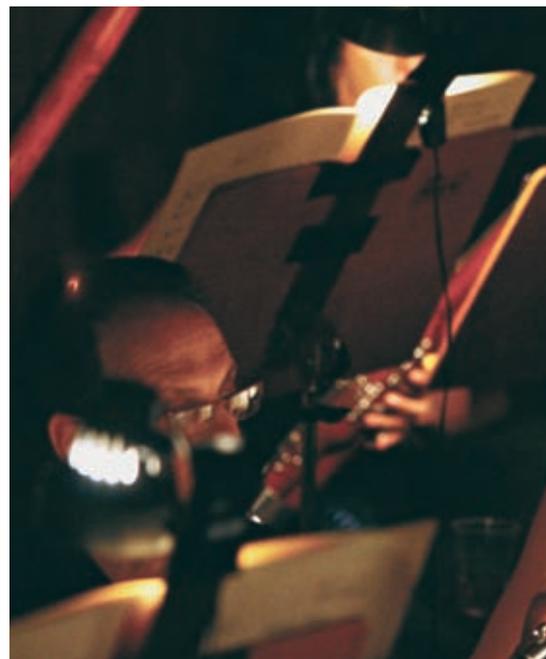
Gonzalez explica que o governo está buscando, por meio do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Pro-jovem), fazer uma ponte entre a escola e o trabalho, a fim de garantir oportunidades de trabalho para os jovens que já poderiam começar em um emprego e de recuperar a escolaridade de outros

A contradição entre estudar e trabalhar

Condição de atividade e de estudo por sexo e faixas etárias
— Brasil, 2006 (em %)

Homens	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
10 a 14 anos	85,4	11,6	0,9	2,1
15 a 17 anos	54,4	27,1	11,3	7,1
18 a 24 anos	12,7	18,0	55,6	13,7
25 a 29 anos	2,1	9,4	78,3	10,1
Mulheres	Só estuda	Estuda e trabalha	Só trabalha	Não estuda nem trabalha
10 a 14 anos	91,0	6,5	0,4	2,1
15 a 17 anos	65,3	17,5	4,9	12,3
18 a 24 anos	17,6	15,1	35,6	31,7
25 a 29 anos	4,7	9,6	53,0	32,7

Fonte: Phad/IBGE



Grupos cada vez mais se conectam para intercâmbios...

precocemente, não é suficiente para evitar a exclusão

que não conseguiriam trabalhar. “Esse projeto começou a trabalhar com jovens que sequer tinham concluído o ensino fundamental, apesar de já terem completado 18 anos. Mas as chances desses jovens no mercado de trabalho são pequenas, alguns pontos ainda são complexos e incertos. Um deles é qual seria o melhor formato para adequar essas várias demandas do jovem, porque o jovem de renda baixa, com pouca escolaridade, muitas vezes já com filho, não é uma pessoa que possa retornar facilmente para a escola, uma vez que precisa ter uma forma de subsistência, e uma bolsa nem sempre é o suficiente”, diz.

Ele acrescenta que “esse é um desafio da política pública: saber que simplesmente ‘jogar’ esse jovem no mundo do trabalho, precocemente, não é uma solução, e também manter esse jovem na escola é algo que exige uma certa revisão do que é feito hoje, porque essa mesma escola não é atrativa, não consegue dar o retorno necessário para evitar a exclusão desse jovem”. A taxa de desemprego

entre jovens de 15 a 17 anos é de 22,6%; de 18 a 24 anos, de 16,7%; e de 25 a 29 anos é de 9,5%, segundo o último levantamento, de 2006, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os resultados do sistema educacional dos jovens brasileiros continuam muito distantes das metas desejáveis: carece de mais qualidade para garantir mais aprendizagem. Isto decorre, segundo o Ipea, do acesso limitado à educação infantil e da baixa efetividade no ensino fundamental. De acordo com os estudos do Ipea, de 1996 a 2006 houve uma acentuada redução do analfabetismo no segmento de jovens, mas esse indicador educacional não acompanhou a redução das disparidades regionais, principalmente no Norte e Nordeste, o que reforça a necessidade de ações do poder público nessas regiões.

Paulo Corbucci, outro pesquisador do Ipea, diz acreditar que muitas das dificuldades que os jovens vivenciam quando chegam ao ensino médio ocorrem por deficiência do aprendizado no ensino fundamental, “que vem falhando, inclusive, nas questões mais básicas, como ensinar a ler, escrever e fazer cálculos”. Para ele, “não resta dúvida de que é urgente melhorar a qualidade da educação básica como meta principal da política educacional”.

DESIGUALDADES O estudo do Ipea revela que o processo de escolarização da maioria dos jovens é marcado por desigualdades e oportunidades limitadas. Os números confirmam que a proporção de jovens fora da escola é crescente conforme a faixa etária: de 17% na faixa de 15 a 17 anos, de 66% na de 18 a 24 anos e de 83% na faixa de 25 a 29 anos. E muitos desses jovens desistem de estudar sem ter completado sequer o ensino fundamental, mas entre os que vencem essa barreira e têm mais de 18 anos, cerca de 30% conseguem completar, pelo menos, o

ensino médio. Outra revelação: entre os homens, a principal razão de abandonar os estudos está relacionada à oportunidade de emprego (42,2%), enquanto entre as mulheres está na gravidez (21,1%).

Está na região Nordeste a maior concentração dos jovens de baixa renda do país (50,8%), sendo que 20,6% desses vivem em áreas rurais. Mais de dois terços – 70,3% – são negros ou pardos. O estudo do Ipea aponta que o rendimento mensal das famílias desses jovens está estritamente ligado à origem regional e à etnia, ou seja, ser um jovem nordestino negro ou pardo no país tem maior probabilidade de ser pobre.

As taxas de mortalidade de jovens são altíssimas, especialmente na faixa etária de 18 a 24 anos, por causa da violência, principalmente as que envolvem acidentes de trânsito e homicídios, de acordo com as estatísticas. E as vítimas, em geral, são do sexo masculino, pobres e negros, com pouca escolaridade, que vivem nas áreas mais carentes das grandes cidades. A violência também se manifesta em atos de delinquência, no vandalismo contra o espaço público, nas brigas entre gangues rivais, no dia-a-dia do ambiente escolar ou nas agressões intolerantes a homossexuais, negros, mulheres, nordestinos ou índios, aponta o estudo do Ipea. “Hoje, qualquer pesquisa de opinião traz a violência como um dos primeiros temas de preocupação, em particular do segmento jovem. Virou uma obsessão nacional”, diz Luseni Aquino.

Dados da Pnad indicam que 31,3% dos jovens brasileiros são pobres porque vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo. Apenas 8,6% são oriundos de famílias com renda domiciliar *per capita* superior a dois salários mínimos e 60% são de famílias com renda domiciliar *per capita* entre meio e dois salários mínimos.

ETNIAS Outra abordagem do Ipea mostra que a diferença entre os jovens brancos e negros, em vários aspectos da vida social,

Foto: Rogério Balaia/Folha Imagem



...artísticos, culturais e de ação social, diz pesquisadora

A escola não tem cumprido o objetivo que se espera dela

Milhões fora das escolas

Situação educacional dos jovens em 2006 (em %)

	Faixa etária		
	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 29 anos
Analfabetos (*)	1,6	2,8	4,7
Freqüentam a escola	82,1	31,7	13,0
— Ensino fundamental (regular ou supletivo)	33,9	4,9	2,0
— Ensino médio (regular, supletivo ou pré-vestibular)	47,7	13,8	3,3
— Ensino superior (inclusive mestrado ou doutorado)	0,4	12,7	7,3
— Alfabetização de jovens e adultos	0,1	0,3	0,4
Não freqüentam a escola	17,9	68,3	87,0
— Ensino fundamental incompleto	11,9	19,9	28,3
— Ensino fundamental completo	2,0	6,2	7,3
— Ensino médio incompleto	1,4	6,8	5,8
— Ensino médio completo	1,1	28,9	30,2
— Ensino superior incompleto	0,0	0,9	1,7
— Ensino superior completo (inclusive mestrado ou doutorado)	0,0	1,9	8,6
— Nunca freqüentaram a escola	1,5	3,7	5,1
População jovem (valor absoluto, em milhares)	10.425	24.285	15.821

(*) Há analfabetos entre os que freqüentam e os que não freqüentam a escola

Fonte: Pnad/IBGE / Elaboração: Disoc/Ipea

se reflete no nível de renda e também nos resultados da escola, onde o analfabetismo é muito maior entre os jovens negros do que entre jovens brancos, tanto nos ensinos médio e fundamental quanto no ensino superior. Os jovens brasileiros estão assim distribuídos: 47,1% são brancos e 52,9% são negros e pardos, mas os brancos apresentam uma taxa quase três vezes maior que os negros e pardos no ensino superior. Outro dado: enquanto cerca de 33% dos brancos que terminam o ensino médio aos 17 anos ingressam no ensino superior, esse percentual é de aproximadamente 16% para pardos e de 17% para negros.

Nas universidades públicas, as cotas raciais e o sistema de bonificações impulsionaram o ingresso do jovem negro no ensino superior. Em paralelo a essas iniciativas, o governo brasileiro lançou em 2004 o Programa Universidade para Todos (Prouni), destinado a ampliar o ingresso de estudantes de

baixa renda no ensino superior e que propicia o acesso e permanência dos jovens negros nas instituições privadas de ensino superior por meio de bolsas de estudo.

DIREITOS Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) implantou um programa de cotas raciais, instituindo que 20% das vagas de cada curso ficariam reservadas aos alunos que se autodeclarassem negros no ato da inscrição no vestibular. Naquele ano, os negros representavam apenas 2,0% dos estudantes matriculados. Em 2006 essa parcela subiu para 12,5%. Na análise do Ipea, o programa diversificou o perfil racial e social dos alunos da instituição, além de democratizar o acesso ao ensino superior, e avalia que a iniciativa da UnB é inovadora, pois foi a primeira instituição pública federal a adotar um sistema de ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros nos cursos de graduação.

Com esse quadro preocupante e para adequar as políticas de juventude ao perfil do novo jovem do século XXI, de modo a beneficiar com efetividade todas as “juventudes”, o governo brasileiro formulou em 2005 uma Política Nacional de Juventude e criou a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Conjuve, cuja composição é majoritária de membros pela sociedade civil, e o Projovem. Com isto, o País passou a contar, pela primeira vez na história, com uma política de Estado voltada para os jovens.

As políticas de juventude ganharam impulso em 1985, escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para ser o Ano Internacional da Juventude. Desde então, vários países, especialmente na América Latina, começaram a organizar estruturas institucionais próprias e políticas para a juventude. No caso brasileiro, a política de juventude é fruto da reivindicação de movimentos de jovens, organizações da sociedade civil, frentes parlamentares de políticas de juventude e organismos internacionais. Segundo o Ipea, havia uma visão comum que reconhecia essa parcela da população como sujeitos de direitos e agentes de mudanças.

Yuri Soares Franco, ativista do movimento estudantil, de 23 anos, que cursa História na Universidade de Brasília (UnB) e se define como “um socialista” que acredita na “destruição do Estado que oprime os jovens”, não discorda das políticas governamentais. “O que o governo vem fazendo para a juventude é importante, e está melhorando aos poucos. Já tem a expansão do corpo da universidade pública, temos algumas críticas, mas, apesar de tudo, os jovens estão entrando mais na universidade, o Programa Primeiro Emprego também tem seus problemas, mas vem melhorando. O trabalho que está sendo feito na cultura também é bom. A verdade é que não dá para mudar tudo de uma vez só.” **I**

A juventude brasileira em questão



Surgem necessidades e demandas específicas de uma juventude que ganha valor em si mesma, e reivindica políticas capazes de aliar a cobertura em relação às situações de risco social com a construção de múltiplas oportunidades de inserção dos jovens nas esferas da vida nacional

O tema “juventude” vem ganhando grande visibilidade no debate público brasileiro. Pelo menos dois fatores explicam este fenômeno. De um lado, o fato de que cerca de 51 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos convivem hoje com questões especialmente dramáticas. Observe-se, por exemplo, que aproximadamente 31% deles vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até meio salário mínimo, tendo comprometidos sua qualidade de vida, seu desenvolvimento e suas oportunidades de inserção social. Dos jovens de 18 a 19 anos, cerca de 22% estão fora da escola sem terem sequer completado o ensino fundamental, obrigatório segundo a Constituição brasileira. Quase a metade dos jovens de 18 a 24 anos e cerca de 30% do grupo de 25 a 29 são empregados sem carteira ou trabalhadores não-remunerados, portanto, sem acesso a garantias sociais e trabalhistas. A vitimização fatal por agressões violentas (acidentes de trânsito e homicídios) é responsável por uma taxa de mortalidade entre os homens de 18 a 24 anos quase 70% superior à da população em geral.

Se a gravidade de problemas como esses vem despertando o interesse da sociedade brasileira pela temática juvenil, outro fator decisivo é a própria mobilização dos jovens em prol dos seus direitos. Consolidada ao longo da década de 1990, essa mobilização ancora-se nas organizações e grupos de jovens com atuação em campos diversos, que extrapolam os tradicionais espaços estudantil e político-partidário e atingem também os da produção cultural, da ação comunitária, do ativismo ambiental, da criação de estratégias inovadoras de geração de renda etc. A partir das dificuldades enfrentadas e das potencialidades desenvolvidas nesses espaços, surgem necessidades e demandas específicas de uma juventude que ganha valor em si mesma – e não apenas como fase preparatória para a vida adulta ou etapa crítica do ciclo de vida – e reivindica “políticas de juventude” capazes de aliar a cobertura em relação às situações de risco social com a construção

de múltiplas oportunidades de inserção dos jovens nas esferas da vida nacional.

A mobilização social e política dos jovens, aliada aos compromissos assumidos pelo país em meio às grandes articulações internacionais para o enfrentamento dos desafios da juventude – no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos países ibero-americanos –, impulsionou a criação, pelo governo federal, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), carro-chefe da política nacional voltado para jovens entre 18 e 24 anos fora da escola e do mercado de trabalho. Em 2007, a estratégia foi reformulada, com os objetivos de ampliar a integração entre as ações e aumentar a escala de cobertura do Projovem (agora incluindo os de 18 a 29 anos que não concluíram o ensino fundamental, não trabalham e vivem em domicílios com renda *per capita* de até meio salário mínimo).

Não obstante os avanços na inserção da temática juvenil na agenda federal, o atual desafio para o país é o de ampliar consideravelmente o escopo da Política Nacional de Juventude, beneficiando com efetividade todas as juventudes brasileiras. Ademais, cumpre envolver, de maneira cada vez mais próxima, outras instituições e políticas na atuação integrada em torno das questões que afetam os jovens, pois o seu enfrentamento requer atuação multissetorial horizontalmente articulada. Importante contribuição para esse debate é a realização da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em abril deste ano, reunindo vários segmentos das juventudes brasileiras. Este e outros mecanismos de gestão e de participação social são cruciais para aprimorar a atenção ao público jovem, tarefa da qual depende, hoje, a provisão adequada de bens e serviços aos nossos jovens e, no médio e longo prazos, o próprio desenvolvimento do país.

Luseni Aquino é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Histórias diferentes,

problemas iguais



Foto: Roger de La Harpe/Corbis

Por **Ricardo Wegrzynowski**,
de Brasília

Países se unem e trocam experiências para incentivar o crescimento e combater desigualdades

Temos histórias diferentes, mas os problemas são os mesmos. Brasil e África do Sul, com suas jovens democracias, vêm tentando se desvencilhar de questões como desigualdades sociais, desemprego, crise na saúde e ainda os velhos saques de riquezas naturais. A semelhança entre os dois países não fica só nisso. Para tentar soluções mútuas, representantes das áreas de planejamento de médio e longo prazo do governo sul-africano visitaram o Brasil em abril para trocar informações sobre pesquisas e políticas de governo. Segundo o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann, foi “o início da organização de uma agenda de trabalhos conjuntos entre os dois países”.

“Além das desigualdades sociais, da busca pelo desenvolvimento, temos em comum a alegria e jogamos bem futebol”, diz, descontraído, o coordenador de política e divisão de serviços da presidência da República da África do Sul, Joel Netshitenzhe. Há uma empolgação do governo sul-africano com a Copa do Mundo de Futebol, que se realizará no país em 2010. Mas o tema dominante das conversas bilaterais são os problemas sociais. É nisso que estão investindo em conjunto e trocando experiências.

Para amenizar as situações de pobreza, não só os países necessitados se unem, mas também contam com o apoio de pelo menos um dos mais ricos do mundo, o Reino Unido. Promovidos pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), do Reino Unido, chegam ao Brasil e a outros países em desenvolvimento investimentos para políticas de proteção social, dentro de projetos chamados de Sul-Sul, que visam melhorar a qualidade de vida humana nos países pobres.

Há diferenças significativas entre os projetos sociais dos dois

O DFID apóia o Programa Brasil-África de Cooperação em Proteção Social, no qual o International Poverty Centre (IPC) – uma parceria do governo brasileiro com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que no Brasil se chama Centro Internacional de Pobreza (CIP) – auxilia na organização do intercâmbio de projetos de políticas sociais, num contexto em que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) passa sua experiência para esses países. O programa começou em 2006, a partir de uma iniciativa do MDS. Do Brasil têm partido para o continente africano diversos modelos de ações de combate às desigualdades sociais.

CONDICIONALIDADES Existem diferenças significativas entre os projetos sociais dos dois países. Uma delas é a contrapartida por parte dos beneficiários. Enquanto o governo brasileiro exige regularidade na frequência escolar e no comparecimento a postos de saúde das crianças e jovens de até 17 anos pa-

ra receber o auxílio do Programa Bolsa Família, na África do Sul, em projetos semelhantes, não é requerida essa contrapartida. Segundo a consultora do CIP, Melissa Andrade, o governo da África do Sul não vê necessidade para exigir esse tipo de contrapartida em programas de transferência de renda. As autoridades sul-africanas argumentam que o país já possui alta taxa de escolaridade.

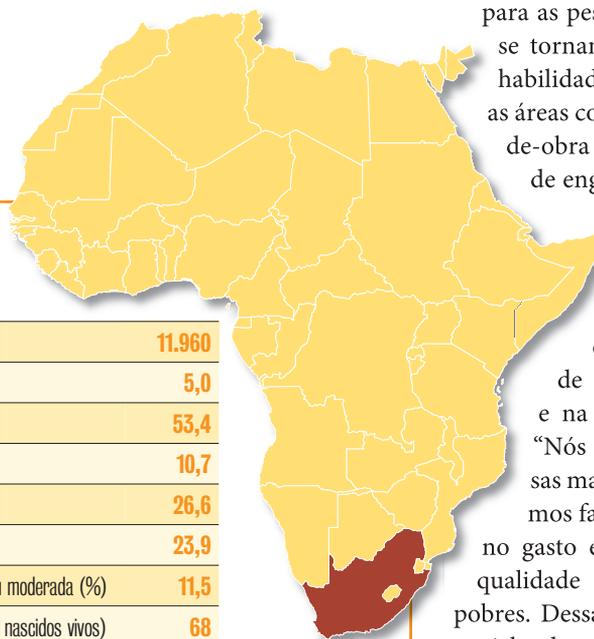
O aspecto central da agenda dos visitantes sul-africanos foi conhecer melhor os programas brasileiros dedicados à proteção das famílias. O coordenador de pesquisa do Ipea no CIP, Milko Matijascic, indica que o Brasil se diferencia na preferência por programas que focalizam as famílias. “Isso se deve a questões históricas, pois a nossa formação cultural e religiosa é centrada na família e o pagamento de benefícios

acaba considerando o rendimento de todos os familiares”, diz. Matijascic explica que na África a formação cultural é diferente e os benefícios são baseados no indivíduo. “Essa experiência brasileira vem interessando muito os africanos, porque as transferências de renda, como a aposentadoria rural, os benefícios de prestação continuada e o Programa Bolsa Família impactam a todos nos lares do Brasil, o que se traduz em efeitos muito mais profundos e duradouros.”

EDUCAÇÃO Na questão educacional, a África do Sul, no entanto, mostra-se mais evoluída que o Brasil nas séries iniciais, mas tem problemas nas áreas técnicas e nas diferenças de classes sociais, segundo a análise de Netshitenzhe: “Por exemplo, nós temos um problema no nosso sistema educacional, que não é bom o bastante para as pessoas pobres. Então, elas se tornam incapazes de adquirir habilidades técnicas”, diz. Entre as áreas com maior déficit de mão-de-obra na África do Sul está a de engenharia, que tem incentivo do governo.

A concentração das políticas educacionais, segundo ele, está justamente no foco de erradicação da pobreza e na qualidade da educação. “Nós acreditamos que as coisas mais importantes que devemos fazer é nos concentrarmos no gasto e no aprimoramento da qualidade da educação em locais pobres. Dessa forma, nós quebramos o ciclo de reprodução da pobreza”, afirma Netshitenzhe.

Assim como no Brasil os mais ricos têm maior escolaridade do que os mais pobres e os brancos têm melhor qualidade de vida do que os negros, na África do Sul os problemas se assemelham. “Com relação à desigualdade,



A África do Sul em números

Produto Interno Bruto - GDP <i>per capita</i> (PPP US\$)	11.960
Crescimento (anual %)	5,0
Expectativa de vida no nascimento (anos)	53,4
População que tem renda abaixo de um dólar por dia (%)	10,7
Desemprego total (% do total da força laboral)	26,6
Média de idade da população (anos)	23,9
Crianças abaixo de 5 anos fora do peso de forma grave ou moderada (%)	11,5
Taxa de mortalidade de crianças abaixo de 5 anos (por mil nascidos vivos)	68
Taxa de mortalidade materna (por 100 mil nascimentos)	230
Pessoas que vivem com HIV, entre 15 e 49 anos (%)	18,8
Terra coberta por floresta (%)	7,6
Acesso às fontes de água potável (% do total da população)	88
Usuários de internet (por 100 pessoas)	10,8

Fonte: Centro Internacional de Pobreza

As relações trilaterais, ponto a ponto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve em outubro de 2007 com o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, e com o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh — na iniciativa trilateral Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) —, quando elegeram pontos para o desenvolvimento em comum para os três países.



- ✓ Compromisso mútuo de erradicação da pobreza por meio do crescimento econômico inclusivo e sustentável e de perseguir vigorosamente o aprofundamento da cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável.
- ✓ Lançamento do Fórum das Mulheres, que fortalece a participação feminina no Ibas e reconhece a contribuição fundamental das mulheres no desenvolvimento social, cultural e econômico da Índia, Brasil e África do Sul. Reafirmação do compromisso da promoção da igualdade de gêneros e de direitos da mulher.
- ✓ Compromisso com a completa eliminação das armas nucleares e a preocupação com a falta de progresso desse objetivo.
- ✓ Importância da interação regular entre as pessoas de negócios dos três países, com as autoridades do governo atuando como facilitadores desse processo. Para compartilhar o comércio, investimento de forma que se utilizem todas as oportunidades de seus mercados.
- ✓ Necessidade de garantir fontes de energia seguras, sustentáveis e não poluentes para alcançar a demanda global por energia, particularmente nos países em desenvolvimento.
- ✓ Necessidade de promover e aprimorar a cooperação entre os parceiros do Ibas no desenvolvimento da infra-estrutura do International Poverty Centre (IPC), incluindo a Copa do Mundo de Futebol, a ser sediada pela África do Sul, e os Commonwealth Games, na Índia, em 2010.
- ✓ Importância e singularidade do fundo de facilidade Ibas para cooperação Sul-Sul para o benefício de outros países em desenvolvimento. Criar um mecanismo mais efetivo de utilização desse fundo.
- ✓ Assinar os acordos de cooperação nas áreas social, da saúde, da administração pública, da educação e fiscal para aprofundar a cooperação trilateral entre os parceiros do Ibas.
- ✓ Estabelecer dois grupos de trabalhos adicionais para aprimorar a cooperação.
- ✓ Solicitar um comércio intra-Ibas de 15 bilhões de dólares até 2010 e pedir aos homens de negócios e industriais que sejam ambiciosos e cedam a esse objetivo.

não somos muito diferentes do Brasil. Mesmo quando temos altas taxas de crescimento, reduzimos a pobreza, mas isso não diminui necessariamente a desigualdade, porque as pessoas ricas tornam-se mais ricas com maior velocidade do que as pessoas pobres conseguem melhorar sua situação”, explica o funcionário sul-africano.

Se estivéssemos em uma “copa do mundo” de projetos sociais, a África do Sul marcaria um golaço em seus parceiros. Os idosos têm chance de participar do programa *Old Age Grant* (em português, “Benefício para Pessoas Idosas”). O programa, segundo o Centro Internacional de Pobreza, tem o diferencial por não ser contributivo. Os idosos recebem suas aposentadorias mesmo sem ter contribuído. No Brasil, a contraparte semelhante é o Benefício de Prestação Continuada (BPC).



O presidente Thabo Mbeki recebe o presidente Lula e o primeiro-ministro Manmohan Singh

Foto: Eduardo Knapp/Folha Imagem

Os dois países participam da Ibas, uma iniciativa trilateral

CRIANÇAS Outros programas de transferência de renda são os destinados às crianças (o *Child Support Grant* e o *Foster Care Programme*) e aos deficientes (*Disability Grant*), entre outros. Um só órgão do governo, com nível de ministério, é responsável por

todos esses projetos de transferência de renda, no que se difere do Brasil, onde projetos sociais têm a tradição de ser espalhados em vários ministérios.

Além dos projetos de parceria direta Brasil-África do Sul, os dois países se encontram na iniciativa trilateral Diá-

logo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas), denominada assim pela seqüência das iniciais dos países. As parcerias começaram em 2003 e trocam experiências em setores como agricultura, clima, cultura, educação, energia, ciência e tecnologia, turismo, transporte e outras áreas.

Em outubro de 2007, representantes dos três países se reuniram em um seminário acadêmico realizado na África do Sul. O pesquisador do Ipea Ricardo Amorim participou do evento. A reunião técnica foi voltada para o desenvolvimento sustentável nos três países. “Nós nos reunimos com economistas, cientistas sociais, educadores e engenheiros, e discutimos sob diferentes pontos de vista as proposições para os nossos graves – e muitas vezes comuns – problemas. A partir de agora, coloca-se, como próximo passo, a criação de projetos de pesquisa conjuntos entre os países a fim de superar os desafios vividos por essas nações”, diz Ricardo Amorim.

INVESTIMENTOS Nos dois lados do oceano Atlântico está claro que um dos entraves é a falta de investimentos em ciência e tecnologia e de investimento direto focado no crescimento. No Brasil, a questão é vista diariamente nas discussões no Congresso Nacional sobre problemas de suprimento de energia e combustíveis decorrentes do crescimento. O governo sul-africano se diz confiante. “Nós apostamos em capitais de curto prazo, isso ajuda a estabilizar a economia, mas o aumento do preço das *commodities* traz um problema às indústrias de exportação do país. Cria desafios ao comércio e diversos problemas de administração”, diz Netshitenzhe.

O governo da África do Sul ainda tem dúvidas sobre a taxa de câmbio ideal para o comércio internacional. “Nossos desafios incluem o tipo de taxa de câmbio que devemos ter para a

Data nacional é a do fim do *apartheid*

- A República da África do Sul tem três capitais: o Poder Executivo fica em Pretória; o Legislativo na Cidade do Cabo e o Judiciário em Bloemfontein.
- Johannesburg, apesar de ser a maior cidade tanto em população como em território, não faz parte das capitais.
- No dia 27 de abril, o país comemora o Dia da Libertação, em homenagem ao fim do *apartheid*, que ocorreu em 1994.
- O idioma inglês é falado e entendido pela maior parte da população; porém alguns nativos falam uma variação do inglês com pronúncia *arrastada*. Além do inglês, são idiomas da África do Sul: Afrikaans, Isixhosa, Isizulu, Sepedi, Sesotho, Stswana, Siswati, Tshivenda, Xitsonga e Isindebele.
- As principais atividades econômicas sul-africanas são: mineração, indústria e agropecuária. Os principais produtos são ouro e diamante.
- A moeda corrente é o rand, cuja sigla é R. A cotação média atual é de US\$ 1 = R 6.

Fonte: Embaixada da África do Sul em Brasília



Foto: Siphwe Sibeko/Reuters

que inclui a Índia — o nome são as iniciais dos três países

Foto: Thierry Gougeon/Reuters



Modelo de combate às desigualdades sociais no Brasil será levado para o continente africano

indústria; que tipo de políticas industriais devemos introduzir para ajudar as indústrias de exportação; que tipo de programas de ciência e tecnologia devemos colocar em funcionamento para intensificar nossa manufatura”, diz Netshitenzhe. Já em terras brasileiras os problemas semelhantes envolvem guerra fiscal e até mesmo a invasão de produtos estrangeiros devido aos altos impostos.

DESCONCENTRAÇÃO Em termos de crescimento, outro fenômeno comum entre os dois países é a migração do campo para as cidades. “Grande parte da população rural migra para as cidades maiores, locais de grande potencial econômico, e então precisamos intervir”, diz o representante do governo sul-africano. A questão está levando o governo a expandir os sistemas de eletricidade para as comunidades mais pobres e implantar sistemas de comunicação, que em muitas regiões ainda é parco.

Como o Brasil resolve ou tenta resolver os problemas das regiões metropolitanas também interessa aos sul-

africanos, que na troca de informações com pesquisadores do Ipea questionaram sobre o funcionamento do modelo paulista. Segundo a diretora de Estudos Regionais e Urbanos do Ipea, Liana Carleial, o Estado de São Paulo criou pólos industriais que levaram a população para o interior e muitas indústrias abriram filiais em outros estados, como Minas Gerais.

Sobre a industrialização brasileira, Liana Carleial cita outros exemplos de descentralização. “Dos anos 1990 para cá tivemos uma deslocalização industrial dos setores produtivos tradicionais, como confecções e calçados, de São Paulo e do Rio Grande do Sul para o Nordeste. Outro exemplo é a região de Curitiba, que foi fortemente beneficiada pela desconcentração de São Paulo, porque ela já tinha uma base de indústrias automotivas.”

Na África do Sul há projetos específicos para áreas com tendência à superpopulação. “Nós temos políticas de desenvolvimento regional. A melhor técnica de aproximação que adotamos é identificar qual potencial econômico

Parcerias com outros países africanos

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) dará assistência técnica em projetos sociais a serem desenvolvidos em pelo menos quatro países africanos, em 2008 e 2009. O Programa Brasil-África de Cooperação em Proteção Social tem apoio do Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e do Centro Internacional de Pobreza, que são os financiadores dos estudos e trocas de experiências.

O projeto piloto, segundo o Centro de Pobreza, foi realizado no ano passado, em uma cooperação entre Brasil e Gana. Aos brasileiros coube prestar assistência ao programa de transferência de renda. Técnicos brasileiros foram três vezes a Gana para auxiliar na implantação do modelo, entre agosto e outubro de 2007. Outras viagens de estudos estão previstas para Uganda, Egito e Senegal. Os africanos também têm programadas viagens para conhecer *in loco* os modelos implantados no Brasil.

“Muitos governos africanos estão interessados na experiência brasileira, especialmente na área de programas de transferência de renda, como é o caso do Programa Bolsa Família. Assim, o Programa Brasil-África de Cooperação surge para ajudar a construir a ponte entre a oferta e a demanda por conhecimento técnico”, diz o pesquisador Fábio Veras Soares, do Centro Internacional de Pobreza.

a região do país tem e, em segundo lugar, onde encontramos o local da pobreza e então construímos a política de acordo com esses dois aspectos”, diz Netshitenzhe. Em termos internacionais, o representante do governo sul-africano afirma estar montando

O Sistema de Proteção Social sul-africano

Estes são os principais programas do Sistema de Proteção Social, descritos no texto *Social Protection Schemes in Selected African Countries*, da autora Melissa Andrade.

Programas de transferência de renda

Social Relief of Distress

É uma provisão temporária de assistência a pessoas que não conseguem manter as necessidades básicas da família. Qualquer pessoa que está em situação de crise pode requisitar essa assistência ao governo. A assistência pode vir em forma de alimentos ou de um cupom para comprar comida. Algumas províncias dão essa assistência em dinheiro. O Social Relief of Distress só é dado por um período curto de tempo – geralmente de três a seis meses.

Free Basic Municipal Services.

São serviços gratuitos realizados pelo governo para casas em situação de pobreza. Os serviços incluem um percentual mínimo necessário de água, eletricidade, saneamento e remoção de lixo. Estes serviços são oferecidos pelos municípios.

Child Support Grant

A criança precisa ter menos de 14 anos e há uma avaliação se os pais têm baixa renda para se candidatar ao programa. O valor por criança em 2007 foi de R 200 (US\$ 33).

Old Age Grant

É uma mensalidade provida aos idosos de baixa renda pelo Departamento de Desenvolvimento Social. O valor em 2007 foi de R 870 (US\$ 145) por mês e o candidato precisa ser cidadão sul-africano ou residente permanente, ser residente na época do pedido, ter idade de 65 anos ou mais para homens e 60 anos para mulheres.

Disability Grant

É a renda entregue às pessoas que possuem deficiência física ou mental e não conseguem emprego para se sustentarem. A pessoa recebe uma quantia permanente se a deficiência durar mais que um ano e um valor temporário se durar de seis meses a um ano. O máximo para o ano de 2007 foi de R 870 (US\$ 145) por mês.

Grant in Aid

É uma quantia adicional entregue às pessoas que já participam de outro programa do governo e não conseguem se sustentar. A bolsa em 2007 foi de R 200 (US\$ 33).

Care Dependency Grant

É um pagamento mensal para pessoas que tomam conta de crianças com deficiências graves e que necessitam de atendimento 24 horas. Essa bolsa para 2007 foi de R 870 (US\$ 145). Para se habilitar o candidato precisa ser o pai, padrasto ou responsável pela criança.

Foster Care Programme

É um serviço essencial para crianças e famílias que têm que viver separadas por um período temporário ou longo. Destina-se às crianças que não podem ficar com as famílias devido a abuso, negligência, morte dos pais ou incapacidade temporária da família de tomar conta das crianças. A criança fica sob a guarda de um responsável. O objetivo principal é proteger e nutrir a criança.



“Nós quebramos o ciclo de reprodução da pobreza”, diz Joel Netshitenzhe

um “acordo econômico de benefícios mútuos entre os países da região nos moldes do Mercosul para integrar as economias”.

RACISMO Na história da África do Sul, o ano de 1955 marca uma página traumatizante para seu povo. Foi nesse ano que mais de 3 milhões de pessoas tiveram que deixar seus lares, na região de Sophiatown, sob o regime do *apartheid*. O sistema só acabou em 1994, quando Nelson Mandela foi eleito presidente, na primeira eleição não-racial. O atual presidente Thabo Mbeki, na época, era ministro de Mandela.

Para resolver a desigualdade interna, várias políticas sociais foram implantadas. “O racismo é histórico. Os negros foram excluídos das melhores escolas e de algumas categorias de profissões. Os negros não podiam possuir indústrias nem terras. Agora, nossas políticas visam reduzir esse problema. Introduzimos políticas de fortalecimento econômico e prestamos atenção particular aos excluídos”, diz Netshitenzhe. **i**

O PAC e o saneamento básico



Nos anos recentes, o saneamento básico passou a ocupar um lugar de destaque na agenda de políticas públicas do governo federal. Vários fatores convergentes podem explicar essa nova centralidade política. Dentre estes, as demandas sociais geradas pela estreita temporalidade dos ciclos eleitorais, as conexões estabelecidas entre a saúde e o saneamento por instituições de pesquisa e organizações governamentais, além da consolidação de uma agenda ambiental conceitual e politicamente ampliada, devem ser considerados entre os principais mecanismos sociopolíticos que impulsionaram essa mudança no perfil da agenda governamental.

Consolidado o campo político-discursivo em torno do significado do saneamento para a população brasileira, a transitividade social e política do problema impulsionou o atual governo federal a revestir a política federal de saneamento básico com uma nova roupagem técnica e institucional. Criou-se a Secretaria de Saneamento do Ministério das Cidades, os programas de saneamento passaram a ser referenciados por indicadores socioeconômicos objetivos, o processo de planejamento interno da política foi reforçado, a pulverização institucional que caracterizava o setor foi reduzida, o projeto de lei (PL) de saneamento foi aprovado e os investimentos federais entre 2003 e 2006 atingiram uma média anual que foi o dobro do período 1995-2002.

Ressalte-se que durante os anos 1990 os serviços de saneamento nas áreas metropolitanas eram tratados preponderantemente como componentes de programas habitacionais ou de projetos de urbanização integrada, e o saneamento carecia de uma agenda própria. Esse quadro se agravou a partir da segunda metade da década de 90, quando os acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impuseram sérias limitações ao processo de endividamento de estados e municípios, na prática transferindo a decisão sobre os investimentos em saneamento para a esfera do Tesouro.

Apesar das mudanças implementadas pelo atual governo, o ritmo dos desembolsos e a magnitude dos investimentos permaneceram como problemas para a consecução das metas de universalização dos

serviços: entre 2003 e 2006 os desembolsos representaram apenas cerca de 50% do total de recursos contratados. Foi essa situação que o governo federal tentou reverter através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com a previsão de alocação de cerca de R\$ 40 bilhões em saneamento básico no período 2007-2010, tendo contratado apenas em 2007 cerca de R\$ 12 bilhões.

Mas o PAC também representa novos desafios para a consolidação institucional da política de saneamento e para os seus mecanismos de coordenação. Primeiro, é necessário que se avalie a efetiva capacidade do governo federal de monitorar os executores dos recursos – municípios, estados, concessionários de serviços –, tendo em perspectiva o grande volume de recursos e a quantidade de agentes envolvidos. Em segundo lugar, o processo de articulação entre os dois principais agentes federais da política urbana – a Caixa Econômica Federal (CEF) como agente operador e o Ministério das Cidades como agente gestor – se caracteriza pela fragmentação administrativa e pela assimetria de recursos logísticos. O Ministério das Cidades não dispõe de condições operacionais e nem de capilaridade institucional, e sua dependência em relação à CEF – uma instituição com perfil social, mas que não deixa de operar como um banco – limita o seu papel como agente gestor da política de saneamento.

Por fim, com o PAC, a etapa inicial do processo de coordenação da política de saneamento, em que é definida de fato a distribuição regional, social e técnica dos recursos foi concentrada na Casa Civil, e não no âmbito do órgão formalmente coordenador, a Secretaria de Saneamento. Essas são questões que incidem sobre o futuro do processo de institucionalização da política de saneamento, principalmente quando os recursos do PAC se esgotarem e ela se deparar com o risco de retornar ao seu tradicional leito político-administrativo, caracterizado por rupturas institucionais, pela ausência de mecanismos de coesão dos agentes do setor e, principalmente, pela seletividade social e regional dos seus investimentos.

Valdemar F. de Araujo Filho é sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

O PAC também representa novos desafios para a consolidação institucional da política de saneamento e seus mecanismos de coordenação – é necessário avaliar a capacidade do governo federal de monitorar os executores dos recursos, superar a fragmentação administrativa entre a Caixa Econômica e o Ministério das Cidades e criar mecanismos de coesão entre os agentes

crediário



Expansão do crédito mudou a “cara” do mercado de crédito, diz

Com expansão vertiginosa, o crédito no Brasil foi elevado à condição de estrela pelos meios de comunicação. Em fevereiro deste ano, o volume de empréstimos e financiamentos concedidos pelo sistema financeiro foi de R\$ 957,6 bilhões, com crescimento de 1,1% em relação a janeiro deste ano e de 27,9% ante fevereiro de 2007. A relação entre o crédito e o Produto Interno Bruto (PIB) chegou a 34,9%, ante 30,9% em fevereiro do ano passado. Os empréstimos para pessoas físicas alcançaram R\$ 250,7 bilhões, com crescimento de 25% em 12 meses e de 1,7% na comparação com janeiro deste ano. E a inadimplência manteve-se estável, em 7,1%. Todos os dados são do Banco Central (BC).

Embora tenha informações completas sobre o que ocorre com o crédito no Brasil, o site do BC não informa o que aconteceu com quem pegou o dinheiro emprestado. Será que o tomador de empréstimo continua empregado? Teve aumento de salário? Quanto de sua renda está comprometido com o pagamento de empréstimos? São respostas difíceis de encontrar, porque ainda não existe no Brasil uma pesquisa que revele o grau do endividamento das famílias e das empresas e que sirva como base para os gestores de políticas públicas tomarem decisões.

BANCOS Uma força-tarefa formada pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, pelo BC e pelo Ministério da Justiça (MJ) está realizando um estudo sobre a regulamentação do segmento de crédito no Brasil. O trabalho inclui a realização de uma pesquisa para identificar o perfil dos consumidores que utilizam cartões de crédito. Segundo uma fonte envolvida nessa tarefa, ela ainda está em fase preliminar e deverá ser concluída em junho.



Foto: Rafael Huppsel/Folha Imagem

Pesquisadores afirmam ser necessário entrevistar as famílias para aferir o endividamento delas

Alguns bancos, como o Bradesco, fazem pesquisas, para uso interno, sobre o comprometimento da renda dos seus clientes. Segundo o diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do banco, Octavio de Barros, são informações importantes para as decisões na área de financiamentos. “Uma pesquisa nesse sentido seria muito boa para o mercado e para o próprio governo. É importante saber as mudanças que a expansão do crédito trouxe para a economia. Esse crescimento mudou a ‘cara’ do mercado de crédito”, diz Barros.

Outro argumento dele a favor da realização desse tipo de pesquisa é que “as que temos atualmente são feitas com informações secundárias e su-

perficiais”. Barros prevê que o crédito no Brasil chegará perto de 40% do PIB até o final do ano. “Com exceção do crédito hipotecário, que representa apenas 1,5% do PIB, o que é muito baixo se comparado ao que acontece em outros países, no crédito ao consumidor o Brasil não está defasado com relação aos demais países.”

A empresa de consultoria Tendências elaborou um indicador, o Índice Tendências de Endividamento Oneroso (Iteo), que avalia a taxa de expansão do crédito em comparação ao aumento da capacidade de endividamento das pessoas físicas. E a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), segundo seu economista-chefe, Nicola Tingas, chegou a planejar uma pesquisa sobre o endivida-

mento das pessoas físicas, mas o projeto ainda não foi adiante. Por enquanto, ninguém bateu na porta do consumidor de crédito para saber como ele vai pagar as prestações agora que, por hipótese, ficou desempregado.

FAMÍLIAS “Do ponto de vista macroeconômico, é importante saber, por exemplo, o que aconteceria no caso de uma inflação alta, que desestabilizasse o orçamento doméstico. É preciso entrevistar as famílias e desenvolver uma metodologia para aferir o grau de endividamento delas”, afirma João Sicsú, diretor de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

A falta de uma pesquisa como essa não é uma falha apenas brasileira. De acordo com o professor Fernando Cardim de Carvalho, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), essa é uma lacuna não preenchida em quase todos os países. “O sistema financeiro mais avançado do mundo”, diz Cardim, “com os reguladores considerados os mais preparados do mundo, como é o caso americano, deixou passar o crescimento da faixa *subprime* do financiamento imobiliário a um ponto que só agora começamos a avaliar.” Nem o reverenciado Alan Greenspan, quando era presidente do Federal Reserve Board (FED, o banco central dos Estados Unidos), se deu conta do que estava acontecendo, acrescenta.

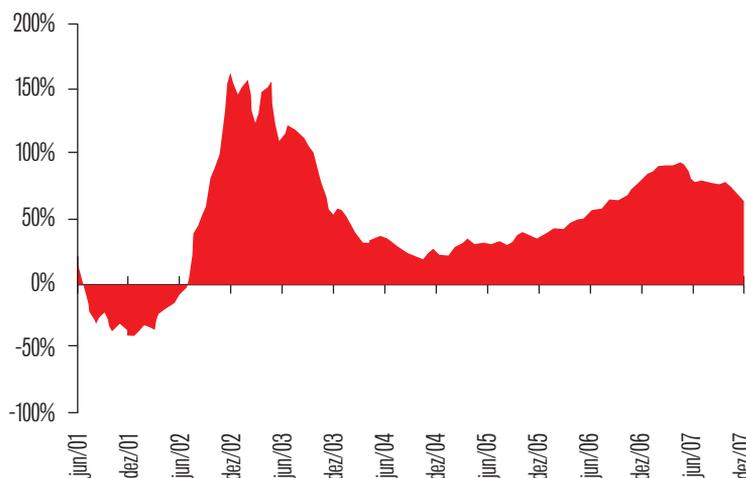
“É assim que se aprende”, continua Cardim. “Endividamento de famílias nunca pareceu um problema importante de regulação financeira. Era nas relações com empresas ou entre instituições financeiras que estavam os focos tradicionais de instabilidade. Agora, o mundo está descobrindo que informações mais adequadas e detalhadas sobre o endividamento de famílias podem ser cruciais para a formulação de regulação prudencial”,

assinala o professor. Com a economia do mundo cada vez mais globalizada, a inadimplência de um, multiplicada pela inadimplência de outros milhões, pode provocar um verdadeiro terremoto na economia brasileira, americana ou mundial. Tudo depende da escala, explica Sicsú, do Ipea.

“No Brasil, a maior parte do aumento do crédito vem do crescimento do emprego com carteira assinada. Este trabalhador tem muito pouco poder de barganha, ao contrário do camelô ou do autônomo, que não dependem de uma renda estável como o salário para viver. Em caso de desaceleração da economia,

A virada em 2002 no “efeito condições”

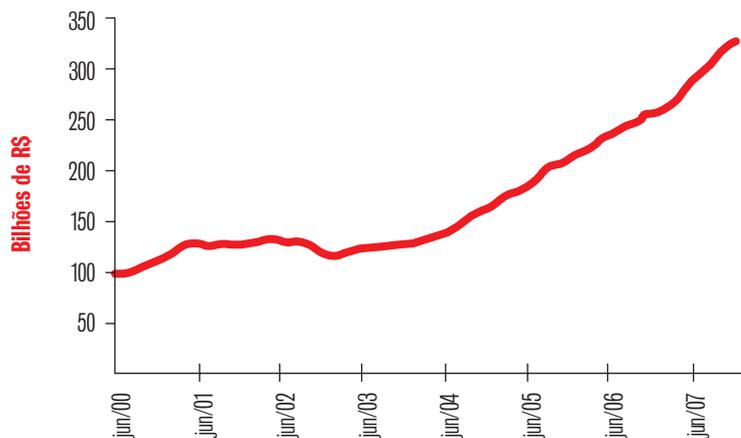
Percentual da expansão de crédito que pode ser absorvido pela expansão dos saldos decorrentes de maiores prazos e menores juros — “efeito condições”



Fonte: Banco Central/Elaboração: Tendências

Expansão vertiginosa a partir de 2004

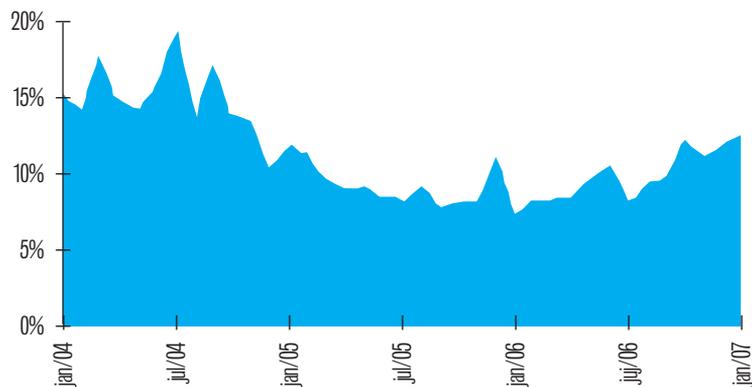
Evolução do crédito às pessoas físicas no Brasil (em R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central/Elaboração: Tendências

Variação positiva no “efeito massa”

Percentual da expansão de crédito que pode ser absorvido pela expansão da massa salarial — “efeito massa”



Fonte: IBGE e Banco Central / Elaboração: Tendências

o aumento do desemprego também provoca o não pagamento das dívidas. O sistema financeiro sofre o primeiro impacto, mas como ele é muito capilarizado no sistema produtivo, este também acaba sendo atingido. O passivo dos indivíduos é o ativo dos bancos. O desemprego do consumidor endividado pode potencializar a desaceleração da economia”, afirma Sicsú, mas esclarece que “ninguém espera um quadro desses para o Brasil nos próximos anos”.

CICLO SADIO Para Tingas, da Febraban, uma pesquisa sobre o nível de endividamento será muito útil para o país, embora ele não veja riscos para o Brasil nesse momento. “O fator de propulsão do crédito é o aumento da renda e da produtividade”, diz. Ele qualifica o ciclo atual como sadio, mas considera que “seria bom, e muito mais seguro, se houvesse um acompanhamento do grau de endividamento das famílias”. Para o economista, “quando o consu-

midor compromete mais de 30% da sua renda líquida com pagamento de dívidas, a situação fica perigosa. Em 1989, durante o Plano Verão, ainda não havia o hábito de planejamento financeiro. Os bancos correram muitos riscos, e as perdas acabaram sendo enormes”.

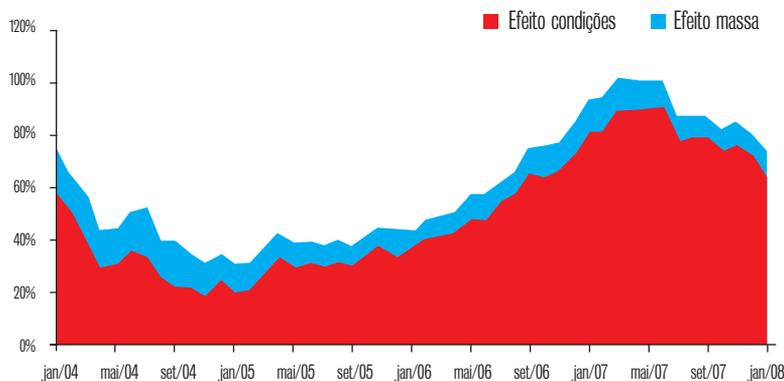
Tingas diz acreditar que a chegada do cadastro positivo será benéfica para o sistema financeiro, pois vai reduzir o risco das instituições financeiras na hora de conceder o crédito. Ele também ressalta que surgiram modalidades mais seguras, como o crédito consignado, cujo risco é muito baixo. “Por enquanto a expansão do crédito tem acontecido de maneira sadia, acompanhando o crescimento da economia. Acredito que essa situação continue nos próximos anos. A previsão dos bancos, para a carteira total de crédito, é de 21,82% para 2008 e de 19,57% para 2009. Para o segmento de pessoas físicas, as previsões são de 25,92% neste ano e de 23,31% em 2009”, diz.

De acordo com o professor Cardim, o problema está na demanda. Para ele, a oferta de crédito no país é mapeada razoavelmente pelo BC e pelas associações e instituições privadas, mas a demanda é “um verdadeiro buraco negro”, pois “sabe-se muito pouco sobre como os agentes privados financiam seus gastos, sua solvência e liquidez. Dados assim são fundamentais para a análise de flutuações da economia, como se está vendo no momento na crise americana”, afirma.

“Conhecer com alguma precisão o grau de comprometimento de suas rendas correntes com o pagamento de juros e da liquidação dos seus débitos, no caso das famílias, devidamente classificadas por critérios relevantes com classe de renda, tipo de emprego, localização geográfica, entre outros, permitiria conhecer o grau de fragilidade de sua posição financeira”, acrescenta. Este tipo de informação, segundo o professor, teria utilidade também para análises de longo

Paralelismo entre “efeito condições” e “efeito massa”

Percentual do crescimento do crédito que poderia ser absorvido pelo “efeito condições” e pelo “efeito massa”



Fonte: IBGE e Banco Central / Elaboração: Tendências

do crédito com aumento da capacidade de endividamento

prazo, permitindo identificar as formas de passivos mais funcionais para o financiamento de gastos das famílias. “O mesmo valeria para as empresas, uma informação ainda mais importante para a análise macroeconômica”, diz.

COMÉRCIO A pesquisa Perfil do Consumidor, feita em vários estados pelas federações do comércio, é um dos poucos parâmetros que o mercado tem para avaliar o orçamento familiar dos brasileiros. Segundo João Carlos Gomes, economista da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio-RJ), na pesquisa realizada em fevereiro, uma pergunta feita aos consumi-

dores era se tinham algum pagamento atrasado. O sim recebeu 15% do total e o não, 84%. Outra pergunta foi: depois de pagar todas as contas, o seu orçamento tem sobra e/ou fica em equilíbrio? A resposta foi positiva em 72% dos casos. “O resultado da pesquisa mostra que ainda existe um potencial significativo para a expansão do crédito no Brasil”, diz. Gomes projeta esse crescimento para 40% do PIB neste ano, 45% em 2009 e 50% em 2010.

Os economistas Denis Blum e Ana Carla Abrão Costa, da Tendências Consultoria, responsáveis pela criação do Iteo, explicam que o índice quer descobrir a partir de quando o crédito se

torna oneroso para as famílias. A proposta do índice, segundo Blum, é avaliar se a expansão do crédito, nos 12 meses anteriores, foi superior ao aumento da capacidade de endividamento. “O exemplo é simples: com taxa de juros e prazos melhores, um consumidor, com a mesma prestação, consegue um financiamento maior. Se antes ele podia financiar parte do carro, agora, com as condições mais favoráveis, consegue colocar o carro inteiro dentro da prestação, comprometendo a mesma parcela de renda”, explica Blum.

O índice, segundo o economista da Tendências, não apura o grau de endividamento das famílias ou o comprometimento da renda das famílias brasileiras com o pagamento de empréstimos. Numa breve análise, Blum e Ana Carla explicitam o objetivo do estudo: “Do ponto de vista agregado, o mercado de crédito no Brasil ainda é pequeno, concentrado nas regiões mais ricas e caracterizado ainda por prazos muito reduzidos. Com isso, é de esperar que haja, mantidas as condicionantes de renda, emprego e estabilidade macroeconômica, um espaço grande de expansão saudável. E é essa conjectura que iremos explorar”.

“Acho que uma pesquisa para mensurar o grau de endividamento das famílias não vai ter precisão absoluta. O BC, que tem acesso aos dados necessários para essa pesquisa, teria que estudar uma maneira de utilizar as informações, como número de tomadores, classe a que pertencem, entre outros. O BC já trabalha com alguns instrumentos, como a exigência de os bancos informarem todo crédito acima de R\$ 5 mil. Mas ainda não é o ideal. Seria bom se tivéssemos uma idéia sobre como, por exemplo, temos 50 mil pessoas tomando crédito, mas o universo é de 400 mil”, diz Blum.

Segundo ele, a expansão da capacidade de pagamento das famílias absorveu 100% do crédito concedido no

Foto: Gregg Newton/Reuters



Mercado de crédito no Brasil ainda é pequeno, concentrado e caracterizado por prazos reduzidos

Falta informação para formular regras de regulação prudencial



Foto: Eduardo Kraupp/Folha Imagem

Cadastro positivo será benéfico por reduzir o risco das instituições financeiras ao conceder crédito

ano passado. No final de 2007, segundo Blum, houve uma pequena deterioração. “Muito menor que a de 2005. A inadimplência ficou um pouco maior. Mas não esperamos uma forte reversão no cenário brasileiro”, avalia, acrescentando que essa pequena deterioração mereceria uma “luz amarela fraca”. “O problema deve se ajustar, mas se não começar a melhorar até junho, aí sim vai preocupar”, alerta.

MASSA SALARIAL Para Fábio Silveira, economista da RC Consultores, especialista em crédito, ainda não existem motivos para preocupação no curto prazo. O sinal de alerta dele começa no segundo semestre deste ano, quando o ritmo de atividade econômica deverá diminuir um pouco, tornando-se ainda mais lento a partir de 2009. “Estamos longe de uma crise de crédito, mas ficaria preocupado se a curva de

crescimento do crédito se mantivesse em 25% ao ano e o da massa salarial se estabilizasse a partir de 2009.”

Segundo Silveira, a atual explosão do crédito deve-se à estabilidade econômica alcançada nos últimos 12 anos e às taxas de juros relativamente mais baixas, embora o juro real brasileiro ainda seja o mais alto do mundo. “O bom momento deve ser aproveitado com sabedoria”, adverte, “para evitar problemas como os ocorridos em 1997 e 1998”, quando várias redes de lojas – como Mappin, G. Aronson e Mesbla – quebraram após expandirem fortemente o crediário, com o lançamento de cartões próprios, quando a taxa básica de juros Selic estava muito mais elevada do que hoje.

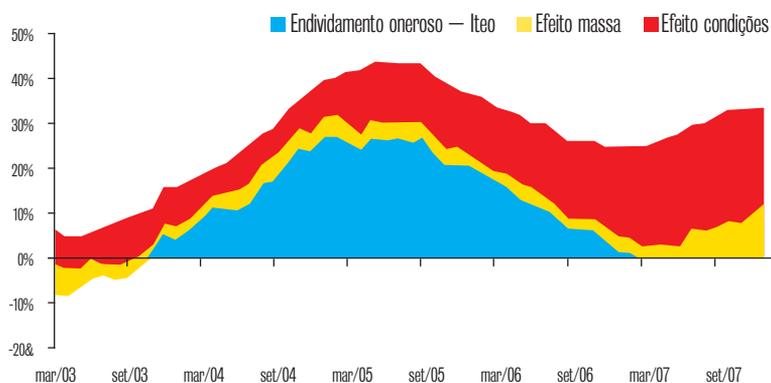
“Foi uma loucura. A economia parou de crescer e todas elas quebraram. O Brasil ainda está atrás dos grandes países emergentes em matéria de crédito. Mesmo assim, o crescimento tem sido muito rápido. Há cinco anos, o crédito era três vezes maior que a massa salarial, e atualmente é oito vezes maior”, compara.

Embora afirme acreditar que o nível de fragilidade financeira das famílias e empresas privadas no Brasil ainda seja muito pequeno, o professor Cardim considera importante a criação de uma pesquisa sobre o grau de endividamento das famílias. Para ele, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) poderia realizá-la.

“Seria como uma pesquisa contínua com uma amostra de famílias. Não há razão nenhuma para que uma instituição como o IBGE, com sua experiência, não possa empreender um trabalho deste tipo”, diz Cardim, acrescentando que as informações sobre o grau de endividamento das famílias poderiam ser utilizadas na formulação de regras de regulação prudencial, por exemplo, evitando-se o risco de crise como a do segmento *subprime* do crédito imobiliário americano. **II**

Expansão volta a elevar endividamento oneroso

Decomposição do crescimento nominal do crédito em “efeito condições”, “efeito massa” e “endividamento oneroso – Iteo”



Fonte: IBGE e Banco Central / Elaboração: Tendências

Fator previdenciário e idade mínima



O fim de um mecanismo que pode ser classificado como um mal necessário – o fator previdenciário – pode ser visto como a pedra fundamental para o resgate da verdadeira seguridade social, sem incertezas e sem inseguranças, a partir do estabelecimento de uma idade mínima acompanhada por regra de transição longa e bem divulgada para conhecimento de todos os segurados do INSS

Após transitar pelas comissões pertinentes, o plenário do Senado aprovou, no início de abril, o projeto de lei de autoria do senador Paulo Paim que prevê o fim do fator previdenciário e estipula que o cálculo do salário de benefício da aposentadoria por tempo de contribuição (ATC) passe a considerar apenas a média aritmética simples dos últimos 36 salários de contribuição em período não superior a 48 meses. São praticamente as mesmas regras vigentes antes da lei do fator previdenciário (Lei 9.876, de novembro de 1999).

O fator previdenciário é aplicado no momento da aposentadoria. É uma fórmula matemática pela qual o tempo de contribuição e a idade elevam o valor do multiplicador, ao passo que a maior expectativa de sobrevida (publicada pelo IBGE em dezembro de cada ano) diminui o multiplicador. Em seu oitavo ano, a lei ainda provoca muita polêmica, principalmente por seu caráter restritivo à ATC.

A regra foi estabelecida principalmente para inibir o movimento ascendente das ATCs e, mais veladamente, atribuir certo caráter atuarial aos valores das ATCs. Conquanto seja esse um direito previdenciário brasileiro, previsto na Carta de 1988, há diversas pressões para alterá-lo. Os principais argumentos são de que as mudanças do perfil etário da população e da realidade fiscal da Previdência tornam a ATC, sem estar atrelada a alguma medida paralela de idade mínima, uma instituição caduca no sentido ético-jurídico.

Os principais resultados de uma avaliação realizada pelo Ipea (publicada no texto para discussão nº 1.161) corroboram os anseios dos que criaram a lei em 1999: (1) queda no fluxo anual de concessão de ATCs de 339,8 mil para 136,2 mil ao ano; (2) elevação na média de idade dos aposentados antes e depois da lei, de 49,7 para 52,2 anos entre as mulheres e de 54,3 para 56,9 anos entre os homens; (3) tempo médio de contribuição se eleva de 27,5 para 28,7 anos entre as mulheres e de 32,7 para 33,8 anos entre os homens; (4) economia estimada

em 11,1% no pagamento dos benefícios por tempo de contribuição concedidos a partir de dezembro de 1999.

Tais resultados, entretanto, foram obtidos paralelamente a um forte desconto no valor das aposentadorias atingidas pelo fator previdenciário. Na média, os benefícios sofreram redução de 35% para mulheres e de 22% para os homens em dezembro de 2004. Nesse ponto reside o nó górdio da controvérsia em torno da lei do fator previdenciário – o que era para ser previsível torna-se incerto, atingindo os pilares da seguridade social, dado que o valor da expectativa de sobrevida (inversamente proporcional ao fator) possui tendência ascendente.

Melhor do que a volta à situação anterior, ou a própria incidência do fator previdenciário, seria uma regra de idade mínima para aposentadoria, precedida de um período de transição. Atendendo a tais anseios, foi apresentada a proposta de emenda constitucional (PEC) 10/08, de autoria também do senador Paim, que estabelece a idade mínima e reafirma a não incidência de qualquer desconto.

A PEC estabelece idade mínima de 60 anos para homens e 55 para mulheres para concessão de ATCs (após 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres), com um longo, mas necessário, período de transição, iniciando-se em 51 anos para homens e em 46 para mulheres e elevando-se um ano a cada três anos até chegarem às idades de 60/55 anos. Desta forma, as regras de ATC vão igualar-se às regras existentes para aposentadoria dos servidores públicos. Portanto, o fim de um mecanismo que pode ser classificado como um mal necessário – o fator previdenciário – pode ser visto como a pedra fundamental para o resgate da verdadeira seguridade social, sem incertezas e sem inseguranças, a partir do estabelecimento de uma idade mínima acompanhada por regra de transição longa e bem divulgada para conhecimento de todos os segurados do INSS.

Leonardo Rangel é pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e doutorando em economia da Universidade de Brasília (UnB)

O caminho do crescimento



O país tem urgência de investir na disseminação de novas tecnologias, mas o investimento estrangeiro pouco ajuda

Por **Edla Lula**, de Brasília

O governo e a indústria brasileiros querem corrigir os erros do passado com uma arrojada estratégia de inovação que permita maior competitividade e internacionalização das empresas nacionais. E qual é o papel das empresas estrangeiras? Segundo a pesquisadora Marina Filgueiras Jorge, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), embora muito dinheiro tenha entrado no país por conta da presença das multinacionais, as empresas locais da mesma cadeia produtiva aproveitaram muito pouco as oportunidades de troca de informações e tecnologia que poderiam proporcionar aumento da produtividade.

Mais do que isso, as filiais estrangeiras são as que mais aproveitam as políticas públicas para ampliar conhecimento. “Por mais que as empresas estrangeiras ainda tenham

apresentado maior elo com suas matrizes, elas ainda parecem interagir mais com o Sistema Nacional de Inovação e Aprendizagem do que as próprias empresas brasileiras”, diz a pesquisadora. Ela é autora do Texto para Discussão (TD) intitulado *Investimento Estrangeiro Direto e Inovação: um Estudo sobre Ramos Seleccionados da Indústria no Brasil*, o mais recente trabalho do Ipea sobre o assunto.

O levantamento abrange o período entre 1998 e 2003 e enfoca cinco setores com a maior presença estrangeira no país: elétrico, eletrônico, automóveis, farmacêutico e óleos vegetais. Em todos esses setores, a produtividade das empresas estrangeiras foi maior do que a das empresas nacionais. Para Marina Filgueiras, esse dado indica que a presença de empresas transnacionais seria



As empresas estrangeiras interagem mais com o Sistema Nacional

uma fonte potencial para o transbordamento produtivo (transferência de conhecimento e tecnologia) para a indústria brasileira, o que, na prática, não aconteceu.

“As evidências indicaram a existência de vantagens competitivas, em termos de produtividade, das empresas transnacionais instaladas no Brasil, em relação às empresas domésticas. Contudo, esse diferencial de desempenho não se mostrou uma fonte de transferência de conhecimentos tecnológicos que pudesse refletir em ganhos de produtividade para as empresas fornecedoras domésticas”, diz a pesquisadora.

Para o diretor de Estudos Setoriais do Ipea, Marcio Wohlers de Almeida, “é preciso haver troca de informação”, ainda que as multinacionais queiram guardar para si a sua tecnologia, em alguns setores considerados estratégicos pelo Brasil, como é o caso do farmacêutico. “É necessário que as empresas transnacionais interajam cada vez mais com o Sistema Nacional de Inovação brasileiro sem deixar de ter as suas relações com a matriz”, diz ele, e explica que o país ainda caminha a passos lentos para alcançar melhor colocação no mercado mundial, e muito disso se deve à falta de investimentos em ciência, tecnologia e inovação.

A meta do governo federal é elevar a taxa de investimento, hoje de 1,02%

do Produto Interno Bruto (PIB), para ao menos 1,5% até 2010. “A principal porta de entrada na política industrial no mundo de hoje é o estímulo à inovação”, avalia o secretário de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Guilherme Henrique Pereira. Para ele, a política industrial contemporânea deve prover as empresas com os instrumentos necessários para transformar conhecimento em riqueza.

O Plano de Ação 2007-2010, conhecido como PAC da Ciência e Tecnologia, incorporado à política industrial, pretende ampliar a relação entre os gastos privados com inovação e PIB dos atuais 0,51% para 0,65%. “A taxa de inovação hoje está mais concentrada no setor público, especialmente em universidades e institutos de pesquisa. A meta agora é desenvolver instrumentos para que mude a relação entre o setor público e o privado. As empresas, sejam elas nacionais ou transnacionais, têm de aumentar a sua taxa de gasto em pesquisa e desenvolvimento (P&D) próprios”, diz Wohlers.

Ao todo, o plano destina R\$ 42 bilhões ao setor. Mas não basta ter dinheiro. As pesquisas do Ipea também mostram que ainda é preciso despertar grande parte das empresas nacionais para a importância do conhecimento para se tornarem mais competitivas.

VISÃO EMPRESARIAL A deficiência é reconhecida pelo próprio empresariado brasileiro, que agora vem despertando para a importância da ciência em seus quadros. “O setor privado ainda tem pouca experiência de se integrar a programas públicos de fomento à inovação”, admite o presidente do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (Copin), Rodrigo Loures. O Copin é vinculado à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O levantamento de Marina Filgueiras aponta que a transferência de conhecimento só acontece quando a empresa nacional possui profissionais capacitados. “Quanto mais trabalhadores altamente qualificados dentro do quadro de pessoal da firma, maiores são as chances de absorver o conhecimento tecnológico externo e de se beneficiar de transbordamentos de produtividade”, diz ela. Segundo o estudo do Ipea, as empresas transnacionais concentraram-se nas categorias de firmas que inovam e diferenciam produtos e de firmas especializadas em produtos padronizados. As empresas nacionais, por sua vez, estão na categoria das que não diferenciam produtos e têm produtividade menor, ou que se especializam em produtos padronizados.

No entender de Pereira, do MCT, isso se explica pelo fato de as empresas estrangeiras já incorporarem a cultura inovadora, ao passo que no Brasil o processo é muito recente. “As multinacionais já têm essa cultura, que trouxeram do seu país de origem. No caso do Brasil, é bom lembrar que a nossa primeira universidade foi constituída em 1935. Isso mostra o quanto ainda somos jovens em termos de pesquisa”, diz. Outro dado apurado pelo estudo do Ipea é que a maior presença do capital estrangeiro na indústria brasileira, além de não ter contribuído para o aumento da produtividade nas cadeias, implicou uma acelerada desnacionalização.

“Duas importantes características se

Transbordamento de produção no Brasil

Produtividade anual média das empresas manufactureiras — 1998-2003
(R\$/trabalhador, a preços correntes)

Setor	Empresas domésticas	Empresas estrangeiras
Produtos elétricos	37.815,63	78.404,06
Produtos eletrônicos	55.477,73	173.758,99
Automóveis, caminhões e ônibus	41.942,82	115.651,79
Produtos farmacêuticos	61.364,45	155.942,94
Óleos vegetais	88.590,92	218.557,43

Fontes: PIA/IBGE e CEB/Banco Central

de Inovação e Aprendizagem do que as próprias empresas brasileiras

mostraram mais marcantes. A primeira identificou a concentração das filiais estrangeiras entre as empresas grandes. A segunda, por sua vez, relacionou a participação delas entre os diferentes setores: da indústria baseada em ciência (controle de 82% do total); da indús-

tria de produção diferenciada (73%); e da indústria de produção contínua em escala (68%). Na indústria intensiva em recursos naturais, a participação estrangeira experimentou forte crescimento: de 15% para 24% entre 1985 e 2002”, observa a pesquisadora.

MARCO REGULATÓRIO Entre o período observado no estudo e os dias atuais, muita coisa aconteceu na tentativa de reverter este quadro. A Lei de Inovação, de 2004, é considerada um avanço importante porque deu sustentação legal ao financiamento da pesquisa no Brasil.

Foto: Stockport

Criatividade é a nossa marca

Expressões como IED, IPO e *equity* estão cada vez mais presentes no meio empresarial brasileiro. Fazem parte do vocabulário financeiro que se apresenta como alternativa para empresas atraírem capital e se tornarem mais competitivas.

Em 2007, entraram no Brasil US\$ 34,6 bilhões em Investimento Estrangeiro Direto (IED), o maior valor já registrado pela série histórica do Banco Central, iniciada em 1947. Nem mesmo no tempo das privatizações o IED teve uma performance tão positiva. Para este ano, as previsões giram em torno de US\$ 30 bilhões.

Mas, se quiser alcançar a China, que em 2007 recebeu US\$ 82,6 bilhões de investimentos estrangeiros, o Brasil vai ter que seguir a sua trilha e conjugar IED com inovação. Na China, a política de atração de investimentos caminhou acompanhada por uma intensa campanha pelo acesso às novas tecnologias e ao conhecimento. Embora tenha conseguido ampliar as suas exportações para mais de US\$ 150 bilhões, o Brasil ainda não conseguiu agregar valor aos produtos vendidos, o que impede uma colocação melhor no comércio exterior.

“O IED é um instrumento em potencial para o desenvolvimento econômico, mas requer a presença de capital humano capacitado, de infraestrutura bem desenvolvida e de clima econômico estável”, aponta Marina Filgueiras Jorge, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no estudo *Investimento Estrangeiro Direto e Inovação: um Estudo sobre Ramos Selecionados da Indústria no Brasil*.

A pesquisadora relembra que a presença das multinacionais por si só não é suficiente para permitir a transferência de conhecimento. “Depende dos esforços de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e do aprendizado das firmas locais, ou seja, depende da capacidade local de

absorção de conhecimento”, diz no documento.

Para o secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Francelino Grando, “o IED só tem uma qualidade adequada quando, acompanhando o capital, traz tecnologia e conhecimento para ser compartilhado, e não quando a tecnologia vem em forma de caixa-preta”.

Mas essa partilha, segundo Márcio Wohlers de Almeida, diretor de Estudos Setoriais do Ipea, tem que ser construída por meio de consensos, sob pena de tornar as regras mais burocráticas “Quanto mais o governo puder formalizar este tipo de acordo, em que haja transferência de conhecimento, melhor. Mas essas regras não podem estar numa norma fechada, porque isso burocratiza e fica pior. A multinacional não vai entender o que essa regra quer dizer, o processo se torna mais lento. É necessário que tenha consensos.”

Evando Mirra, diretor da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), diz que compartilhamento é a palavra-chave para qualquer empresa que busque ser inovadora. “Ninguém hoje é isolado, e a eficácia da inovação acentua o gesto colaborativo. É capaz de colaborar quem tem, internamente, uma atividade que o prepare permanentemente para o diálogo, para a escuta, para ser capaz de absorver o conhecimento do interlocutor, tenha antenas ligadas”, sugere.

Aí entram os núcleos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), presença obrigatória na empresa que se pretende inovadora. “A inovação desloca o espaço da produção para níveis mais elevados de agregação de valor, uso mais inteligente, é um fenômeno que tem várias facetas que são o vetor positivo de desenvolvimento”, explica Mirra.

O Brasil aposta em sua principal marca para ganhar posição internacional: a criatividade. “É bastante notório que temos uma capacidade de adaptação incrível. A gente aprende muito depressa”, comenta Rodrigo Loures, presidente do Conselho Temático Permanente de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (Copin), vinculado à Confederação Nacional da Indústria (CNI). Tendo uma estratégia de inovação bem definida, ele aposta que o Brasil poderá alcançar gigantes como China e Índia em cinco anos.

Mirra cita que em muitos segmentos o Brasil já está à frente, como é o caso do biodiesel, da pesquisa em águas profundas, da mineração e do agronegócio. “Alguns dizem que fazemos pouco. Mas, quando fazemos, fazemos muito bem”, diz. Para ilustrar sua afirmação, Mirra relembra a parceria entre a Petrobras e a Cordoaria São Leopoldo, empresa privada do Rio Grande do Sul. A Petrobras tentava uma saída para ancorar a sua plataforma em águas profundas sem que os cabos de aço se arrebentassem. A São Leopoldo, especialista em cadarço para tênis, encontrou a solução: substituir os cabos metálicos por cabos de fibra de poliéster, mais leves e elásticos.

E quem poderia convencer os fiéis mulçumanos a fazer o caminho para Meca de ônibus e não a pé? Só mesmo um brasileiro encontraria a solução sem ultrajar o sagrado trajeto que precisa ser feito sem perder o contato visual com o céu. Em 2002, a Marcopolo, outra empresa brasileira e uma das líderes mundiais em equipamentos de transportes, desenvolveu especialmente para os peregrinos o Andare Sunny, modelo de ônibus com teto removível. As vendas do veículo para o Oriente Médio crescem a cada ano.

O ranking das mais inovadoras

Levantamento feito pelo Índice Brasil de Inovação (IBI)

Grupo 1 – Alta Intensidade Tecnológica

- 1º Lugar: Delphi
- 2º Lugar: Embraer
- 3º Lugar: Marcopolo

Grupo 2 – Média-alta Intensidade Tecnológica

- 1º Lugar: Silvestre Labs.
- 2º Lugar: Vallée
- 3º Lugar: Natura

Grupo 3 – Média-baixa Intensidade Tecnológica

- 1º Lugar: Brasilata
- 2º Lugar: Faber Castell
- 3º Lugar: Usiminas

Grupo 4 – Baixa Intensidade Tecnológica

- 1º Lugar: Santista Têxtil
- 2º Lugar: Grendene
- 3º Lugar: Rigesa

Fonte: Fapesp

Com o objetivo de criar os instrumentos para aumentar a competitividade das empresas nos mercados interno e externo e melhor aproveitar o capital intelectual do país, a lei cria os Núcleos

de Inovação Tecnológica para atuar nas instituições de ciência e tecnologia com a finalidade de gerir políticas de inovação. Também prevê maior alocação de recursos públicos para as empresas.

“A Lei de Inovação é um importante marco regulatório porque dá a possibilidade legal para as incubadoras de empresas serem implantadas por meio de um esforço conjunto dos setores público e privado. Antes da lei, isso era proibitivo”, salienta o secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), Francelino Grando. Ele destaca que agora há, no papel, a autorização para que os pesquisadores transitem entre a academia e a área de P&D das empresas.

Para Grando, o grande mérito da Lei de Inovação é “aproximar os tempos da pesquisa” entre universidade e empresa. “Até recentemente o tempo de pesquisa numa universidade era muito longo, muito lento. Na empresa, ao contrário, quando se encomendava uma pesquisa, era para ontem”, diz. A tendência agora é que essas novas ações permitam as empresas e os institutos se afinarem.

Ao lado da Lei de Inovação, também a Lei do Bem – por conter uma série de benefícios para o setor produtivo do país, a medida foi conhecida inicialmente por “MP do Bem”, depois transformada em lei – se configura como um importante incentivo à inovação. Sancionada em 2005, ela concede incentivos fiscais a quem aposta na pesquisa, como a dedução dos gastos no pagamento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL).

LINHAS DE CRÉDITO “Para acompanhar corretamente os resultados dessas leis é necessário esperar, porque não é um processo rápido. Mas os resultados que temos até hoje já são bastante significativos”, aponta Pereira, do MCT. Segundo o secretário, entre 2005 e 2006, após a implantação da Lei do Bem, o número de empresas que investiram em P&D saiu de 36 para 127. O montante de recursos privados empregados saltou de R\$ 214,9 milhões para R\$ 2,0 bilhões.

Os estímulos para melhorar a competitividade das empresas incluem linhas de crédito especiais do Banco Na-

Foto: Stockport

Entraram mais dólares em 2007 do que nos anos das privatizações

Evolução dos Investimentos Estrangeiros no Brasil (IED) (em US\$ bilhões)



Fonte: Deppec/Banco Central

Dificuldades com as pequenas empresas

Crescimento das Empresas Inovadoras no Brasil entre 2003 e 2005 — Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) 2005

Faixas de pessoal ocupado	Número de empresas inovadoras		Taxa de inovação	
	2001-2003	2003-2005	2001-2003	2003-2005
Total	28.036	30.377	33,3	33,4
De 10 a 49	20.894	20.923	31,1	28,9
De 50 a 99	3.200	4.076	34,9	40,6
De 100 a 249	2.140	2.962	43,8	55,5
De 250 a 499	813	1.201	48,0	65,2
Com 500 ou mais	989	1.216	72,5	79,2

Fonte: Pintec/IBGE

cional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como o Programa para o Desenvolvimento da Indústria de Software e Serviços de Tecnologia da Informação (Prosoft), destinado à tecnologia da informação, e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma), para o setor de medicamentos. Também a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao MCT, ampliou as suas linhas.

Uma radiografia dos avanços do Brasil no setor está no estudo *Mobilidade de Trabalhadores e Efeitos de Transbordamento entre Empresas Transnacionais e Domésticas*, de Marco Aurélio Alves de Mendonça e Rogério Dias de Araújo, também do Ipea. Ainda que não tenha havido investimentos estrangeiros diretamente em pesquisa ou transferência de conhecimento, os autores verificam que o simples fato de trabalhadores brasileiros passarem por empresas estrangeiras situadas no território nacional contribui, no longo prazo, para o aumento da produtividade das empresas locais. “Pessoas que passaram por multinacionais conseguiram apreender algum tipo de conhecimento que implica aumento de produtividade para a empresa local”, defende Mendonça.

A Pesquisa de Inovação Tecnológica (Pintec) relativa ao ano de 2005, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Finep, reflete este novo quadro: entre 2003, base da Pintec anterior, e 2005, o número de empresas inovadoras na indústria passou de 28 mil para 30,4 mil, um aumento de 8,4%. Cresceu também a parcela do faturamento aplicada em inovações, que em 2005 foi de 2,8%, ante 2,5% em 2003.

“Empresas e governo estão se dando conta de que mudou a forma de gerar riqueza no mundo”, afirma Evando Mirra, diretor da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), organismo responsável por fazer deslanchar a política industrial brasileira. “Hoje, há uma valorização maior do patrimônio imaterial, do patrimônio intelectual.”

OBSTÁCULOS Segundo fontes do setor, ninguém discorda de que o país avançou em termos de políticas públicas de incentivo à inovação desde 2004, quando foi lançada a primeira fase da atual política industrial e tecnológica, mas existem ainda diversos entraves que impedem as empresas de usufruírem plenamente desses benefícios. Segundo

a Pintec 2005, os principais obstáculos são os elevados custos, riscos econômicos excessivos e escassez de fontes de financiamento.

Loures, da CNI, atribui as dificuldades hoje enfrentadas pelas empresas a um “ranço burocrático” dos próprios organismos públicos, que impõem muitas barreiras. “É preciso ter grandes atratores que façam com que esta aptidão se desenvolva no nosso país. A Finep tem que andar mais depressa, assim como o BNDES, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e a Secretaria da Receita Federal (SRF). Todos os atores que concorrem para a competitividade devem conceder uma prioridade à inovação”, defende.

Não só ele tem pressa. Pereira, do MCT, comunga da idéia de que as próprias instituições deveriam buscar mecanismos para acelerar os processos para liberação dos projetos em ciência e tecnologia. “Temos que ter instituições que sejam ágeis e capazes de lidar com isso. Precisamos, às vezes, mudar o arcabouço legal. Existem leis que impedem uma velocidade maior. Existem setores de controle e auditoria que não entendem do assunto. Aham que financiar pesquisa é a mesma coisa que comprar obras ou material de escritório”, diz.

O professor Carlos Américo Pacheco, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ex-secretário executivo do MCT, enumera uma série de pontos que exigem mudanças no marco regulatório das relações público-privadas. Segundo o professor, o Brasil ainda não está preparado adequadamente para estimular essas redes de interação. O quadro de “insegurança jurídica” neste terreno envolve desde a aplicabilidade da Lei de Inovação até a biodiversidade, por causa das regras referentes a acesso, exploração econômica e repartição dos benefícios. Tudo isso, segundo estudo feito por Pacheco, atravanca o caminho das empresas rumo ao mercado global. **i**

De papel passado

Foto: Gilberto Gama/SPI-PA



Projeto pioneiro promove a regularização fundiária para milhares de famílias sujeitas a perder o que julgavam lhes pertencer há várias gerações, mas de fato eram áreas da União

Por **Manoel Schlindwein**, de São Paulo

Foto: Gilberto Gama/SPI-PA



Projeto regularizou a propriedade de 10 mil famílias na região

Foto: Adaias Gonçalves/SPU-PA

Imagine ser expulso de sua moradia sob a alegação de que ela não lhe pertence mais. Mas como, se o chão em que pisa foi de seu pai e do pai de seu pai? A questão, difícil de aceitar, intrigou a população ribeirinha da Amazônia e o governo federal por um bom tempo. Para garantir o direito de posse de terras de propriedade da União, o projeto Nossa Várzea, de regularização fundiária, já beneficiou cerca de 10 mil famílias na região Norte do país. E sabe quanto isso custou? Apenas R\$ 57,47 por cada família beneficiada.

Apesar desse custo ínfimo, não foi uma tarefa fácil. Desalojar uma ou outra família porque o terreno onde vive é propriedade pública já é um problema delicado em espaços com elevado índice de urbanização. Entram em jogo a real necessidade da mudança (não seria mais fácil para o governo construir em outro lugar ou deixar tudo como está?) e a cobrança da sociedade (qual o futuro dos desabrigados?). Mas a questão ganha proporções realmente grandes quando se trata do despejo de uma população espalhada por um território de 8,5 milhões de hectares, o equivalente ao dobro da área total de plantações de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo.

Milhares de famílias inteiras vivem há séculos às margens do curso de longos rios no Norte do país. Rios como o Amazonas e seus afluentes são literalmente fonte de vida: é nas suas águas que retiram o sustento, tanto para a venda de peixes no mercado como para a própria alimentação. O local possui um rico ecossistema, mas também é marcado por uma enorme fragilidade social, agravada pela ausência de infra-estrutura e da presença do Estado.

Os moradores se instalaram e mantiveram seus costumes simples por gerações. Quando o mundo moderno chegou, com suas leis e ordens de



Com navegadores GPS e câmara fotográfica, servidores da União visitaram as famílias, uma por uma

despejo, eles se viram ameaçados. Seguida ao pé da letra, a situação poderia ganhar contornos bélicos, até com a criação de mártires, como ocorreu com o líder seringalista Chico Mendes. Felizmente, a alternativa veio por meios pacíficos e já apresenta resultados positivos.

REDEFINIÇÃO Em 2004, a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), subordinada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, passou por uma redefinição institucional. Alexandra Reschke, titular da SPU, relembra que primeiro foi implantado um novo modelo de gestão de patrimônio comum dos brasileiros. A idéia, explica, “é garantir que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental em harmonia com a função arrecadadora e em apoio aos programas estratégicos da nação”.

A Constituição federal de 1988 definiu que toda propriedade deve cumprir uma função social e o Estatuto das

Cidades regulamentou esse princípio. Na prática, isso quer dizer que um imóvel público vazio ou subutilizado não cumpre sua função socioambiental porque sua destinação original era estar a serviço de algum uso. “Não havendo a demanda de algum órgão do serviço público federal naquele local ou de algum programa do governo, o imóvel deve ser oferecido aos governos estadual ou municipal. O importante é que sirva para aquilo que é o seu princípio: uma função pública”, observa Alexandra.

O que estava em jogo era a inversão de uma lógica histórica, marcada pela predominância de princípios patrimonialistas e modelos de gestão cartorial. A mudança, explica Alexandra, demandou contato ininterrupto com vários setores do governo federal, além da construção de parcerias com prefeituras e governos estaduais. O objetivo era estabelecer práticas compartilhadas de gestão do patrimônio da União.

Norte do país, ao custo ínfimo de R\$ 57,47 por família beneficiada

Foto: Léo Costa da Silva/SPU-PA

O desafio não era fácil, mas em 2005, no Pará, as idéias saíram da prancheta e ganharam forma com o Projeto Nossa Várzea – Regularização Fundiária em Áreas de Várzeas, desenvolvido pela SPU através da Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Pará (GRPU/PA), às margens dos rios “federais” – aqueles que excedem as fronteiras de um só estado.

SEMINÁRIOS Em se tratando de Amazônia, não poderia ser diferente: a missão dependeu quase que exclusivamente do uso de barcos. Para promover seminários de conscientização e esclarecimento com as comunidades locais, técnicos atravessaram incontáveis quilômetros em pequenos barcos impulsionados por motores de popa. Assim, em agosto de 2005, foram realizados dois seminários, um em Belém e outro em Santarém, reunindo lideranças da sociedade civil, associações de ribeirinhos e representantes dos estados do Pará, Amapá e Amazonas.

Foi preciso caracterizar o enquadramento legal das várzeas rurais e identificar seus ecossistemas, estabe-



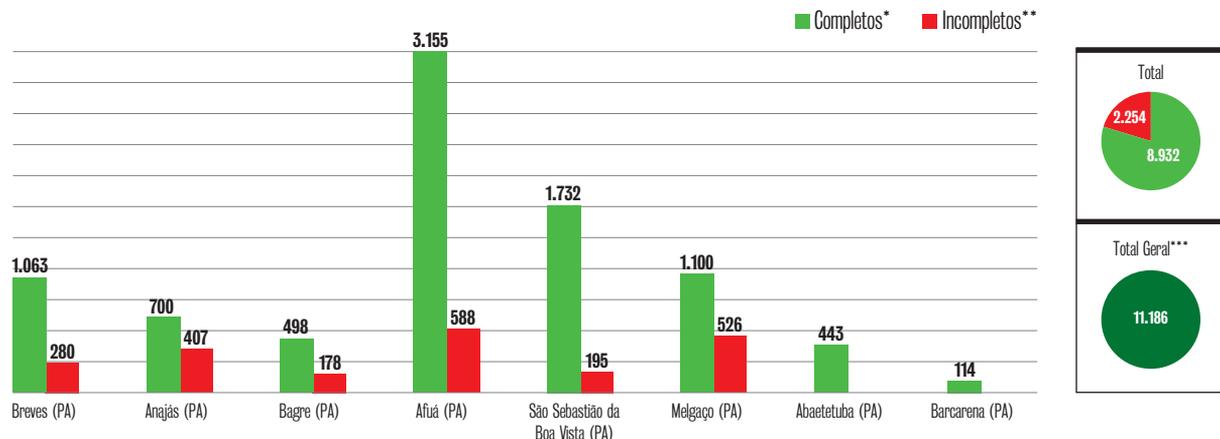
Cada família fotografada diante da casa para uma ficha com nome do rio e do igarapé, a longitude e a latitude

lecer metas e cronogramas para o projeto e, mais importante, definir uma metodologia de regularização fundiária. Isso tudo sem esquecer a promoção de uma harmonia entre órgãos das instâncias municipal, estadual e federal – além da sociedade civil.

Os encontros foram oportunos não apenas para resolver a questão fundiária, mas também para colocar em pauta outros problemas vividos pelos moradores, conta Neuton Miranda, gerente regional do Patrimônio da União no Estado do Pará. Os diálogos

Os resultados no Pará

Famílias beneficiadas (quantidade)



* Famílias já beneficiadas com o termo de autorização de uso ** Famílias já atendidas, mas que apresentam documentação pendente. *** Total de famílias atendidas
Fonte: Secretaria de Patrimônio da União (SPU) / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Arrecadação vem de taxa de uso

A mudança nas diretrizes da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) fez com que incorporassem um princípio básico na nova gestão: cada imóvel da União deve cumprir uma função socioambiental. A medida não despreza, no entanto, a função arrecadadora dos imóveis – a diferença é que agora ela deixa de ser uma prerrogativa indispensável. Mas se engana quem pensa que isso se reflete em menos volume de recursos nos cofres do governo federal. A expectativa é de arrecadar neste ano o equivalente a R\$ 205 milhões, montante superior ao do ano passado.

“Nosso foco foi não deixar decair os prazos para cobrar e orientar corretamente a equipe das gerências regionais no cumprimento daquilo que nos é determinado pela legislação. Se um cidadão ou empresa tem o privilégio de ocupar um imóvel que pertence a todos, há de pagar uma taxa para esse uso. Além de definir o critério de uso, a taxa destina-se a dar à União a estrutura capaz de fiscalizar, guardar e de manter essas áreas”, explica a secretária de Patrimônio da União, Alexandra Reschke.

deram vazão à proposição de saídas para questões como a pressão, por parte dos grileiros, para que os ribeirinhos partilhassem a colheita, sob a pena de expulsão de seus lares.

Havia ainda outro problema típico a ser enfrentado. Sem endereço físico ou comprovação de posse, as famílias não tinham acesso sequer aos programas

de inclusão social do governo, como o Bolsa Família. Mas os seminários não ficaram só no bate-papo. Pelo contrário, de lá saiu a chave do projeto, o instrumento legal capaz de garantir, como define a SPU, a sustentabilidade das ações agroextrativistas pelas comunidades ribeirinhas nas áreas de domínio da União.

Trocando em miúdos, a Portaria 284, de 14 de outubro de 2005, criava o Termo de Autorização de Uso, uma forma inovadora de garantir a posse da terra aos moradores. Pela primeira vez cortavam-se as amarras da burocracia e dava-se uma alternativa com amparo legal à população ribeirinha.

MARATONA Após os seminários, o dia-a-dia do trabalho das equipes da SPU e dos demais parceiros voltou-se à sensibilização da comunidade para adesão ao Termo de Autorização de Uso. Eles foram conversar com prefeitos, secretários municipais e estaduais e representantes do movimento sindical, além de esclarecerem a população através da mídia (especialmente pelo rádio). O ponto decisivo, no entanto, foram as reuniões locais com os moradores. Nelas foram realizadas palestras de orientação e tira-dúvidas com servidores da GRPU/PA envolvidos no projeto.

Ao final dos encontros todas as famílias presentes eram cadastradas – em muitos casos, o número de interessados passou de 180. Embora tenham acabado bem, os encontros nem sempre foram tranquilos. O coordenador do projeto Nossa Várzea no Pará, Lélcio Costa da Silva, lembra que capangas de grileiros da região sempre estavam à espreita, monitorando a movimentação dos agentes do governo. Desconfiados, queriam saber qual o destino das terras. “Muita gente humilde vive lá. Há uma espécie de escravidão branca no local, onde tudo que é produzido é levado ao grileiro em troca de deixá-los morar nas palafitas”, diz.

De posse do endereço das famílias, as equipes partiram para visitá-las. Foram várias rodadas de esclarecimentos, além da identificação de um ponto georreferenciado do local, com o auxílio de aparelhos de GPS, e fotos dos documentos dos responsáveis. Por fim, outra foto, desta vez da família inteira, reunida em frente da residência,

Foto: Gilberto Gama/SPU-PA



A família de Valentim Gomes de Oliveira Neto, latitude 02° 11' 07.2" S e longitude 50° 15' 06.8" W, em Bagre, Pará

ia visitá-los — nem mesmo o IBGE havia passado por ali

como forma de registrar a ocupação. A etapa final consiste no preenchimento de dois documentos: o requerimento para emissão do Termo de Autorização de Uso e declaração da licença do órgão ambiental competente.

Como coordenador do projeto no Pará, Neuton Miranda visitou todas as cidades já atendidas e pôde observar as demandas da população após conversar com vários moradores. “Em muitos casos, era a primeira vez que alguma instituição do governo federal, qualquer uma, ia visitá-los. Nem mesmo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) havia passado por ali”, recorda Miranda, tentando contabilizar as centenas de horas passadas dentro de barcos cedidos por prefeituras da região, em especial no arquipélago de Marajó, no Pará.

PALAFITAS O que lhe chamou mais a atenção? Nenhum dos moradores visitados vive em casas normais, tal qual os habitantes das cidades conhecem, com tijolos e telhas. “São sempre palafitas. E fotografamos todas elas: temos um acervo gigantesco, com mais de 12 mil fotos, só de famílias morando em palafitas”, afirma.

Uma das maiores dificuldades do trabalho de Miranda e sua equipe residia justamente na logística. Uma vez que a região não dispõe de uma boa infraestrutura rodoviária, as distâncias são vencidas pelos barcos, extremamente lentos se comparados a outros modais. Para se ter uma idéia, a alternativa encontrada pelos técnicos para visitar os moradores de Afuá, no Pará, partindo de Belém, foi ir até Macapá, no Estado do Amapá, de avião, e então usar barcos para vencer o restante do percurso.

“Foi assim que resolvemos o problema das longas jornadas que, em alguns casos, chegaram até 28 horas de barco”, conta o gerente. Mas quem ficava fora do avião era obrigado a vencer as enormes distâncias cruzando os rios da re-

gião. “É um caminho selvagem, literalmente. No caminho, a gente vê várias cobras e outros animais. A sorte é que a maioria deles tem hábitos noturnos e nosso trabalho é feito apenas durante o dia”, relembra Costa da Silva, que foi de Belém a Anajás em 40 horas.

Miranda e Costa da Silva não estavam sozinhos. Os trajetos principais eram cumpridos em barcos maiores, com capacidade para transportar quase duas dezenas de pessoas. A fim de compartilhar conhecimento e capacitar outros servidores públicos, profissionais de outros estados do país foram convidados a participar do projeto (tão logo encerraram as atividades, eles receberam a missão de implantar o Nossa Várzea em suas regiões). Ao se aproximarem das cidades de destino, barcos menores, com até três tripulantes, davam seqüência às atividades.

O site da SPU aponta o que é necessário para uma família ribeirinha agroextrativista poder ingressar no projeto. Ela deve obedecer aos seguintes critérios: possuir uma casa no lugar

da ocupação (tapiri, barraco, etc.), em que efetivamente reside, há pelo menos cinco anos, de forma pacífica, e de onde retire a maior parte do seu sustento; dedicar-se à atividade agroextrativista, durante a maior parte do tempo; e possuir o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e documento de identidade.

CADASTRO O trabalho das equipes se encerra em escritórios cedidos pelos municípios. Lá, os cadastros são organizados e os Termos de Autorização de Uso são finalmente emitidos. Documentação pendente ou qualquer outro tipo de problema também são resolvidos ali.

Em cerca de dois anos, quase dez mil famílias de oito municípios do Estado do Pará foram beneficiadas. Todas ganharam o “Termo de Autorização de Uso para o Desbaste de Açai-zais, Colheita de Frutos ou Manejo de Outras Espécies Extrativistas”, nome do documento, que leva em conta a abundância dos recursos naturais presentes na região e o meio de sobrevivência dos ribeirinhos.

Foto: Gilberto Gama/SPU-PA



A família de Manoel Leão da Conceição, como a de Valentim, vive na área do rio Paraúba, igarapé Cajari, em Bagre, Pará

Sucesso no Norte, o projeto se espalha para o Nordeste e o

Até dezembro deste ano, deverão ser cadastrados 20 mil moradores da região do arquipélago de Marajó. Encerrada esta etapa, o projeto terá seqüência no Estado do Amazonas. A expectativa da SPU é de que, até o final de 2010, cerca de 40 mil ribeirinhos tenham suas terras regularizadas perante a União. “É uma iniciativa pioneira, inovadora, que dá muito trabalho, mas traz enorme realização, especialmente por sabermos que estamos trazendo o Estado para a vida dessas pessoas”, resume Miranda.

Tamanho esforço demandou da SPU a conquista de diversas parcerias. O resultado não poderia ser melhor: muitos órgãos envolvidos aproveitaram as viagens para cadastrar as famílias em outros programas dos governos federal, estadual e municipal. “O que reparamos é que agora, com a possibilidade de apresentar endereço fixo, os Correios estão chegando aqui e muitas famílias aderiram ao Programa Bolsa Família”, conta Miranda.

QUEM PAGA Como o Nossa Várzea é um projeto barato, no primeiro ano, em 2006, todos os custos foram bancados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), subordinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O montante desembolsado foi de R\$ 166 mil e o número de famílias beneficiadas foi de 2.886. De lá para cá, o governo federal passou a contribuir com cerca de 20% dos recursos e o restante é pago pelos estados e municípios.

A divisão dos custos entre os envolvidos no projeto é mais uma das qualidades do Nossa Várzea, que prima pela gestão compartilhada. Este fator, aliado ao fim dos entraves na obtenção do termo de autorização, não passou despercebido. Não custou muito e a ação pioneira do Ministério do Planejamento foi reconhecida nacionalmente. Em março deste ano, o Nossa Várzea

Foto: Gilberto Gama/SPU-PA



Parceiros públicos e na sociedade civil

Além da criação do Termo de Autorização de Uso para as famílias ribeirinhas da Amazônia, outra inovação que fez o projeto Nossa Várzea ser reconhecido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) é a enorme articulação promovida entre diferentes setores e esferas de governo. Confira a seguir quem está envolvido.

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) – em decorrência do Termo de Cooperação Técnica assinado com a SPU, presta apoio técnico e logístico ao projeto.
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) – fornece banco de dados para armazenamento das informações coletadas a partir das atividades de cadastramento das famílias ribeirinhas e autoriza a exploração sustentável da área de várzea.
- Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) – fornece imagens de satélite atualizadas, permitindo que a equipe técnica da GRPU/PA identifique as áreas de várzeas, individualizando-as por família ribeirinha, a partir de informações georreferenciadas, obtidas com o auxílio de aparelhos GPS.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – fornece as cartas-imagens dos municípios alcançados pelo projeto, ressaltando a malha hidroviária.
- Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) – concede as licenças ambientais, após a legalização das áreas de várzeas pela GRPU/PA.
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) – representada por seus escritórios locais, fornece veículos para locomoção fluvial, do tipo voadeiras, que são utilizadas pela equipe da GRPU/PA nos deslocamentos até o local de moradia das famílias ribeirinhas.
- Prefeituras municipais – são responsáveis pelo apoio logístico e estrutural às atividades de cadastramento das comunidades ribeirinhas (barco de apoio, com tripulação, combustível e refeições).
- Associação Comunitária dos Ribeirinhos Agroextrativistas – congrega pessoas que detêm o conhecimento das regiões abrangidas pelo projeto, e, por isso, são fundamentais na execução das atividades em campo.

Novas adesões em todo o país

Em setembro do ano passado, o projeto Nossa Várzea ganhou novo fôlego com a adesão de novos órgãos federais e municípios, como Melgaço, no Pará. Confira abaixo.

Secretaria Municipal de Melgaço de Assistência Social: inclui famílias ainda não beneficiadas no Programa Bolsa Família e supervisiona as que já são beneficiárias. Além disso, garante a supervisão da aplicação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Secretaria Municipal de Melgaço de Saúde: garante os serviços de odontologia, aplicação de vacinas, supervisão do crescimento da população infanto-juvenil, distribuição de medicamentos e atendimento ambulatorial de urgência.

Conselho Tutelar de Melgaço: supervisiona o estado físico dos estabelecimentos de ensino e possíveis denúncias feitas contra os professores — que não comparecem, por exemplo. Supervisiona também os postos de saúde e indica vilas e povoados onde novos telefones públicos podem ser instalados.

Com os trabalhos realizados na área, a equipe compreendeu que mais de 20% das famílias do arquipélago de Marajó têm pendência documentária. Isso quer dizer que esta faixa de 20% (considerando-se o chefe da família, apenas) não tem sequer certidão de nascimento. Assim, outro parceiro entrou em cena, o Ministério da Justiça.

A partir de novembro deste ano, o órgão contará com uma equipe criada para garantir que os ribeirinhos passem a ter os documentos indispensáveis à prática da cidadania. E fará também, pela primeira vez, uma pesquisa de consumo na região. O interesse do consumidor de baixa renda também entra na mira do governo federal.

ganhou o terceiro lugar na 12ª edição do prêmio de Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), à frente de projetos de grande apelo popular,

como o Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União.

O troféu não coube apenas aos méritos alcançados na região marajoara. Em setembro do ano passado, de posse do

que aprenderam no Pará, técnicos do Amapá foram a campo regularizar a vida de moradores da região: de lá para cá já foram cadastradas 117 famílias. “Esperamos fortalecer as parcerias locais para podermos fazer um levantamento completo da demanda”, diz a coordenadora-geral de projetos especiais do Ministério do Planejamento, Simone Gueresi.

Duas peculiaridades chamam a atenção de quem não conhece o local, lembra a gerente regional da SPU do Amapá, Liely Gonçalves de Andrade. Primeiro, apesar da imensa faixa litorânea, as terras não são banhadas pelo mar e sim pelas águas do rio Amazonas, tamanha a sua vazão. Depois, no período de chuvas, entre janeiro e abril, as cheias são tão volumosas que o trabalho é interrompido.

ESPERANÇA O trabalho começou em outubro de 2007, quando a SPU visitou uma a uma as palafitas de madeira com telhado de palha às margens do rio Amazonas. “Desenvolvemos um trabalho muito bonito, de inclusão social dessas pessoas. Trazemos para elas mais do que dignidade, trazemos esperança”, afirma Liely Andrade.

Sucesso no Norte, o projeto se espalhou para o Nordeste e o Sudeste. Em Ubatuba, no litoral paulista, onde há enorme pressão imobiliária, oito ranchos de pescadores já ganharam o termo de uso. Com isso, os trabalhadores têm garantido um lugar seguro para guardar seus barcos e equipamentos. Na Bahia, o governo federal delimitou uma faixa de 15 metros a partir das margens do rio São Francisco, chamada de Linha Média das Enchentes Ordinárias.

É a partir dela que o Nossa Várzea será implantado na região. Haverá uma diferença importante: em vez de entregar às famílias o Termo de Autorização de Uso, elas vão receber uma Concessão de Direito Real de Uso, que permite a transferência da propriedade. **ii**



Foto: Gilberto Gama/SPU-PA

Final da tarde de segunda-feira, 16.07.2007 — mais uma família posa para a ficha que vai legalizar sua propriedade

Supercomputador

Novo sistema de alto desempenho na Unicamp

O Centro Nacional de Processamento de Alto Desempenho em São Paulo (Cenapad), no campus da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), ganhou novo sistema computacional com capacidade de processamento quase três vezes maior que o anterior. Equipamentos fornecidos pela Silicon Graphics custaram R\$ 800 mil, pagos com recursos do Sistema Nacional de Alto Desempenho (Sinapad), ligado à Rede Nacional de Pesquisa (RNP) e ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). A maior parte do tempo hábil das máquinas do Cenapad está sendo utilizada por físicos, em particular para a resolução de problemas em nanociência. A nova estrutura contribuirá para a continuidade das simulações computacionais em áreas como física, química, biologia, engenharia, matemática e genômica. Máquina semelhante foi inaugurada em março no Núcleo de Processamento de Alto Desempenho (Nacad) do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Foto: sxc.hu

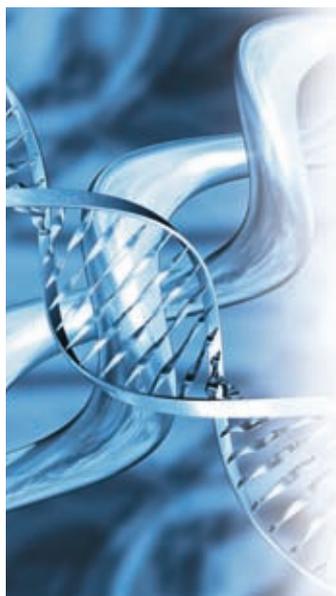


Foto: Stockport

Rastreamento

Dispositivo para localização de idosos

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo, está desenvolvendo um dispositivo de localização de idosos para evitar que se percam durante uma caminhada ou ida ao supermercado, por exemplo. Trata-se de um aparelho rastreador que garanta maior autonomia às pessoas com alguma perda de memória ou nos estágios iniciais do mal de Alzheimer. A tecnologia utilizada é a mesma usada para rastrear presos em liberdade condicional e carros roubados. Em Portugal, já existe uma pesquisa sobre o uso em pacientes com Alzheimer. Além de pesquisadores da área de saúde — médicos, fonoaudiólogos, psicólogos e terapeutas ocupacionais —, também participam do projeto engenheiros eletricitas, de produção e assistentes sociais. O dispositivo se assemelha a um telefone móvel, mas pesquisadores planejam testá-lo também na forma de relógios e cintos.

Biossegurança

Rede de pesquisa com células-tronco

Apesar de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter adiado o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que contesta a autorização para o uso das células-tronco embrionárias, prevista no artigo 5º da Lei de Biossegurança, o Ministério da Saúde manteve a promessa de lançar, em abril, o Instituto Nacional de Terapia Celular (INTC), uma rede de conhecimento que funcionará virtualmente com a proposta de integrar um conjunto de instituições de pesquisas e cen-

tros universitários para a troca de experiências com células-tronco. A expectativa é possibilitar maior integração entre os pesquisadores e padronizar alguns processos de pesquisa em todo o Brasil. Desde 2005, os ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia já garantiram R\$ 24 milhões para pesquisas com células-tronco. O INTC conta ainda com um investimento de R\$ 30 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fontes alternativas

Competitividade no mercado de energia solar



Foto: sxc.hu

Desde 2004, Adriano Moehlecke e Izete Zanesco, pesquisadores do Rio Grande do Sul, coordenam uma planta piloto para produção industrial de módulos fotovoltaicos — placas que absorvem radiação solar e a convertem em eletricidade. Estão sendo investidos R\$ 6 milhões, dos quais R\$ 2,6 milhões são aportes da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O objetivo é produzir equipamentos com a eficiência dos concorrentes internacionais, porém a custos menores, já que as matérias-primas e os

processos adotados são mais baratos, explica Moehlecke. O projeto é realizado no Núcleo Tecnológico de Energia Solar (NT-Solar), da Faculdade de Física da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). O mercado mundial de energia solar movimentou US\$ 15 bilhões em 2006 e cresce 40% ao ano. A soma de todos os módulos vendidos em todo o mundo no ano passado dá uma capacidade de produção de 2,5 mil megawatts, o que equivale a 15% da potência da usina hidrelétrica de Itaipu.

A genômica e o fumantes

Pesquisadores de diversos países, em três estudos independentes, anunciaram a descoberta de uma relação entre variações na seqüência do genoma humano e a suscetibilidade à dependência de nicotina. Os três grupos responsáveis pelos estudos agora publicados verificaram que seqüências no aglomerado genético da subunidade do receptor acetilcolina nicotínica contribuem para a suscetibilidade à doença. A asso-

ciação de uma determinada região do cromossomo 15, onde se encontram três genes receptores de nicotina, com o risco de contrair câncer de pulmão está descrita em três artigos nas novas edições das revistas *Nature* e *Nature Genetics*. Segundo os editores das publicações, os resultados fornecem uma das mais fortes evidências até o momento de que diferenciações do risco de câncer de pulmão são comuns na população em geral.

Foto: Stockport

Cooperação

R\$ 100 milhões para áreas estratégicas

O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) pretende investir, nos próximos quatro anos, R\$ 100 milhões em projetos de cooperação internacional nas áreas de ciência, tecnologia e inovação. Segundo o MCT, o investimento visa fortalecer a pesquisa nacional e promover a inovação tecnológica em áreas consideradas estratégi-

cas, como biocombustíveis, biotecnologia, saúde animal, biodiversidade, nanotecnologia, espacial e nuclear. As ações de cooperação internacional deverão reforçar os acordos do Brasil com países da América do Sul e da África, além de ampliar as oportunidades de parceria com a União Européia, Estados Unidos, China e Ucrânia.

Foto: sxc.hu



Financiamento

Um fundo para a estruturação de projetos

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) criou e lançou o Fundo de Estruturação de Projetos (FEP) para dar apoio financeiro a estudos técnicos e a projetos de infra-estrutura logística, energética, social e urbana, com orçamento de R\$ 20 milhões oriundos da fatia de recursos não-reembolsáveis do BNDES.

Metais

Nova tecnologia de soldagem

O Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) em Campinas (SP), começou a construir uma máquina para fabricar peças e componentes a partir da soldagem de ligas metálicas especiais para as indústrias petrolífera, aeronáutica e espacial. A tecnologia será utilizada na fabricação de elementos filtrantes para as telas *premium* utilizadas no controle de areia em poços de petróleo e gás. Esses elementos e as telas são importados a um custo anual de US\$ 40 milhões.

A validação das tecnologias para a soldagem já foi realizada pelo LNLS. Foram obtidos protótipos dos elementos filtrantes, caracterizados por tecidos em aço inoxidável soldados de maneira pontual em alguns locais, o que garante sua permeabilidade em atividades que exigem a separação da areia, água, gás e petróleo. A máquina será testada pela empresa DFB Técnicas para Soldagem de Metais, que detém os direitos de fabricação e comercialização, e pela Petrobras, e entrará em operação em agosto.

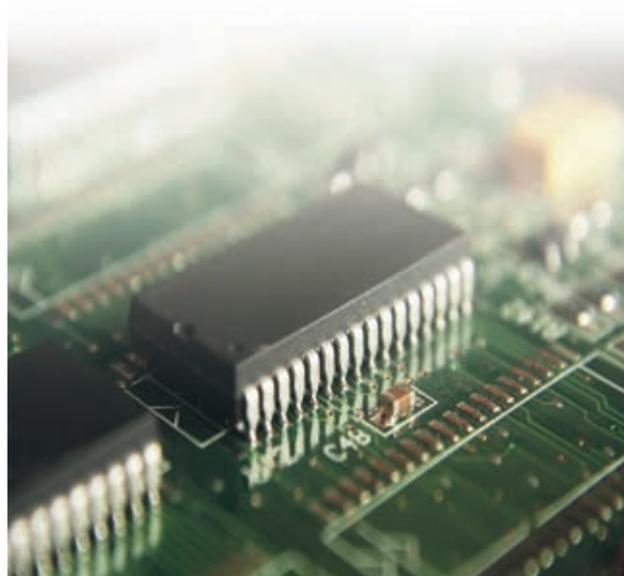


Foto: sxc.hu

Convite ao enfrentamento do racismo e da discriminação

No final de 2007, veio a público uma das principais obras sobre a história do movimento negro brasileiro. O livro *Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC*, organizado por Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira, busca dar escrita às vozes de algumas das principais lideranças negras dos anos 1970 e 1980. Histórias como a da criação do Grupo Palmares, no Rio Grande do Sul, em 1971, a da fundação do primeiro bloco afro na Bahia, o Ilê Aiyê, em 1974, assim como a da formação do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, em 1980, por exemplo, estão pela primeira vez lado a lado com histórias de organizações criadas no Rio de Janeiro e em São Paulo. A pesquisa foi desenvolvida entre 2003 e 2007 no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O resultado é um livro de dez capítulos, organizado ao longo de três marcos temporais principais: a elaboração da Constituição Federal e as comemorações em 1988 dos 100 anos da abolição da escravidão; as comemorações em 1995 dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares; e a realização em 2001, em Durban, na África do Sul, da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância. A escolha desses marcos temporais estruturantes indica um importante fato da organização

do texto, que demonstra como o movimento negro brasileiro não é algo alheio à história nacional, mas, sim, uma contribuição decisiva para a atual configuração e consolidação da democracia brasileira.

Os cinco primeiros capítulos do livro nos fornecem um quadro em que se percebe, a partir da “descoberta da questão racial” pelos entrevistados, contida no primeiro capítulo, como o enfrentamento do racismo e discriminação racial emerge das experiências de vida do negro brasileiro enraizadas na memória viva do escravismo e da pós-abolição. O grupo de entrevistados representa a “ponte geracional” entre a histórica luta dos antigos militantes do período anterior aos anos 1940 com a nova conjuntura internacional, que se definiu a partir dos anos 1950 com os protestos pelos direitos civis nos Estados Unidos, pela luta de independência dos países africanos e o movimento pela negritude formado por intelectuais africanos e afro-caribenhos.

Outro elemento marcante nesses cinco primeiros capítulos é a relação dos militantes do movimento negro com as organizações de esquerda – partidos políticos, organizações clandestinas, grupos religiosos católicos vinculados à teologia da libertação –, de onde emergiram as primeiras organizações do movimento negro durante a ditadura militar de 1964 e de onde se estabeleceram as principais estratégias de enfrentamento do racismo. Outro ponto marcante é a criação do Move-

mento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), que se torna a principal entidade do movimento negro brasileiro nos anos 1980 e de onde vão emergir muitas das atuais entidades do movimento.

Do sexto ao nono capítulos os entrevistados apresentam como o movimento negro toma densidade e passa a configurar-se como um dos principais interlocutores na formulação de políticas públicas anti-racistas. O debate em torno da Constituinte e a denúncia da farsa da abolição durante a comemoração do primeiro centenário da Lei Áurea, ambos em 1988, são os principais marcos desse processo que resultaram na Marcha Zumbi dos Palmares Contra a Discriminação Racial, no ano de 1995, e no compromisso assumido pelo governo brasileiro pela adoção de políticas de ações afirmativas na conferência de Durban em 2001. No último capítulo, os entrevistados são convidados a realizar um balanço sobre o movimento negro e as relações raciais na atualidade.

O livro convida os leitores a mergulhar numa narrativa da história recente do país a partir das experiências de militâncias políticas do negro brasileiro, o que nos apresenta uma ótica da história brasileira enraizada na crítica daqueles que após 120 anos da abolição da escravidão e 20 anos da redemocratização permanecem excluídos dos benefícios sociais, econômicos e políticos.

Waldemir Rosa



Histórias do Movimento Negro no Brasil: Depoimentos ao CPDOC

Org. Verena Alberti e Amílcar Araújo Pereira
Pallas Editora, Rio, 2007, 528 páginas, R\$ 55,00

Desconstruindo Estados (*ma non troppo...*)

Não houve, no decorrer dos anos 1990, uma idéia mais equivocadamente rejeitada (sobretudo pela esquerda) do que o pretenso “fim da história”, que teria sido decretado pelo autor nipo-americano Francis Fukuyama. Até a orelha deste livro incorre no equívoco, ao afirmar que “Fukuyama previu o ‘fim da história’ com a ascensão da democracia liberal e do capitalismo global”.

Nada mais errado, inclusive porque ele não defendia uma tese, mas discutia uma hipótese, e ela vinha seguida de um ponto de interrogação ignorado pelos críticos “de orelha”. Em todo caso, Fukuyama parte agora para o fim dos Estados, ou, pelo menos, dos Estados falidos. Ele parece dar substância intelectual às teses do “novo império”: seria perigoso deixar Estados falidos nas mãos de terroristas e traficantes, daí a proposta de colocá-los sob assistência de Estados “responsáveis” até que eles possam “melhorar”.

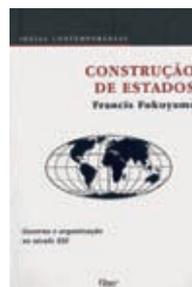
Dito com tal franqueza, parece que ele redigiu o manual do intervencionismo para os propugnadores da “ação preventiva”. Não é bem isso, mas Fukuyama oferece, sim, uma justificativa para revisar Westfália, isto é, os arranjos políticos que se baseiam na soberania absoluta dos estados constituídos. Ele lembra que as bases para a erosão da soberania foram lançadas antes da doutrina Bush, nas intervenções humanitárias dos anos 1990. Em face de violações dos direitos humanos, as grandes potências, agindo em nome da

legitimidade democrática, têm não apenas o direito, mas o dever de intervir.

Ele coloca claramente sua nova tese – promover a governança dos Estados fracos, melhorar sua legitimidade democrática e fortalecer instituições auto-sustentáveis –, que passa a ser o projeto central da política internacional contemporânea. É o chamado *nation-building*, mais fácil de dizer do que fazer, como demonstrado pela experiência macabra do Iraque. Na verdade, construir uma nação é algo virtualmente impossível, ainda que a remodelagem dos Estados seja possível, mesmo se o caso do Haiti também demonstre que, na ausência de forças nacionais comprometidas com o projeto, nenhuma imposição externa é bem-sucedida.

Esta é, porém, a parte mais política (e polêmica) do livro, seu terceiro capítulo, no qual ele critica inclusive os falcões republicanos que estão conduzindo a desastrosa experiência de “reconstrução” do Estado iraquiano. Os dois primeiros capítulos tratam da chamada “estatidade” e do “buraco negro” criado pelos Estados fracos. Este é o problema crucial da nossa época, que nunca viu tanta prosperidade e tantos fracassos acumulados. Ele não vê nada de errado no consenso de Washington, reconhecendo que o Estado precisa ser reduzido em certas áreas, mas fortalecido em outras.

Fukuyama estabelece as funções do Estado ao longo de um eixo que parte de funções mínimas (bens públicos, segurança e um pouco de equidade), pas-



Construção de Estados: governo e organização no século XXI

Francis Fukuyama

Editora Rocco, 2005, 172 páginas, R\$ 29,00

sa por funções intermediárias (fatores externos, educação, serviços públicos e regulação, com alguma redistribuição social) e chegando a funções ativistas (políticas setoriais e redistribuição de ativos). Em função dessa tipologia, ele divide os Estados em diferentes quadrantes, segundo a força das instituições e a amplitude das ações do Estado: infelizmente, muitos estados de países em desenvolvimento assumem muitas funções que não conseguem desempenhar bem. O Brasil é citado como um exemplo de problema com o seu federalismo fiscal, o que pode acarretar déficits orçamentários.

Sua conclusão é a de que o Estado precisa ser menor, porém mais forte, isto é, dotado de instituições capazes de responder aos desafios que são colocados pelo crescimento da economia global.

Paulo Roberto de Almeida

INDICADORES

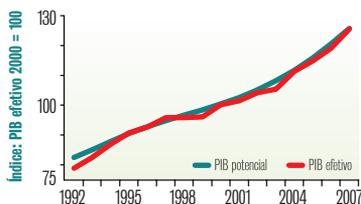
O que é?

PIB potencial

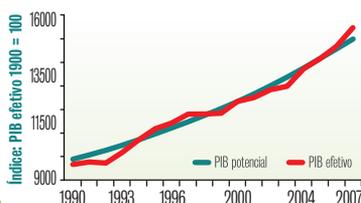
O Produto Interno Bruto (PIB) potencial costuma ser entendido como a capacidade de oferta de uma economia. Ou como a capacidade produtiva instalada da economia. Também pode ser definido como a capacidade de crescimento da economia sem causar pressões inflacionárias – se a economia crescer além do PIB potencial, surgem pressões inflacionárias. Para mensurá-lo, há várias medidas indiretas, como capacidade instalada da indústria, infra-estrutura, geração de energia elétrica, etc., mas faltam medidas diretas, e os resultados dependem fortemente das metodologias escolhidas. Vários métodos são usados para calcular essa variável e todos são considerados problemáticos, uma vez que ela não é observável no mundo real. Abaixo, dois exemplos: o método de Hodrick e Prescott (HP), filtro estatístico utilizado pelo Banco Central (BC), e o método de função de produção, preferido pelos pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

PIB potencial do Brasil

PIB efetivo e PIB potencial pelo método da função de produção — 1992-2007



PIB efetivo e PIB potencial pelo filtro de Hodrick-Prescott (HP) — 1990-2007



Fonte: Ipeadata / Elaboração: GAG/Dimac/Ipea

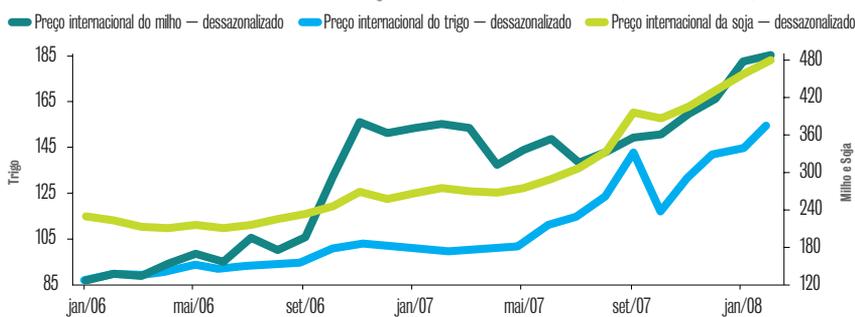
Carta de Conjuntura

Crescimento entre 4,2% e 5,2% em 2008

A nova Carta de Conjuntura, publicação trimestral do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), cuja segunda edição foi publicada em março, projeta um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em uma faixa entre 4,2% e 5,2% em 2008. Afirma que a indústria vem aumentando a produção através da redução do nível de ociosidade, mas que a maturação dos investimentos já realizados vai possibilitar a manutenção de uma taxa de crescimento significativa, com menor pressão sobre os preços. A Carta tem seis capítulos: nível de atividade (ver gráficos sobre os preços internacionais do milho, trigo e soja, e sobre componentes da FBCF); emprego (ver gráficos sobre a taxa de desocupação e a evolução da massa salarial); inflação (ver gráficos sobre os componentes do IPCA e o preço da gasolina); setor externo (ver gráfico sobre o saldo em conta corrente); economia monetária e financeira (ver gráfico sobre o investimento estrangeiro em ações); e finanças públicas (ver gráfico sobre a evolução da dívida líquida).

Evolução dos preços internacionais do milho, trigo e soja

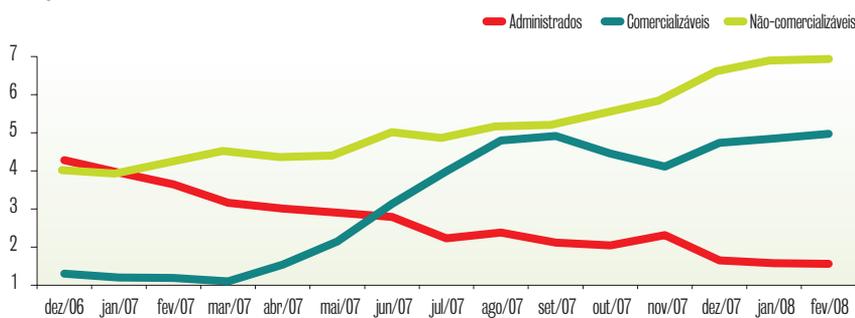
Janeiro de 2006/fevereiro de 2008 – em US\$ de janeiro de 2008 / Deflator: GPI (em US\$/tonelada)



Fontes: Conab e Seab-PI

Componentes do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

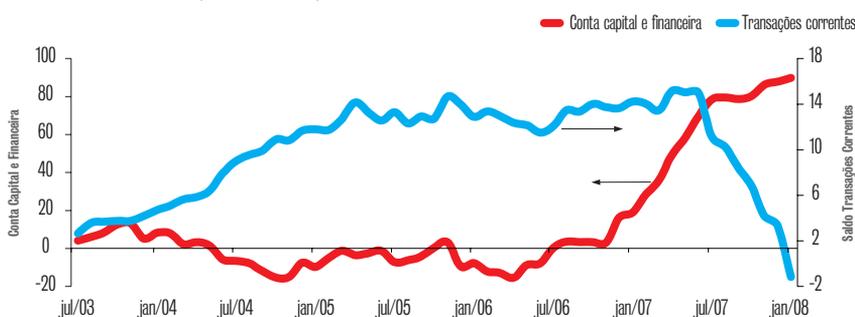
Varição acumulada em 12 meses (em %)



Fonte: IBGE / Elaboração: GAP/Dimac/Ipea

Saldo em conta corrente e conta capital e financeira

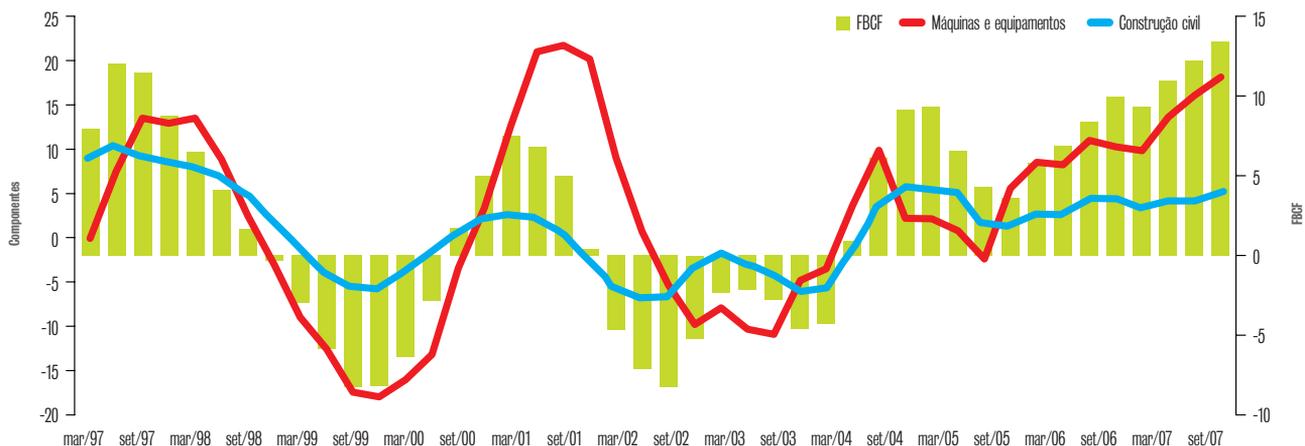
Acumulado em 12 meses (em US\$ bilhões)



Fonte: Banco Central

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e componentes

Taxa de crescimento real acumulada em quatro trimestres (em %)



Fontes: IBGE e Funcex. Elaboração: GAP/Dimac/Ipea.

Taxa de desocupação dessazonalizada

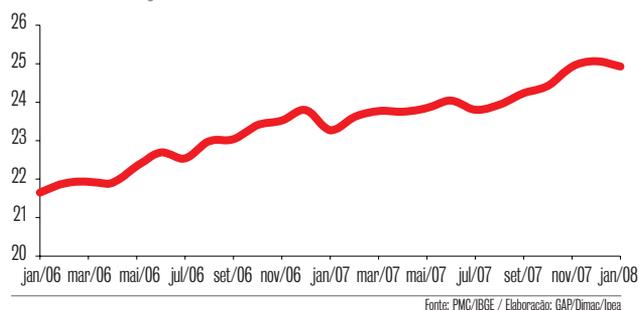
(Em %)



Fonte: IBGE / Elaboração: GAP/Dimac/Ipea

Massa salarial habitualmente recebida

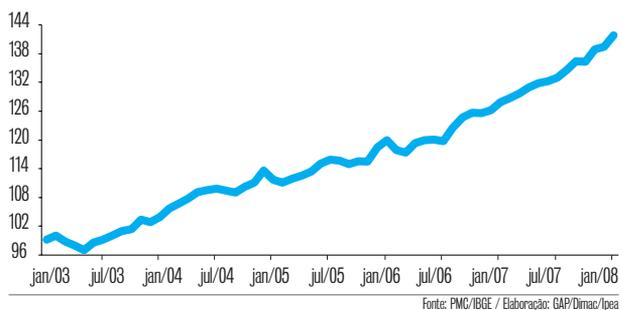
Em R\$ milhões de janeiro de 2008



Fonte: PMC/IBGE / Elaboração: GAP/Dimac/Ipea

Volume de vendas no varejo

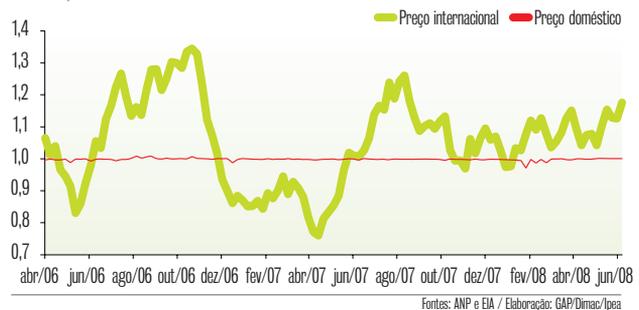
Série dessazonalizada — Índice de base fixa (base: 2003=100)



Fonte: PMC/IBGE / Elaboração: GAP/Dimac/Ipea

Preço internacional da gasolina versus preço doméstico

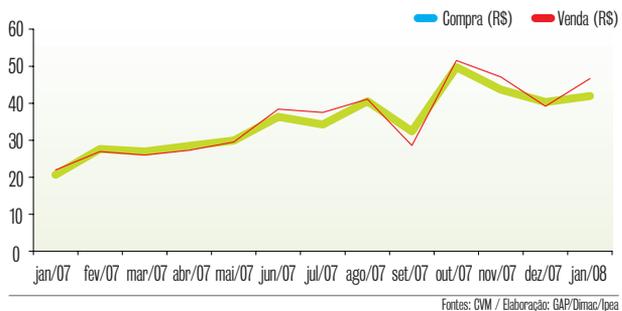
Em R\$ por litro



Fontes: ANP e EIA / Elaboração: GAP/Dimac/Ipea

Investimento estrangeiro em ações

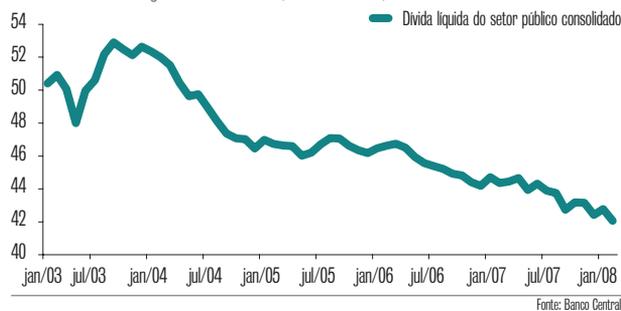
Em R\$ trilhões



Fontes: CVM / Elaboração: GAP/Dimac/Ipea

Evolução da dívida líquida do setor público consolidado

Janeiro de 2007 a janeiro de 2008 (em % do PIB)



Fonte: Banco Central



É uma vergonha ver tantos brasileiros sem saneamento básico, como descreve a reportagem “Tão perto da meta, tão longe das soluções”, da edição de março da revista **Desafios**. Como se costuma dizer, obras de saneamento não rendem votos. É muito importante a revista tratar de assuntos como este, especialmente com isenção política e visão crítica de especialistas.

Pedro Pitangueiras da Silva
Lauro de Freitas/BA

Achei um tanto superficial a matéria “A regulação na berlinda”, da revista **Desafios** nº 39, tendo em vista que os argumentos dos três entrevistados, além de tratar de pontos distintos da questão da regulação (convergência, auto-regulação e relação regulador-regulado), ou seja, que em tese não possuem relação direta, apresentam somente a visão daqueles que se envolveram com o tema após a criação das agências. Faltou a opinião dos que atuaram no antigo Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), que, com o ministro Bresser Pereira, conceberam a

criação das agências e das organizações sociais (OS), no âmbito de um Programa de Reforma Administrativa amplo do Estado brasileiro. Não se pode achar que, pelo fato de uma empresa pública como a Petrobras ou Furnas se consorciar em uma nova empresa que tenha ganhado alguma concessão no âmbito das PPPs, criará conflitos de interesses entre regulado e regulador. Parece ser uma análise por demais superficial para um capitalismo que se pretende maduro. Da mesma forma, comemorar o fim do contrato de gestão, como faz a pesquisadora do Ipea, entendendo como melhoria na autonomia das agências junto aos ministérios, parece ser um equívoco sem par. Os contratos de gestão, a serem firmados em períodos plurianuais, foram instituídos justamente para concretizar a autonomia da agência frente ao ministério, para não ficar “com o pires na mão”, pedindo dinheiro aos ministros. Finalmente, achar que o importante é que os diretores das agências não tenham atuação sindical, político-partidária ou coisa semelhante, para evitar ingerências, como a nova proposta do deputado relator, é o fim da picada. O instituto do mandato de diretoria, período no qual o diretor não pode ser removido por vontade de ministros, presidentes ou porque a mídia infla um apagão qualquer, deveria resolver, em alto nível, a questão da autonomia.

Ecio Rodrigues
Rio Branco/AC

Como leitora assídua, gostaria de tomar a liberdade de sugerir a publicação de uma reportagem sobre iniciativas junto a comuni-

dades que tradicionalmente viviam do carvão e agora têm acesso a outras fontes de renda com promoção da preservação ambiental. A fiscalização e programas de geração de renda como o Projeto Pandeiros estão derrubando os índices de desmatamento em Minas Gerais. Houve queda de 29% no período 2006/2007, em relação ao biênio anterior, segundo a terceira edição do Mapeamento da Cobertura Vegetal de Minas Gerais, lançado durante o II Congresso Mineiro da Biodiversidade (Combio). Em Bonito de Minas, a área desmatada caiu de 3,5 mil hectares para 353 hectares; em Januária, caiu de 2,5 mil hectares para 984 hectares. O Projeto Pandeiros é uma iniciativa do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e leva alternativas de renda para comunidades nos municípios de Bonito de Minas, Januária e Cônego Marinho, que tradicionalmente viviam da produção do carvão de vegetação nativa. Na Área de Proteção Ambiental (APA) do Pandeiros e na APA Cocha e Gibão, a população teve acesso a outras fontes de renda, como coleta e beneficiamento de frutos do cerrado, entre eles o pequi e a favela (planta que produz a rutina, usada no tratamento do glaucoma), apoio à agricultura de subsistência e produção de carvão a partir do coco de babaçu.

Berenice Martins
Belo Horizonte/MG

Sou jornalista e atualmente dirijo a Unidade de Políticas Públicas em Comunicação do

Governo do Estado do Piauí, criada em julho de 2007. Desenvolvemos vários projetos que buscam promover, refletir e executar políticas públicas em comunicação e quero sugerir como pauta um desses projetos – o Comunicação e Rádio para o Desenvolvimento Local, feito em parceria com a Care Internacional Brasil, que prevê a capacitação de 530 comunicadores de rádios comunitárias e convencionais em 11 cursos de extensão universitária, pela Universidade Federal do Piauí, em todo o estado. Além da mobilização dos comunicadores e comunicadoras por melhores condições de trabalho, a metodologia do curso faz o olhar de cada comunicador e comunicadora de rádio se voltar para o local. São muitos depoimentos acerca da mudança que ocorre na rotina produtiva das emissoras de rádio. Toda essa mobilização dos comunicadores em torno do desenvolvimento local estimulou a criação de outros projetos, como um prêmio para reportagens. Boas e inspiradoras histórias têm surgido. O Piauí permite que as rádios comunitárias disputem verba pública com as convencionais em igualdade de condições, desde que a programação e a gestão da emissora atendam a comunidade e não o poder econômico e político-partidário. Acredito que esse projeto poderá ser replicado em outras partes do país.

Jessé Barbosa
Teresina/PI





**Livraria
Itinerante
ipea**



Boletim Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise

EDIÇÃO 15



O BPS trata de algumas questões centrais da política social brasileira no presente. Traz o balanço numérico e qualitativo das ações e a discussão sobre novas diretrizes. E oferece uma leitura aprofundada ora retrospectiva ora prospectiva das ações federais na área social.

O destaque desta edição nº 15 é a Juventude. Cada capítulo resgata a inserção do tema na agenda social e busca identificar os pontos de estrangulamento das ações voltadas aos jovens e as oportunidades delineadas para o seu aprimoramento, tendo em vista a promoção dos seus direitos e, conseqüentemente, o desenvolvimento do país.

O boletim pode ser adquirido na Livraria do IPEA ou também acessado no site www.ipea.gov.br.



Proposta e avaliação de uma política pública contra a desigualdade econômica no Brasil: a sociedade de participantes

Gasto público com infra-estrutura de transporte e crescimento: uma análise para os estados brasileiros (1986-2003)

Os bancos universais contemporâneos (BUCS) no Brasil - motor de um novo ciclo de desenvolvimento

Determinantes do trabalho infantil no Brasil: uma análise a partir da pesquisa de padrões de vida do IBGE

Região Nordeste do Brasil: uma análise do comércio exterior sob a ótica das empresas, dos setores e dos mercados no período recente

O Papel do Sistema Financeiro Brasileiro no Sistema Nacional de Inovação: introdução à discussão a partir dos dados da PINTEC 2003

estes e outros trabalhos
você vai ler no livro
Prêmio IPEA-CAIXA 2007,
monografias premiadas.

**AGUARDE
LANÇAMENTO!**



Para saber mais,
acesse o site
www.ipea.gov.br